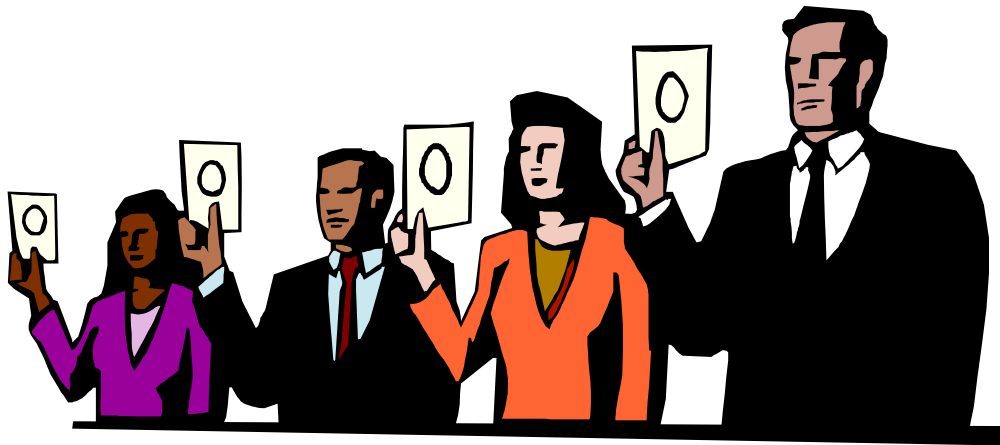


PROJECTO "DESENVOLVIMENTO DOS MEDIA EM MOÇAMBIQUE"

UNESCO/PNUD

Participação das Rádios Comunitárias na Educação Cívica e Cobertura Eleitoral



A experiência das Rádios Comunitárias nas
Eleições Autárquicas de 2003 em Moçambique

Casos concretos de: Dondo, Chimoio e Cuamba

1. Introdução

O Projecto “Desenvolvimento dos Média em Moçambique” da UNESCO/PNUD¹ efectuou, entre 2002 e 2003, um extensivo trabalho de formação e sensibilização das Rádios Comunitárias com vista a capacitar e apoiar as rádios no desenvolvimento de programas de educação cívica e cobertura eleitoral. Este processo que incluiu a elaboração de regras de conduta sobre a cobertura eleitoral, seminários regionais de capacitação e sensibilização, encontros e contactos permanentes com as rádios e o fornecimento de manuais e outros materiais auxiliares para a produção de programas radiofónicos sobre cobertura eleitoral, foi abrangente para todas as Rádios Comunitárias apoiadas pela UNESCO em Moçambique.

Neste contexto, a UNESCO tomou a iniciativa de produzir um livro sobre a experiência das Rádios Comunitárias em Moçambique no processo de educação cívica e cobertura eleitoral relativo às Eleições Autárquicas de 2003.

Assim, o presente livro apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a experiência das rádios comunitárias em Moçambique no trabalho de educação cívica e cobertura eleitoral, bem como o papel e o apoio da UNESCO em todo este processo.

O livro concretiza toda a experiência das rádios comunitárias através do resultado da pesquisa realizada em três rádios comunitárias, com base em estudos de caso concreto de Dondo, Chimoio e Cuamba. Entretanto, importava também se concretizar esta experiência através de uma descrição e análise sobre o papel desempenhado pela UNESCO e pelas comunidades em que as rádios se encontram inseridas, assim como, pelas facilidades ou constrangimento das rádios no decurso deste processo.

A pesquisa foi uma forte base para a elaboração deste livro e, de um modo geral, as questões que orientaram o trabalho de pesquisa, são as seguintes:

- *Qual o papel das rádios comunitárias no processo de educação cívica e cobertura eleitoral?*
- *Qual a experiência das rádios comunitárias no trabalho de educação cívica e cobertura eleitoral?*
- *Que lições aprendidas e que recomendações para os processos seguintes?*

Para responder a estas questões foi necessário, por um lado, estender-se esta pesquisa para a descrição e análise das particularidades das comunidades e dos ambientes em que estas rádios funcionam (incluindo o impacto de certas tensões políticas sobre as rádios), as percepções de diferentes grupos e indivíduos das comunidades sobre o papel e o desempenho das rádios, as dificuldades e facilidades específicas de cada rádio no decurso do seu trabalho sobre educação cívica e cobertura eleitoral e, também, as diferenças em relação aos progressos e obstáculos de cada rádio no desenvolvimento dos programas de cobertura eleitoral. Por outro lado, foi necessário estender-se à

¹ Projecto Media - A base filosófica do Projecto Desenvolvimento dos Média em Moçambique é: Descentralização, Pluralismo, Diversidade e Independência. Este projecto foi concebido de forma a fortalecer as capacidades humanas e técnicas dos Média em Moçambique, particularmente os independentes, mas também abrangendo o serviço público de radiodifusão, de modo a que estes possam, efectivamente, contribuir para o processo do desenvolvimento nacional, boa governação e democracia.

pesquisa para a análise do papel desempenhado pela UNESCO, assim como, todo o processo levado a cabo pelo Projecto Media da UNESCO em colaboração com Instituto de Comunicação Social e pelo Instituto Austríaco de Cooperação Norte - Sul, tendo em vista capacitar, sensibilizar e facilitar o trabalho das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral.

Deste modo, o livro se apresenta em três capítulos distintos:

Primeiro capítulo – Com uma descrição e análise de todo o processo desenvolvido com o apoio da UNESCO, em particular, a elaboração das Dez Regras de Conduta para a Cobertura Eleitoral, desenhada especificamente para as rádios comunitárias, as acções de formação/capacitação para as rádios realizadas nas zonas norte, centro e sul do país, e os mecanismos e meios criados pela UNESCO para facilitar as rádios no seu trabalho de educação cívica e cobertura eleitoral.

Segundo capítulo – Contendo estudos de caso referentes as rádios comunitárias de Dondo, Chimoio e Cuamba e uma análise comparativa dos três casos. Este capítulo inclui toda uma informação sobre as particularidades das comunidades alvo e o ambiente em que funcionam as rádios, os processos de organização, planificação, programação e emissão dos programas, recursos existentes nas rádios e uma análise sobre os programas de educação cívica e cobertura eleitoral (quantidade, conteúdos e forma de apresentação) produzidos e emitidos pelas rádios. No desenrolar dos estudos de caso foi também dedicada uma parte para a opinião da comunidade sobre estes programas tendo-se em conta a problemática que as diferentes tensões políticas exercem sobre o trabalho das rádios comunitárias. Finalizando este capítulo, foi feita uma análise comparativa dos três estudos de caso.

Terceiro capítulo – Dedicado a uma conclusão sobre a experiência das rádios comunitárias no processo eleitoral, em fome de lições aprendidas e as respectivas recomendações para as rádios, o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias, os Órgãos Eleitorais, os Partidos Políticos, o Projecto Media da UNESCO, entre outros.

2. Objectivos do livro

Desde a elaboração da proposta inicial deste livro que se identificou como objectivo principal:

- Descrever e analisar a experiência das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral referentes às Eleições Autárquicas de 2003, em Moçambique, com base em estudos de caso.

3. Metodologia

- **Principal linha metodológica**

A principal linha metodológica para a elaboração deste livro e, em particular, para a realização da pesquisa foi a análise “in loco”, com base na observação, acompanhamento directo do desenrolar das experiências no terreno e a recolha de informação junto das comunidades alvo.

Para o efeito, uma consultora contratada pela UNESCO, teve a responsabilidade de realizar este trabalho, deslocando-se às comunidades onde se encontram a funcionar as rádios comunitárias para fazer um acompanhamento, de cerca de duas semanas, em cada local. Este acompanhamento incluía a integração da consultora no trabalho da rádio e na vida da comunidade para observação, análise e recolha de informação relevante sobre o desenrolar dos acontecimentos em volta do papel, trabalho e importância da rádio no decorrer do processo eleitoral.

Esta metodologia permitiu uma análise mais realista e factual sobre as experiências das rádios comunitárias, pois tornou possível a realização de um trabalho mais demonstrativo em termos da relação entre a rádio e a comunidade em que ela se encontra. Esta metodologia permitiu, também, levar em conta no processo de análise: O ambiente e meio em que funcionam as rádios comunitárias; as dificuldades e os constrangimentos atravessados pelas na produção e emissão dos programas sobre cobertura eleitoral; As tensões políticas em volta das divergências entre as várias fracções partidárias e seu impacto no trabalho das rádios; A dinâmica do acesso e controle das rádios; O nível de interesse e o sentimento de pertença das pessoas da comunidade pela sua rádio comunitária e; A condução de entrevistas para recolha de informação com diversos grupos e indivíduos das comunidades alvo, em diferentes locais e momentos.

- **Métodos de recolha de informação**

Foram seleccionados como métodos de recolha de informação, os seguintes:

Análise de informação escrita (existente na UNESCO)

- Recolha de informação junto ao Projecto “Desenvolvimento dos Media em Moçambique”, da UNESCO, sobre todo o processo de apoio e preparação das rádios comunitárias para o trabalho de educação cívica e cobertura eleitoral.

Observação directa

- Permanência, de cerca de duas semanas, em cada comunidade onde funcionam as rádios comunitárias, acompanhando directamente o ambiente e as particularidades de cada comunidade no decorrer do processo eleitoral e o papel e desempenho da rádio comunitária no seio deste processo.

- Visitas de estudo às rádios comunitárias alvo, com acompanhamento directo sobre a organização, planificação, produção e emissão dos programas sobre educação cívica e cobertura eleitoral.

Entrevistas individuais e colectivas

- Entrevistas individuais e colectivas com pessoas directamente envolvidas nas rádios comunitárias (membros do Conselho Directivo, coordenadores, mobilizadores, técnicos, voluntários e colaboradores das rádios).

- Entrevistas individuais e colectivas com membros das comunidades onde funcionam as rádios comunitárias (líderes comunitários, partidos políticos e/ou seus candidatos,

vendedores do mercado, trabalhadores de fábricas, estudantes, mulheres de certos povoados, motoristas de transportes públicos, entre outros).

(em anexo, os guiões para as entrevistas)

- **Áreas de estudo**

As áreas seleccionadas para o desenvolvimento da pesquisa, foram:

Chimoio - na província de Manica

Dondo - na província de Sofala

Cuamba - na província do Niassa

- **Espaços e grupos/indivíduos privilegiados**

Espaço	Grupos/indivíduos privilegiados	Número de abrangidos		
		Total	Mulheres	Homens
Rádio Comunitária	Membros dos Órgãos Sociais	11	2	9
	Coordenadores	2	0	2
	Mobilizadores	3	0	3
	Técnicos	3	0	3
	Voluntários e colaboradores	39	14	25
Comunidade	Partidos Políticos	10	0	10
	STAE e da Comissão de Eleições	5	0	5
	Governo Local	2	0	2
	Organizações da Sociedade Civil	12	6	6
	Vendedores do mercado	45	23	22
	Trabalhadores de empresas	14	6	8
	Professores e estudantes	14	6	8
	Motoristas de transportes públicos	8	0	8
	Residentes de povoados	18	12	6
	Líderes Comunitários e Religiosos	37	2	35

(em anexo, a lista detalhada dos entrevistados).

4. Conceitos chaves

- **Rádio Comunitária:**

Dos mais variados conceitos de rádio comunitária, o que reúne maior consenso é aquele segundo o qual a Rádio Comunitária é **da, para e pela** comunidade.

Em Moçambique, a rádio comunitária é considerada um instrumento de desenvolvimento das comunidades, obedecendo aos princípios de equidade, pluralismo, democracia, independência, imparcialidade e respeito da cultura e da tradição das comunidades.

Esta definição levanta a questão da propriedade da rádio comunitária e, como facilmente se pode concluir, o “dono” da rádio é a comunidade e, esta constituída por um grupo de pessoas com interesses comuns. E, quando um grupo de pessoas se une, pelos mesmos ideais e objectivos, forma-se uma Associação. Segundo a legislação em vigor no país, o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos em sociedade.

- **Processo Eleitoral:**

Pode ser definido como o decorrer de todas as fases cruciais de determinadas eleições. Desde o recenseamento do eleitorado à tomada de posse dos órgãos ou candidatos eleitos, se compõe um processo eleitoral.

- **Educação Cívica Eleitoral:**

O termo “Educação Cívica” é uma conjunção dos termos **Educação** – que significa educar, formar, ensinar, aconselhar, etc. e **Cívica** – que significa maneira de ser e estar numa sociedade, incluindo os comportamentos, atitudes, etc., dos indivíduos que a compõe. Assim sendo, Educação Cívica se refere à formação em relação à maneira de ser e de estar numa sociedade.

Por conseguinte, a Educação Cívica Eleitoral compreende a educação dos cidadãos em relação aos processos eleitorais, sublinhando os seus direitos e deveres, os processos e períodos eleitorais, a votação, o funcionamento de um sistema democrático, entre outros aspectos.

Sumário

O papel dos meios de comunicação social, públicos, nos processos eleitorais, está bem definido e descrito na legislação nacional, o que já não acontece com o caso das rádios comunitárias. No entanto, o protagonismo e a importância das rádios comunitárias em benefício do desenvolvimento das comunidades onde estas se encontram inseridas, tem assistido a um crescimento bastante significativo e, este facto, tornou de extrema importância a reflexão e o debate sobre a existência de regras e/ou outros dispositivos capazes de regulamentar a participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

A necessidade de existência de uma regulamentação, uniforme para todas as rádios comunitárias, em termos da sua participação nos processos eleitorais se torna mais vinculada ao levar-se em conta de que, durante os processos eleitorais, todos os meios de comunicação social são, mais do que nunca, os grandes centros de atenção.

Neste contexto, as rádios comunitárias, principalmente em processos de eleições autárquicas, jogam um papel muito importante, especialmente a nível local, seja na educação e sensibilização do eleitorado, na divulgação de informações sobre as diferentes fases destes processos eleitorais, na abertura de espaços para os partidos políticos e/ou seus candidatos, ou no acompanhamento e cobertura dos acontecimentos relevantes ligados às eleições.

Na ausência de legislação nacional reguladora da participação destas rádios de carácter comunitário, durante o período eleitoral, e tendo-se em conta as forças e fraquezas destas mesmas rádios em termos de recursos, experiência de trabalho e capacidade de lidar e mediar com conflitos relacionados à política, a necessidade para a existência de um guião regulador e orientador da sua participação nos processos eleitorais torna-se indispensável.

Deste modo, o Projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique, financiado pelo PNUD e executado pela UNESCO, juntamente com outros parceiros na área de rádios comunitárias - que constituem o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias - iniciou um processo visando à identificação e definição de modalidades de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais, tendo em conta o seu papel de promotores de mudanças sociais nas comunidades.

Esta iniciativa abriu as portas para todo um extensivo trabalho que compreendeu um processo de consulta nacional, iniciado em 2000, em que todas as rádios comunitárias existentes em Moçambique (na altura, um total de 37) se fizeram representar, ao mais alto nível, em três seminários regionais de discussão e definição do papel que as rádios comunitárias iriam desempenhar nas eleições autárquicas e gerais de 2003 e 2004. O resultado destes seminários culminou com a concepção de recomendações claras, condensadas em DEZ REGRAS GERAIS DE CONDUTA PARA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL. Este código de conduta foi publicamente anunciado aos diferentes actores do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias que, por sua vez organizaram seminários locais para a apresentação deste código aos seus respectivos parceiros.

Enquanto isso, o projecto Media da UNESCO coordenou, em estreita colaboração com o Instituto de Comunicação Social (ICS), a realização de cursos de formação regionais

para assegurar a implementação efectiva deste código e, principalmente, fornecer conhecimentos e habilidades às rádios comunitárias para trabalharem nos processos eleitorais seguindo as regras estipuladas para o efeito.

Para um melhor aproveitamento dos conteúdos destes cursos, o Projecto Media da UNESCO, desenvolveu, para os participantes e para as próprias rádios, um manual de apoio que condensa informações para um conhecimento mais aprofundado e habilidades de trabalho voltadas para o papel das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

Posteriormente a realização dos cursos de formação sobre Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias, o Projecto Media da UNESCO tomou a iniciativa de elaborar um livro contendo a experiência de 3 rádios comunitárias nas eleições autárquicas de 2003. Com este livro pretendia-se descrever todo o processo antecedente sobre a concepção das Dez Regras Gerais de Conduta, a realização dos cursos de formação sobre cobertura eleitoral e, mais importante, a experiência das rádios comunitárias durante as eleições autárquicas, incluindo a dinâmica das relações entre as rádios e a comunidade.

Tendo-se em conta de que a participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais é uma escola nova, em Moçambique, e, que todo o processo desenvolvido pelo Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias e executado pelo Projecto Media da UNESCO culminou com a recomendação de que as rádios comunitárias deveriam ter um papel mais voltado para a educação cívica eleitoral, a experiência destas rádios nas eleições autárquicas de 2003 poderá ser vista, não só como o descrever de um processo experimental, mas, acima de tudo, como uma lição – de boas e más práticas - para os próximos processos eleitorais que decorrerão no país.

As rádios comunitárias têm como o mais importante “capital” a confiança das comunidades. Deste modo, é de extrema importância garantir que estas rádios continuem mantendo esse sentimento de confiança por parte das comunidades onde se encontram inseridas e, conseqüentemente, velarem pela sua credibilidade junto às mesmas, pois sem a confiança e a credibilidade das comunidades as rádios comunitárias perdem todo o seu ideal de existência. A imparcialidade das rádios comunitárias no decorrer de processos eleitorais figura-se como a principal base para a sustentação deste voto de confiança e credibilidade das comunidades perante as suas rádios.

E, neste sentido, a modalidade de educação cívica foi definida como a mais adequada para a participação das rádios comunitárias durante o processo eleitoral, principalmente, por esta figurar como uma forte base para a continuidade da relação de confiança entre as comunidades e as suas rádios comunitárias.

Primeiro Capítulo

I. As Rádios Comunitárias em Moçambique

Moçambique, felizmente, apresenta um ambiente político que permite a criação e o funcionamento de meios de comunicação social no geral e de estações de Rádios Comunitárias em particular, pese embora o facto não existir, ainda, uma legislação que aborde, de forma específica, esta forma de radiodifusão.

Neste contexto, a criação de Rádios Comunitárias pelas comunidades, torna-se possível através do “casamento” de duas leis fundamentais, nomeadamente a Lei de Imprensa (18/91, de 10 de Agosto) e a Lei das Associações (8/91, de 18 de Julho).

A Lei de Imprensa é o principal instrumento legal que regula o exercício da área de Imprensa em Moçambique. Esta concede aos cidadãos moçambicanos a liberdade de criar meios de comunicação social tendo, entre outros objectivos, os seguintes (nos termos das alíneas a), b) e c) do seu Artigo 4):

- A consolidação da unidade nacional e a defesa dos interesses nacionais;
- A promoção da democracia e da justiça social;
- A elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos.

A Lei das Associações refere, no seu preâmbulo, que o direito à livre associação constitui garantia básica da realização pessoal dos indivíduos em sociedade e está estabelecido no número 1, do Artigo 76, da Constituição da República como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos. Significando que os cidadãos moçambicanos podem se constituir em associações e estas, por seu turno, terem, entre o seu património, uma Rádio Comunitária como uma ferramenta de importância capital para o alcance dos seus objectivos.

1. Historial da radiodifusão comunitária em Moçambique

Considerado um dos países mais pobres do planeta, com uma das mais baixas rendas por habitante e com um tecido social em reconstrução, após décadas de conflitos armados, Moçambique é hoje um dos poucos países africanos que, tendo alcançado a paz, rapidamente se tornou num verdadeiro modelo de democratização, particularmente na área da liberdade de expressão e de imprensa.

Os antecedentes históricos demonstram que Moçambique foi, durante muito tempo, um país sem fortes tradições em termos de produção e disseminação de informação de interesse público com o envolvimento directo das comunidades. Desde os primórdios do desenvolvimento da imprensa em Moçambique, entre os finais do século XIX e princípios do século XX, a tendência foi a de instalação de jornais de grandes tiragens ou de estações de rádio com emissores de longo alcance.

Regra geral, a opção tem sido quase sempre pelas coisas grandes. Quando se pensa num jornal, pretende-se logo uma grande redacção; procura-se logo financiamento para compra de viaturas, computadores, impressoras modernas e de elevadas tiragens. Quando se projecta a instalação de uma estação de rádio, no lugar de um estúdio simples e um económico emissor de frequência modulada, pretende-se de imediato um equipamento com um raio de alcance de centenas de quilómetros.

Foi assim que se deu, em Moçambique, pouca importância aos meios de comunicação social de carácter comunitário, ao contrário do que sucedeu com outros países da região austral de África, como a África do Sul, o Zimbábue e a Namíbia, onde pequenos jornais e estações de rádio funcionam, por exemplo, em bairros residenciais e são geridos pelas comunidades.

No período posterior à independência, foi notório o surgimento, em massa, dos jornais de parede, com vista a cobrir a informação comunitária em escolas, empresas, locais de residência e outros. Apesar do carácter verdadeiramente propagandístico que caracterizou a política editorial da maior parte destes jornais de parede, estes estavam mais virados para a divulgação da ideologia do partido no poder do que propriamente para reportar factos inéditos, de actualidade e de interesse público. Mas, mesmo assim, poder-se-á dizer que tais iniciativas constituíram um importante ponto de partida em termos de produção e publicação de informação ao nível de pequenas comunidades.

Não menos importante foi a criação, no país, entre finais da década de 70 e princípios de 80, em zonas rurais, de Centros de Comunicação Social munidos de equipamento para a transmissão, no sistema de amplificação do som, do noticiário da Rádio Moçambique e o programa “Aldeia Comunal”, produzido pelo próprio Gabinete de Comunicação Social e que era transmitido no canal da Rádio Moçambique. Por iniciativa do então Gabinete de Comunicação Social, hoje Instituto de Comunicação Social, em várias aldeias do interior do país foram instalados equipamentos sonoros, ou seja, com altifalantes, amplificadores de som e receptores de rádio, para a transmissão das emissões radiofónicas oficiais: a apresentação de mensagens, pequenas notícias de interesse comunitário e música. Simplesmente, os programas transmitidos só poderiam ser escutados onde o vento levasse o som dos altifalantes e os ouvintes não tinham a liberdade de desligar estes rádios quando não desejassem mais ouvir.

Estes Centros, cuja presença é ainda hoje requerida pelas comunidades, foram de extrema importância na educação das comunidades rurais, cuja maioria não tem, ainda hoje, um receptor de rádio e tinham como objectivo fundamental a educação das comunidades, ou seja, transferir conhecimentos básicos sobre o saneamento do meio ambiente, prevenção de doenças e de técnicas para o cultivo de culturas, visando o desenvolvimento nacional sob o lema “Comunicação para o Desenvolvimento”. Os Centros de Comunicação Social contavam com a participação de correspondentes populares, cuja rede hoje supera uma centena de participantes. No entanto, este projecto não teve o sucesso que se esperava devido a destabilização do país, causada pela guerra civil, pois muitos equipamentos foram destruídos ou pilhados.

Entretanto, de 1991 em diante, com a aprovação da Lei de Imprensa, foram surgindo em Moçambique, particularmente nos principais Centros Urbanos, várias iniciativas de imprensa comunitária, tanto escrita como radiofónica.

É nesse âmbito que se enquadram iniciativas comunitárias de radiodifusão ligadas às igrejas e ao Instituto de Comunicação Social. Embora, nos dois casos, as comunidades não participassem, de forma efectiva, na gestão editorial e financeira das estações, além da própria concepção e produção de programas e, muito recentemente, da criação de associações cívicas que, para a concretização dos seus objectivos, maioritariamente de contribuir para o desenvolvimento social das respectivas comunidades, iniciaram rádios comunitárias com o apoio de doadores.

2. As Rádios Comunitárias e o processo democrático

As mudanças políticas, sociais e económicas verificadas em Moçambique desde o ano de 1990 contribuíram para que o país dispusesse de uma legislação de imprensa liberal, que determina a liberdade de expressão e de opinião dos cidadãos, bem como a de criação de meios de comunicação social.

A aprovação da nova Constituição da República, em 1990, favoreceu a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, na capital italiana, Roma, abrindo as portas para a realização, em 1994, das primeiras eleições democráticas. Em 1998 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas, abrangendo 33 vilas e municípios, e caracterizadas por um boicote geral dos partidos políticos na oposição. E, em Dezembro de 1999, tiveram lugar as segundas eleições gerais, largamente contestadas pela oposição e, mais uma vez, ganhas pelo partido no poder.

Sendo as eleições, um procedimento que permite aos membros de uma determinada organização ou comunidade escolher, dentre eles, as pessoas que assumirão posições de liderança, e, Moçambique um país cuja democracia é ainda recente, os meios de comunicação social assumem um papel de capital importância na promoção dos direitos e deveres dos cidadãos.

O desafio dos media, particularmente das rádios comunitárias, acentua-se mais ainda quando se sabe que maior parte da população moçambicana não sabe ler nem escrever e que os órgãos de informação audiovisuais, como são os casos da Rádio Moçambique e da Televisão de Moçambique, não cobrem todo o território nacional. Neste âmbito, surge a importância do envolvimento das Rádios Comunitárias em processos eleitorais, a par com a possibilidade de estas rádios permitirem uma interacção mais directa entre os governantes e governados. Pela utilização de línguas locais para abordagem e discussão dos mais variados assuntos relacionados com a implementação e prática da democracia nas comunidades, apesar de se tratar de um fenómeno de certa forma novo em Moçambique, as rádios comunitárias assumem um protagonismo de relevo no desenvolvimento multifacetário das comunidades em que estão inseridas.

E, provavelmente por se tratar de um meio de comunicação social recente e com impacto mais restrito, o desempenho das rádios comunitárias nos processos eleitorais anteriores nunca foi avaliado do mesmo modo que outros media por entidades como o Conselho Superior de Comunicação Social, entre outras.

Embora não haja registos sobre o desempenho das rádios comunitárias especificamente nas eleições autárquicas de 1998 e nas gerais de 1999, é justo referir que as rádios como a Rádio Encontro, baseada em Nampula, a Nova Rádio Paz, de Quelimane, a Rádio Comunitária de Moamba, localizada na província de Maputo, a Rádio Comunitária Licungo, em Mocuba, Zambézia, por exemplo, fizeram o acompanhamento das eleições de forma positiva, desde a sensibilização do eleitorado à cobertura jornalística das eleições em si.

No entanto, importa referir que, à semelhança dos outros órgãos de informação, as rádios comunitárias que se envolveram nos processos eleitorais anteriormente mencionados enfrentaram dificuldades como falta de dinheiro para suportar as despesas dos jornalistas, falta de transporte, falta de gravadores de reportagem, entre outros.

Contudo, a maior dificuldade e sobre a qual as rádios comunitárias apelaram à intervenção de quem de direito visando a sua correcção tem a ver com o menosprezo com que os seus jornalistas são tratados principalmente pelas fontes de informação em frente da organização das eleições e dos próprios partidos políticos e/ou seus candidatos.

Na verdade, as informações relativas ao processo eleitoral eram preferencialmente fornecidas aos meios de comunicação considerados grandes, como a Rádio de Moçambique, jornais Notícias, Savana, Diário de Moçambique, Demos, Domingo e Televisão de Moçambique. Quanto aos partidos políticos e/ou seus candidatos, estes recorreram a várias formas de intimidação para forçar as rádios comunitárias a favorecerem as suas informações em detrimento doutras, num claro atentado às políticas editoriais das estações.

Os partidos políticos/candidatos usaram técnicas de aliciamento de jornalistas e responsáveis editoriais das rádios comunitárias, em algumas vezes com sucesso tendo em conta a vulnerabilidade económica dos funcionários das estações e o facto de a maior parte destes trabalhar em regime de voluntariado.

Portando, os factos aqui mencionados falam por si em termos daquilo que podem ser os grandes desafios das rádios comunitárias nos próximos processos eleitorais, com maior destaque para as municipais, pois o facto de serem locais possibilita o exercício de pressões de vária índole por parte dos políticos e de outras correntes, resultando na perda de credibilidade das estações junto das comunidades.

3. As rádios comunitárias e a educação cívica eleitoral

Em Moçambique existem, basicamente, quatro tipos de rádios comunitárias: As instaladas pelo Estado, através do Instituto de Comunicação Social (ICS), pela Igreja Católica, mas com uma orientação de carácter comunitário, por Associações Cívicas, com um financiamento de doadores, e uma Municipal, localizada em Nacala, província de Nampula.

Existindo no país este variado tipo de rádios comunitárias, viu-se a necessidade de tornar mais coordenada a intervenção destes órgãos de informação com a criação de um mecanismo específico para o efeito. Assim sendo, reunidas num encontro que teve lugar de 14 a 15 de Junho de 2001, as rádios comunitárias constituíram um Núcleo de Coordenação composto por representantes de todos os tipos de rádio existentes no país. Este núcleo teve como primeiro mandato o de conceber um Plano de Acção e um Plano Estratégico com vista a identificar formas de minimizar as dificuldades enfrentadas por todas as rádios, especialmente na área Técnica, de Formação (recursos humanos) e de Recursos Financeiros.

Na mesma altura em que o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias desenhava os seus planos de acção e estratégico, iniciava-se no país uma discussão em torno da participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais referentes às eleições autárquicas de 2003 e as gerais de 2004, em Moçambique.

Este facto veio impulsionar uma grande reflexão no seio do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias no que concerne a definição de estratégias para uma participação activa das rádios nos processos eleitorais, com um particular enfoque na educação cívica eleitoral.

Procurava-se com esta reflexão definir uma maneira estratégica de reforçar a interacção entre as comunidades, os políticos e as rádios comunitárias ao longo do desenvolvimento dos processos eleitorais. E esta interacção deveria, acima de tudo, centrar-se numa melhor forma de as rádios comunitárias contribuírem, no geral, para o fortalecimento da democracia, e, em particular, para a elevação da consciência democrática das comunidades, através de debates sobre os seus direitos e deveres em tanto que cidadãos, conferindo-lhes a possibilidade de tomada de decisões informadas.

II. O Projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique e a preparação das Rádios Comunitárias para os Processos Eleitorais

1. Os Seminários Regionais sobre Cobertura Eleitoral para as Rádios Comunitárias

Sendo a formação uma das áreas de trabalho do Núcleo de Coordenação no âmbito da elaboração do seu Plano de Acção e Plano Estratégico este núcleo perspectivou um encontro nacional com o objectivo de definir uma plataforma comum de actuação das rádios comunitárias nos processos eleitorais. Este encontro nacional teve lugar a 07 de Junho de 2002 e como uma das estratégias principais acordou-se na realização de seminários regionais, norte, centro e sul, para a capacitação das rádios comunitárias em matéria de cobertura eleitoral.

Neste contexto, o Projecto Media da UNESCO/PNUD foi encarregue de apresentar uma proposta de programa para estes três seminários regionais. No encontro subsequente do Núcleo de Coordenação, realizado em Junho de 2002, a proposta apresentada pelo Projecto Media foi discutida e aprovada.

Iniciou-se assim, por parte do Projecto Media da UNESCO/PNUD, todo um processo de preparação para a organização dos seminários regionais. Neste processo, foi concebido um programa que pudesse focalizar, por um lado, a transmissão de conhecimentos nas áreas jornalísticas relevantes ao processo eleitoral, tais como a ética e deontologia profissional, o jornalismo básico, a experiência e obrigações de outros meios de comunicação social na cobertura das eleições e a cobertura jornalística das eleições, e, por outro, a discussão das modalidades de participação das rádios comunitárias nas eleições, através da constituição de grupos de trabalho, apresentação em plenária e harmonização das propostas para a concepção das recomendações de cada região do país.

As modalidades de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais que se pretendiam levar à discussão, nestes seminários, compreendiam a **educação cívica**

eleitoral, a cobertura jornalística das eleições e a concessão de espaços de antena aos partidos políticos e seus candidatos.

Assim, prosseguindo-se com o processo, os seminários regionais foram realizados nas cidades de Tete (11-15 de Julho), Nampula (24-28 de Julho) e Inhambane (7-11 de Agosto), abrangendo as rádios comunitárias da zona norte, centro e sul do país. A organização destes seminários esteve a cargo do Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO/PNUD, do Instituto de Comunicação Social, do Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul e com o envolvimento do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias.

1.1.Os seminários regionais realizados em Tete, Nampula e Inhambane

Estes seminários contaram com a participação de membros dos comités de gestão, coordenadores e chefes de programação das rádios comunitárias de todas as províncias do país e os delegados provinciais do Instituto de Comunicação Social.

A escolha dos participantes foi feita com base nas suas responsabilidades, ou seja, pelo facto de estes serem os responsáveis, em primeira mão, pela implementação e seguimento das políticas editoriais das estações das rádios e que, por conseguinte, estariam à frente da implementação da recomendação nacional relativa às modalidades de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

Estes seminários contaram com a participação de membros dos comités de gestão, coordenadores, mobilizadores e chefes de programação das rádios comunitárias de todas as províncias do país. Participaram, também, delegados provinciais do Instituto de Comunicação Social.

A escolha dos participantes foi feita com base nas suas responsabilidades, ou seja, pelo facto de estes serem os responsáveis, em primeira mão, pela implementação e seguimento das políticas editoriais das estações das rádios e que, por conseguinte, estariam à frente da implementação da recomendação nacional relativa às modalidades de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

Os objectivos, o programa e os conteúdos dos seminários estiveram orientados, de uma maneira geral, para os seguintes temas: Parte teórica - A aprendizagem ou revisão dos conceitos por parte dos participantes, de modo a terem um quadro geral daquilo que pode ser o seu envolvimento nas eleições; Os princípios éticos que regem a actividade jornalística (embora não haja, ainda, um código deontológico aprovado por lei); Qual a legislação em torno dos processos eleitorais; Parte prática - Discussão das modalidades e regras de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

O programa dos seminários:

Dia e Horas	Temas e Actividades
1º DIA	
8:00	Abertura
8:15	Apresentação dos participantes
8:30	Jornalismo Básico
10:15	Intervalo
12:30	Almoço
14:00	Deontologia e Ética Profissional
16:00	Intervalo
17:30	Avaliação do dia
2º DIA	
8:00	Leitura da Avaliação do dia anterior
8:15	Sistemas democráticos versus partidos políticos: mesa redonda com partidos políticos, com cobertura jornalística
11:30	Comentários e debate
12:30	Almoço
14:00	A Lei de Imprensa: direitos, deveres e limitações
16:00	Comentários e debate da cobertura jornalística da mesa redonda
17:30	Avaliação do dia
3º DIA	
8:00	Leitura da Avaliação do dia
8:15	A Lei das Autarquias Locais
10:15	Intervalo
10:30	Comentários e debate
11:30	A Lei Eleitoral
12:30	Almoço
14:00	A Lei Eleitoral, as obrigações e experiências doutros meios de comunicação
16:00	Intervalo
16:15	Comentários e debate
17:30	Avaliação do dia
4º DIA	
8:00	Leitura da Avaliação do dia
8:15	A cobertura jornalística das eleições locais e gerais
11:15	Intervalo
11:30	Comentários e debate
12:30	Almoço
14:00	Modalidades, regras e regulamentos de cobertura eleitoral nas RC's- grupos de trabalho
17:30	Avaliação do dia
5º DIA	
8:00	Leitura da Avaliação do dia
8:15	Apresentação dos grupos de trabalho
11:15	Intervalo
11:30	Comentários e debate
12:30	Almoço
14:00	Análise das principais recomendações dos grupos de trabalho e concepção do esboço de regulamento de cobertura das eleições autárquicas
17:00	Comentários finais
17:30	Encerramento

A metodologia e os métodos usados durante os seminários foram de teor participativo e, com vista a garantir uma participação e contribuição efectiva de todos nos debates, procurou-se colher o máximo possível de sugestões sobre os temas ligados às modalidades, regulamentos e regras de participação das rádios nos processos eleitorais, através da sua discussão em grupos de trabalho, seguido de uma apresentação em plenária das propostas dos grupos.

De salientar que, posteriormente, estas propostas resultantes dos trabalhos em grupo, foram harmonizadas e a partir delas se conceberam recomendações relativas a cada região, nomeadamente as recomendações de Tete (zona Centro), Nampula (zona Norte) e Inhambane (zona Sul). Mais tarde, estas recomendações foram harmonizadas numa única Recomendação Final – um guia da as rádios comunitárias para o acompanhamento das eleições.

1.2. Resultado dos seminários regionais

De uma maneira geral, poder-se-á referir que os seminários regionais, que contaram com um total de 61 participantes, em representação das 31 rádios comunitárias até aqui existentes em Moçambique, tiveram um impacto positivo no que se refere à definição das modalidades, regulamentos e regras de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais, assim como em relação à componente de assimilação dos conhecimentos e habilidades que se pretendia que os participantes adquirissem com a formação.

Em termos do nível de participação, estes seminários foram caracterizados por uma grande entrega dos participantes no debate dos temas abordados visando uma identificação das modalidades de participação das rádios comunitárias. Estas discussões foram marcadas pela tendência de se avançar com as três modalidades possíveis, nomeadamente, a participação nas campanhas de educação cívica, a cobertura jornalística das eleições e a concessão de espaços de antena. Contudo, a modalidade de educação cívica foi considerada a mais adequada ao papel das rádios comunitárias nos processos eleitorais, embora, as restantes modalidades também tenham sido consideradas de importantes.

É de salientar que, no decorrer dos debates destes seminários, alguns pontos de discordância entre as rádios mais “novas” e as mais “antigas” mereceram uma discussão profunda. Por um lado, as rádios estabelecidas há mais tempo, e que por consequência já tinham participado em processos eleitorais anteriores, defendiam a adopção das três modalidades de participação em simultâneo, por outro, as novas, e menos experientes, foram mais cautelosas e discordaram desta posição, evocando razões como a falta de recursos humanos qualificados, financeiros e técnicos para que a sua participação fosse mais modesta. Houve necessidade de os facilitadores explicarem, novamente, sobre os mecanismos de operacionalização de cada uma das modalidades, assim como das respectivas implicações, particularmente no que se refere ao perigo de as rádios comunitárias virem a perder a confiança da comunidade se por uma ou outra razão cometessem deslizes éticos e/ou deontológicos. Mas, no final, houve uma concertação de posições comuns, em relação às modalidades de participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais.

Tendo-se pretendido, também, com estes seminários identificar-se o nível de conhecimento dos participantes em relação aos temas que directamente dizem respeito aos objectivos da participação das rádios comunitárias na educação cívica e na cobertura eleitoral, as avaliações efectuadas, no decorrer dos três seminários, demonstrou que:

- Em relação aos temas, como são os casos de Ética e Deontologia Profissional, Jornalismo Básico e Cobertura Jornalística das Eleições, os participantes aos seminários regionais de Cobertura Eleitoral detinham conhecimentos aceitáveis.
- No que respeita aos aspectos legais relacionados com as eleições, notou-se que os participantes têm pouco domínio sobre este assunto e, infelizmente, os convidados para abordarem os temas não corresponderam às expectativas desejadas. Nesta base viu-se que a cooperação entre as Rádios Comunitárias e organismos como o STAE e a CNE é fundamental, principalmente na área de

formação. Em função disso, ficou a recomendação de que cada Rádio Comunitária deveria estabelecer um grupo editorial específico para acompanhamento dos processos eleitorais e que o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias tinha a tarefa de procurar fundos para a realização de cursos de formação de 15 a 21 dias para estes grupos editoriais, em matéria de legislação eleitoral e com participação directa do STAE e da CNE.

(tabelas comparativas sobre o nível de conhecimento dos participantes sobre assuntos ligados aos temas principais dos seminários, em anexo).

Entretanto, várias dúvidas se podem colocar em relação, primeiro, à capacidade do pessoal das rádios comunitárias no acompanhamento dos processos eleitorais, tendo em conta o facto de que a maior parte do seu pessoal trabalha sob regime de voluntariado, o que constitui um risco para a sua integridade, principalmente no decurso das eleições, onde as práticas de corrupção moral e material se agravam, para além da própria formação jornalística. Em segundo lugar, pode-se colocar como factor impeditivo a falta de meios, financeiros e materiais, para o acompanhamento das eleições em moldes que se podem considerar normais, ou seja, sem dependência directa ou indirecta principalmente dos partidos políticos/candidatos, como são os casos das boleias, concessão de ajudas de custo, entre outras despesas.

Sendo a democracia um processo novo, assim como o surgimento das rádios comunitárias em Moçambique é de se esperar que a participação das rádios nas eleições, não seja aquela que se desejaria. Aliás, os meios de comunicação social, que se consideram grandes, como a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique e todos os jornais igualmente se debatem com o mesmo tipo de problemas: formação falta de meios materiais e falta de verbas.

Conscientes destas limitações, as rádios comunitárias julgaram de capital importância o estabelecimento de parcerias e coordenação de esforços com instituições directamente envolvidas nos processos eleitorais, com particular destaque para o STAE e a CNE e outras como o Gabinete de Informação, a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique e o Conselho Superior de Comunicação Social, como a seguir se descreve:

INSTITUIÇÃO	TIPO DE PARCERIA/COLABORAÇÃO
GABINFO	Adopção, validação e divulgação da Recomendação Final das rádios comunitárias em relação à sua participação nos processos eleitorais
Conselho Superior de Comunicação Social	- Adopção, validação e divulgação da Recomendação Final das rádios comunitárias em relação à sua participação nos processos eleitorais; - Monitorização do Guia de Actuação das rádios comunitárias nos processos eleitorais, sobretudo em relação aos princípios éticos e deontológicos e violações à Lei de Imprensa e outra legislação relacionada; - Formação.
STAE	- Disponibilização de material para campanhas de educação cívica; - Formação; - Patrocínio para produção de programas radiofónicos de educação cívica; - Divulgação da Recomendação Final das rádios comunitárias em relação à sua participação nos processos eleitorais
CNE	- Formação; - Regulação dos espaços de antena a serem concedidos aos partidos/candidatos às eleições autárquicas

	- Divulgação da Recomendação Final das rádios comunitárias em relação à sua participação nos processos eleitorais
Rádio Moçambique	- Troca de experiências na área de produção de programas, cobertura eleitoral e regulamentos
Televisão de Moçambique	- Troca de experiências com as Televisões Rurais; - Assistência técnica às Televisões Rurais; - Formação

Em suma, conclui-se que a participação das rádios comunitárias nos processos eleitorais deve ser vista como um desafio pertinente que tem por finalidade contribuir para a unidade nacional, para o fortalecimento da democracia e, principalmente, para a defesa dos direitos dos cidadãos moçambicanos em participar activamente na escolha dos seus representantes, como se encontra defendido na Constituição da República de Moçambique.

1.3. Recomendação Final sobre educação cívica eleitoral

Finalizando todo o processo de realização dos seminários regionais sobre a participação das Rádios Comunitárias nos processos eleitorais em Moçambique, foi elaborado um documento contendo uma *Recomendação Final sobre Educação Cívica Eleitoral*.

De referir que esta recomendação final é um produto, fundamentalmente concebido através da harmonização das recomendações dos seminários regionais que tiveram lugar em Tete, Nampula e Inhambane. A Recomendação Final consiste no seguinte:

As rádios comunitárias de Moçambique:

Conscientes de que os meios de comunicação social, as rádios comunitárias, em particular, jogam um papel preponderante na educação das comunidades em relação às decisões de carácter político e económico que têm influência directa ou indirecta nas suas vidas, permitindo uma mudança social positiva nas comunidades;

Considerando que maior parte das rádios comunitárias está localizada em áreas com acesso limitado a outros meios de comunicação social e se tem acesso as informações não retractam a sua realidade, servem como plataforma de debate e intercâmbio activo entre a sociedade civil e a classe política, particularmente no estabelecimento de uma agenda de desenvolvimento local participativo;

Reconhecendo que o país dispõe de uma legislação que garante ao cidadão a liberdade de expressão e de imprensa, condição fundamental para o fortalecimento da democracia, da boa governação e da convivência pacífica entre os cidadãos e a ausência de uma legislação específica relativa à forma de radiodifusão comunitária em Moçambique;

Lembrando que as rádios comunitárias são da comunidade, com programas concebidos e apresentados pela e para a comunidade e que esta mesma comunidade é parte activa do processo de desenvolvimento sócio - económico do país:

- Participam nos processos eleitorais previstos para o próximo ano, nas autarquias e nas gerais de 2004, na modalidade de EDUCAÇÃO CÍVICA, de acordo com os

regulamentos e regras estabelecidas, no âmbito das recomendações dos seminários regionais de Tete, Nampula e Inhambane, das quais resultou a concepção da RECOMENDAÇÃO FINAL;

- Apela à colaboração de todas as partes envolvidas no processo na implementação efectiva da Recomendação Final das rádios comunitárias em relação à sua participação nos processos eleitorais;

- Apela à sociedade civil no geral e aos partidos políticos, em particular, para observarem os princípios estabelecidos na Recomendação Final, de modo a facilitar a sua interacção e permitir que as rádios comunitárias cumpram a sua missão de informar, educar e comunicar;

- Apela ao Governo moçambicano no geral e em particular ao Gabinete de Informação e ao Conselho Superior de Comunicação Social, no sentido de adoptarem a Recomendação Final como documento válido e que reflecte a posição das rádios comunitárias de Moçambique quanto à sua participação nos processos eleitorais.

Um documento contendo as regras gerais sobre a Recomendação Final² foi desenvolvido com vista a regular, na especificidade, cada uma das recomendações relativas ao trabalho de educação cívica eleitoral a ser desenvolvido pelas rádios comunitárias.

Entretanto, é muito importante referir que esta Recomendação Final não pode ser encarado como um documento subversivo em relação às atribuições legais e aos padrões éticos doutros meios de comunicação social no acompanhamento das eleições. Antes pelo contrário, procura estabelecer uma plataforma comum de actuação, tendo em conta as limitações de diversa ordem, dentre elas a falta de recursos humanos com formação compatível com as exigências que os processos eleitorais requerem, considerando que as eleições representam o ponto mais alto do exercício da democracia pelo povo.

Ainda, em relação à Recomendação Final, foram definidas as partes relativas a Cobertura Eleitoral e a concessão de Espaço de Antena, respectivamente. Em termos de cobertura eleitoral, a recomendação final salienta o facto de que as rádios comunitárias devem assegurar o direito do público de ser informado em relação às campanhas eleitorais dos partidos políticos e/ou seus candidatos para tomada de decisões informadas e elevar a consciência cívica e democrática das comunidades³.

Contudo, e em grande atenção, à parte da recomendação final relativa a concessão de espaços de antena⁴ para cobertura eleitoral estipula espaços de antena gratuitos, de somente cinco minutos, aos partidos políticos e/ou seus candidatos para apresentação dos seus propósitos governativos, assim como a regra de que os próprios partidos políticos produzem e apresentam os materiais propagandísticos a serem emitidos nestes espaços de antena.

A Recomendação Final foi adoptada por todas as Rádios Comunitárias.

² Em anexo, este documento.

³ Em anexo, parte da Recomendação Final relativa à cobertura eleitoral.

⁴ Em anexo, parte da Recomendação Final relativa a concessão de espaços de antena.

2. As Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias na Cobertura das Eleições

A iniciativa de elaboração das Dez Regras de Conduta para a Cobertura Eleitoral pelas Rádios Comunitárias surgiu da necessidade identificada pelo Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias de Moçambique, com vista a condensar num único documento, mais claro e prático, as recomendações finais surgidas dos seminários regionais das rádios comunitárias.

Tendo-se também em conta, a experiência vivida por muitas rádios comunitárias em processos eleitorais anteriores, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades na relação com os partidos políticos e/ou seus candidatos e o risco dos aliciamentos e pressões destes sobre os elementos das rádios, a vulnerabilidade dos voluntários perante estas situações pela sua condição de “não assalariados” e, conseqüentemente, os riscos de dúvidas na imparcialidade do trabalho da rádio e na probabilidade de perda de credibilidade da rádio junto às comunidades em que estão inseridas, optou-se por se definirem regras gerais de conduta que pudessem nortear e clarificar o papel das rádios comunitárias nos processos eleitorais. Assim, foi definido um conjunto de regras para as rádios comunitárias em relação ao seu papel e desempenho no processo eleitoral - As Dez Regras Gerais de Conduta.

Após a sua elaboração, as Dez Regras Gerais de Conduta foram lançadas oficialmente numa cerimónia que contou com a presença de representantes do Governo, Partidos Políticos, Órgãos de Comunicação Social, Organizações Internacionais, entre outros.

Cópias, em cartaz, destas Dez Regras, foram entregues ao Parlamento, Partidos Políticos, Instituições Públicas e Governamentais, Conselho Superior de Comunicação Social e Órgãos de Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Secretariado Técnico e Administrativo de Eleições, entre outros, a nível distrital, provincial e nacional.

Apresenta-se, de seguida, um extracto das Dez Regras Gerais de Conduta.

As Dez Regras Gerais de Conduta

I. PREAMBULO

1. Em Moçambique tem vindo a crescer o espaço do sector da comunicação social ocupado por Rádios Comunitárias, definidas como estações de radiodifusão sem fins lucrativos, que são propriedade e/ou geridas directamente por comunidades locais, servindo os seus interesses particulares, na base dos conteúdos dos seus programas. As motivações e bases de sustentabilidade desta rede de rádios locais são diversas e multifacetadas, abrangendo desde associações cívicas até Igrejas e o próprio Estado, e com parcerias internas e externas igualmente diversas.
2. Encontrando espaço de florescimento na base de um ambiente legal de abertura à liberdade de imprensa e desenvolvimento da sociedade civil, este movimento integra no ano 2003 um total de, pelo menos, 35 estações de rádio, espalhadas pelo País fora, de Norte a Sul.
3. Com o objectivo principal de coordenar estratégias e partilhar sinergias dentro do quadro dos seus objectivos comuns, nomeadamente tendo em vista a sua sustentabilidade, as instituições que formam as bases de apoio dos diferentes agrupamentos de rádios comunitárias decidiram, a partir de Maio de 2000, estabelecer um fórum informal de diálogo e troca de informação e experiências, denominado Núcleo de Coordenação de Rádios Comunitárias - NCRC. Fazem parte do NCRC as rádios comunitárias agrupadas sob o patrocínio do Instituto de Comunicação Social (ICS), do Instituto Austríaco de Cooperação Norte - Sul (ANSI), da Igreja Católica e da UNESCO.
4. No âmbito das suas actividades coordenadas, o NCRC realizou, no ano de 2002, três seminários regionais no Norte, Centro e Sul, envolvendo os órgãos de direcção das estações abrangidas, com o objectivo central de preparar plataformas comuns orientadoras das actividades de cobertura dos processos eleitorais próximos, nomeadamente das eleições municipais de 2003 e das parlamentares e presidenciais de 2004.
5. Ao longo de ricos e prolongados debates, ficou de novo sublinhada a grande responsabilidade que recai sobre as Rádios Comunitárias, enquanto instrumentos de comunicação de massas, destinados a dar voz aos sem voz, permitindo-lhes avaliar a sua realidade para melhorá-la cada vez, em clima de abertura e tolerância democráticas, e com o intuito de informar, educar e entreter, e tendo como pano fundo à preservação e consolidação da paz, condição indispensável para o desenvolvimento harmonioso do país. No culminar destes seminários regionais, foram adoptadas recomendações da maior importância para a participação das Rádios Comunitárias durante os processos eleitorais, de que o presente Código Geral de Conduta constitui breve resumo:

AS DEZ REGRAS GERAIS DE CONDUTA

1. As Rádios Comunitárias envolvem-se nos processos eleitorais através da produção e transmissão de programas de educação e sensibilização dos ouvintes, enquanto cidadãos com deveres e direitos cívicos estabelecidos de acordo com a lei.
2. As campanhas radiofónicas de educação cívica eleitoral são promovidas em estreita colaboração com os organismos relevantes, nomeadamente as Comissões de Eleições (Nacional, Provinciais, Distritais ou de Cidade) e o STAE, conforme a localização e alcance de cada estação radiofónica, e na observância da Lei de Imprensa.
3. No quadro das campanhas de educação cívica eleitoral, os programas são produzidos para focalizar matérias relevantes sobre:
 - a) A participação activa dos cidadãos nos processos eleitorais como um direito e dever cívico, conforme a lei.
 - b) O Processo, Datas e Locais do Recenseamento Eleitoral;
 - c) O Processo, Datas e Locais das Eleições Municipais ou Gerais e Presidenciais;
 - d) O Processo, Datas e Locais da Votação;
 - e) Os Órgãos de Direcção e Administração dos Processos Eleitorais (CNE e STAE)
4. As Rádios Comunitárias abstêm-se do uso de materiais (textos, dícticos, cassetes, etc.) de propaganda política de Partidos Políticos, de Coligações de Partidos Políticos ou de Candidatos a órgãos políticos a qualquer nível, para a produção de programas radiofónicos.
5. Em nenhuma circunstancia as Rádios Comunitárias oferecem, concedem, vendem, ou transmitem tempos de antena, quer sob a forma de comunicados de imprensa, leitura de mensagens, discursos ou entrevistas de propaganda política de Partidos Políticos, Coligações de Partidos ou Candidatos a cargos políticos.
6. As Rádios Comunitárias podem transmitir anúncios de Partidos Políticos, Coligações de Partidos Políticos ou de Candidatos a cargos políticos, sem qualquer conteúdo nem fim propagandístico, mas claramente identificados como publicidade paga, com a duração máxima de um minuto cada anúncio.
7. A cobertura jornalística de actividades de campanhas eleitorais deve limitar-se à transmissão de notícias factuais e sem quaisquer comentários.
8. Nenhum jornalista ou locutor da Rádio Comunitária cobra, recebe ou aceita pagamentos ou "gratificações" de qualquer espécie, feitos por/ou em nome de Partidos Políticos, Coligações de Partidos ou Candidatos a órgãos políticos.
9. Nenhum jornalista ou locutor da Rádio Comunitária se envolve pessoalmente em campanhas eleitorais sem antes renunciar publicamente e por escrito aos seus vínculos de trabalho com a estação radiofónica respectiva.
10. As Rádios Comunitárias agrupadas sob o NCRC de Moçambique e subscritoras destas Dez Regras Gerais de Conduta, lançam um forte apelo aos Partidos Políticos, Coligações de Partidos Políticos, Candidatos, Órgãos Eleitorais e demais forcas relevantes, no sentido de colaborarem para a estrita observância destes princípios, para o harmonioso fortalecimento da paz e da democracia no nosso País.

Moçambique, 2003
Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias (NCRC)

3. Os cursos de formação sobre “Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias”

Na sequência dos seminários regionais sobre a participação das rádios comunitárias na educação cívica e cobertura eleitoral organizados pelo Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias e com o apoio e a orientação da UNESCO, foram realizados três (3) cursos de formação em matéria de *“Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias”*.

Estes cursos foram realizados em cumprimento de uma das recomendações dos seminários regionais que previa a capacitação das rádios comunitárias, fundamentalmente, em temas relacionados com a área legal sobre eleições, jornalismo básico, e ética e deontologia jornalística. Estes cursos previam, também, capacitar as rádios comunitárias no uso das Dez Regras Gerais de Conduta e sua divulgação por outras instituições e organizações das comunidades onde funcionam as rádios.

Os Cursos foram organizados pelo Projecto Media da UNESCO, em parceria com o Instituto de Comunicação Social e contando com dois facilitadores, da UNESCO e do ICS.

As acções de formação tiveram lugar na cidade de Chimoio, província de Manica e de Nampula, em Dezembro de 2002 e, novamente em Chimoio, em Abril de 2003, num período de 10 dias para cada curso.

Participaram nestes cursos elementos seleccionados nas diferentes Rádios Comunitárias do país e o conteúdo programático dos cursos visou, fundamentalmente, transmitir conhecimentos sobre como, de forma prática, as Rádios Comunitárias podem produzir e apresentar bons programas de educação cívica do eleitorado. Para o efeito, o método de ensino/aprendizagem utilizado pelos facilitadores, consistiu, essencialmente, na abordagem dos temas de forma generalizada, acompanhada de exercícios práticos, dos quais resultou, também, a produção, pelos participantes, de alguns programas de rádio.

No decorrer dos cursos, foram distribuídos pelos participantes, diversos documentos relevantes, não só para facilitar uma melhor assimilação dos conteúdos abordados, como também para servir de instrumentos de apoio no futuro trabalho das rádios comunitárias no que diz respeito à educação cívica e cobertura eleitoral. Dos referidos documentos, destacam-se: A origem e evolução das rádios comunitárias, As rádios comunitárias e o ambiente legal, Como escrever de forma criativa? Exercícios Práticos, Jornalismo Básico, Ética e Deontologia Jornalística - Exercícios Práticos, Formatos de Programas e Fora da Caixa.

O programa dos cursos:

HORA	4 Feira- 9.04	5 Feira-10.04	6- Feira- 11.04	Sábado-12.04	Domingo-13.04
8:00	Apresentações Regras do curso Contexto do curso	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	Depois de uma noite na discoteca... estamos
8:30	Receios & Expectativas	As RC's e as autarquias locais	Apresentação da cobertura jornalística do dia anterior <i>Participantes</i>	Apresentação da cobertura jornalística do dia anterior <i>Participantes</i>	Depois de uma noite "quente" ... continuamos a dormir
9:00	<i>Rádio Comunitária: Conceito</i>	As RC's e as autarquias locais	As RC's e o processo eleitoral	Educação cívica do eleitorado: o que é? Como fazê-la nas RC's?	Depois de uma noite "quente"... ainda estamos
10:15	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10:30	As rádios comunitárias e o ambiente legal	As RC's e as autarquias locais	As RC's e o processo eleitoral	Educação cívica do eleitorado: o que é? Como fazê-la nas RC's?	Depois de uma noite "quente"... começamos
12:30	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14:00	O sistema democrático moçambicano	Visita a Assembleia Municipal, com cobertura jornalística	Simulação de um processo eleitoral cobertura jornalística	Grupo editorial: conceito, criação e funcionamento	Depois de uma noite "quente"... chamamos os grupos editoriais
16:15	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
16:30	O sistema democrático moçambicano	Debate sobre a visita <i>Um (a) participante</i>	Debate sobre a simulação <i>Um (a) participante</i>	Constituição de grupos editoriais entre os participantes	Depois de uma noite "quente"... revemos os apontamentos e fazemos planos para produzir o programa de educação cívica
21:00				Contribuímos para uma festa ou vamos à discoteca	
HORA	Segunda- 14.04	Terça- 15.04	Quarta- 16.04	Quinta-17.04	Sexta- 18.04
8:00	Avaliação dos primeiros cinco dias	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	A minha rádio (objecto) <i>Participantes</i>	Finalização dos trabalhos de campo
8:30	A Ética e a deontologia jornalística	Formatos de programas de rádio	Apresentação e discussão dos planos de produção de educação cívica	Trabalho de campo	Vamos ouvir o que está nas cassettes <i>Todos</i>
9:00	A Ética e a deontologia jornalística	Formatos de programas de rádio	Apresentação e discussão dos planos de produção de educação cívica	Trabalho de campo	Vamos ouvir o que está nas cassettes <i>Todos</i>
10:15	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10:30	A Ética e a deontologia jornalística	Formatos de programas de rádio	Como escrever de forma criativa	Trabalho de campo	Vamos ouvir o que está nas cassettes <i>Todos</i>
12:30	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14:00	A Ética e a deontologia jornalística: exercício	Que formatos para programas de educação (trabalho em grupos) <i>Participantes</i>	Como escrever de forma criativa	Trabalho de campo	Comentemos o que ouvimos <i>Todos</i>
16:15	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
16:30	Análise e discussão dos exercícios produzidos	Apresentação dos trabalhos em grupo	Como escrever de forma criativa? Exercício	Trabalho de campo	Valeu a pena termos passado estes dez dias (Avaliação final) <i>Todos</i>
19:30	Contribuímos para uma festa ou vamos à discoteca				Encerramos à chave de ouro!!

Um factor importante no decorrer destes cursos foi que, para além dos facilitadores principais, se contou com a participação de oradores convidados que abordaram aspectos técnicos ligados aos processos eleitorais e as autarquias locais, nomeadamente o Director Provincial do STAE, em Manica, e o vereador e porta-voz do Conselho Municipal, também de Manica. Outro facto importante foi à oportunidade que os participantes tiveram de trocar impressões com a directora-geral do ICS, com a qual abordaram questões relacionadas como o nível de transmissão dos conhecimentos por parte dos facilitadores, o seu desempenho e as necessidades de formação para o futuro, além dos aspectos logísticos.

De salientar que, de acordo com a natureza dos cursos realizados, o aproveitamento pedagógico dos cursantes, no geral, foi muito positivo, tendo-se em conta o que ficou reflectido no resultado das avaliações feitas no final de cada curso. (tabelas de avaliação final, em anexo).

Segundo Capítulo

I. Experiência das Rádios Comunitárias nas Eleições Autárquicas de 2003 em Moçambique

1. Nota introdutória:

Este capítulo é dedicado a uma apresentação e a uma análise comparativa de 3 estudos de caso, nomeadamente, da Radio Comunitária do Dondo, Geson e de Cuamba.

Cada estudo de caso foi estruturado tendo em conta:

1. A localização geográfica, o estatuto e as características do local em que se encontra inserida a Rádio Comunitária.
2. A rádio Comunitária: i) Breve resumo sobre o seu surgimento, ii) perfil da estação; iii) estrutura e organização; iv) o programa de educação cívica e cobertura eleitoral e a análise dos programas produzidos pela rádio.
3. A comunidade, o processo eleitoral e a rádio - o impacto na comunidade, do trabalho da rádio.
4. Os rumores que circulavam pela comunidade em relação ao processo eleitoral e ao trabalho da rádio.
5. Avaliação sobre a experiência da rádio nas eleições.

Entretanto, antes de se partir para a apresentação das diferentes experiências destas rádios comunitárias, importa se fazer referência a alguns aspectos que contribuem para uma melhor compreensão das informações contidas neste capítulo do livro, tais como:

➤ O período em que decorreu a pesquisa em cada local alvo de estudo:

- Em Dondo, a pesquisa foi feita durante o período da campanha para o de mobilização para o recenseamento.
- Em Chimoio, a pesquisa foi feita durante o período da campanha de actualização dos cartões de eleitores e da mobilização dos cidadãos para votarem.
- Em Cuamba, a pesquisa foi feita durante o período da campanha eleitoral dos partidos políticos e seus candidatos.

* Deste modo, os resultados das experiências de cada uma das rádios comunitárias, variam, muito provavelmente, de acordo com os períodos em que a pesquisa teve lugar, pois são baseadas em constatações feitas em diferentes fases do processo eleitoral.

➤ O Conceito de Comunidade utilizado nos estudos de caso:

A discussão em volta do conceito de COMUNIDADE tem sido, ultimamente, muito regular, em paralelo com o conceito de Sociedade Civil, por parte de instituições e organizações governamentais e não - governamentais nacionais e, também, por parte de agências e organizações internacionais.

Entretanto, para este fim, da apresentação dos estudos de caso deste livro, a Comunidade se refere a todo o leque de instituições, organizações, grupos e indivíduos que fazem parte de um distrito ou uma cidade.

➤ **O perfil do programa de educação cívica eleitoral, definido pelas rádios comunitárias:**

De acordo com o definido pelas rádios comunitárias e, pelo conteúdo do manual de apoio elaborado pelo Projecto Media da UNESCO para a produção de programas de educação cívica e cobertura eleitoral, três fases se figuram: A planificação, a produção e a emissão. Neste sentido, aspectos como a definição de dias e períodos de emissão, tempo de antena na grelha, uso dos vários formatos de programa (informativo, educativo, drama, musicais, magazine, Tc), público alvo, temas e conteúdos, linguagem a ser usada (nítida, simples, correcta, etc.), entre outros, se tornam de extrema importância no trabalho das rádios comunitárias sobre o tema eleições.

A educação cívica é uma actividade que tem por fim a elevação da consciência social e cívica dos cidadãos. À semelhança de qualquer programa radiofónico, o Programa de Educação Cívica Eleitoral a ser transmitido nas Rádios Comunitárias, no período legalmente estabelecido, é concebido e produzido pelo Grupo Editorial respectivo e obedece às regras estabelecidas na estação relativas a três fases, nomeadamente: A planificação, a produção e a emissão.

➤ **O Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral:**

De forma a melhor organizar os voluntários na planificação, produção e emissão dos programas, as rádios comunitárias criaram grupos editoriais dedicados a cada tema específico que a rádio aborda. No caso do programa de educação cívica e cobertura eleitoral, o grupo editorial criado se denomina de Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral e as suas principais atribuições são:

O Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral é responsável pela recolha, tratamento e publicação das informações inerentes ao processo eleitoral, eleições autárquicas e gerais, sob forma de notícias, reportagens, entrevistas, crónicas ou outros géneros jornalísticos, bem como, a promoção de campanhas de educação cívica para as comunidades mediante os conteúdos a serem fornecidos pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e outros organismos, se os houver, que prossigam objectivos similares.

2. Estudos de caso:

Estudo de caso 1 - A Rádio Comunitária do Dondo

Estudo de caso 2 - A Rádio Comunitária Geson

Estudo de caso 3 - A Rádio Comunitária de Cuamba

A Rádio Comunitária do Dondo

1. O distrito de Dondo

Dondo está situado no cruzamento entre o Corredor da Beira e a estrada que dá aos distritos do vale do Zambeze, distando-se aproximadamente ha 30 quilómetros da cidade capital da província, Beira. O Distrito tem uma população de cerca de 118.000 habitantes, distribuídos entre idosos, adultos, jovens e crianças. Entretanto, a maior percentagem da população é jovem e do sexo masculino⁵, sendo que os menores de 16 anos de idade representam cerca de 54% do total dos habitantes.

Dondo acolhe pessoas de diferentes origens, incluindo do Zimbabwe, devido aos grandes processos migratórios impulsionados pela guerra civil e pela actual situação de tensão vivida no Zimbabwe. A maior percentagem populacional professa a religião protestante seguida da católica e as línguas Sena e Ndau são as mais faladas neste distrito.

A cidade do Dondo tem uma importante parte económica sobre tudo nas áreas da indústria, trânsito e comércio pela localização de um parque significativo da indústria, como as fábricas de cimento, de travessas ferroviárias, de explosivos, de lusalite, de processamento de madeira, serração, entre outras. A importância económica do Dondo é também aumentada pela grande mobilidade que existe na sua área ferroviária e rodoviária que engloba a estrada Beira – Machipanda, servindo como cruzamento do Corredor da Beira com a estrada para Cheringoma, Caia e Marromeu. Na cidade de Dondo se encontram vários estabelecimentos comerciais formais, prevalecendo também muitas actividades comerciais de carácter informal.

Entretanto, embora Dondo tenha o carácter de cidade industrial, a maioria da população vive da agricultura de subsistência e de pequenos negócios. Sob o ponto de vista da educação, é de salientar a existência de escolas que leccionam desde os níveis primários ao pré-universitário, embora o número de alunos supere, em grande medida, as capacidades das instâncias escolares existentes, ao número de professores, ao material didáctico básico, entre outros.

Em relação às instituições e organizações locais, é de notar que, nesta cidade operam, actualmente, uma média de quinze associações e ONGs nacionais trabalhando, maioritariamente nas em actividades de educação cívica sobre direitos humanos, DTS/SIDA e saneamento. Apoio às crianças desamparadas, viúvas e idosos, de alfabetização e de formação profissional para jovens e mulheres, são outras actividades que estas organizações desenvolvem.

De referir que, para além das instituições nacionais governamentais e não governamentais, existe, em Dondo, uma grande presença das igrejas. As igrejas são

⁵ Segundo informações do Plano Estratégico da Rádio Comunitária do Dondo e baseadas no Censo Populacional de 1997.

variadas e muitas delas desempenham também actividades ligadas ao apoio humanitário e a educação não formal e é tão forte a sua presença que, inclusive, foi criada uma organização de carácter religiosa denominada União das Igrejas do Dondo.

Em relação aos Órgãos de Comunicação Social, para além da Rádio Comunitária do Dondo, é também possível em Dondo captar-se as emissões da Antena Nacional da Rádio Moçambique, da Rádio Cidade da Beira, da RDP África, da Rádio Comunitária do Búzi e da Rádio Pax. Em termos de órgãos de informação escrita, Dondo possui uma limitada circulação, não há jornais à venda e os que aparecem são comprados na cidade da Beira e poucas pessoas tem acesso a esse “luxo”. A diminuta circulação de jornais, revistas e outros meios de informação escrita deve-se, por um lado, ao facto de que maioria da população é analfabeta ou tem pouca escolarização e, por outro lado, pelo fraco poder de compra por parte dos interessados em eventuais situações de existência⁶.

2. A Rádio Comunitária do Dondo

2.1. Breve resumo sobre o surgimento da rádio

Após um processo, iniciado pela ASSERCO - Associação dos Serviços Comunitários - que se candidatou na sequência de um anúncio publicado nos vários jornais do País, inserido pelo Projecto Media da UNESCO/PNUD, visando à criação de dez rádios comunitárias em Moçambique, surgiu a primeira iniciativa da Rádio Comunitária do Dondo.

Em Maio de 2000, a UNESCO anuncia que a candidatura da ASSERCO havia sido considerada, dando início a um processo de criação de condições organizacionais tendo em vista a instalação de estruturas comunitárias locais para se tornarem proprietárias da estação. Deste processo foi criada a Associação para o Desenvolvimento do Distrito do Dondo, abreviadamente designada por ADEDO - uma Associação Cívica Local, reconhecida juridicamente, que passou a ser a gestora desta rádio comunitária que foi instalada com o apoio da UNESCO.

2.2. Perfil da estação da rádio

Nome da rádio: Rádio Comunitária do Dondo.

Slogan: Veículo de Desenvolvimento.

Frequência: 106.0 Mhz FM

Raio de cobertura: 50 Km.

Áreas cobertas: Todo o Distrito de Dondo e regiões circunvizinhas.

Conteúdo editorial: Programas de carácter informativo, educativo, formativo, lúdico e desportivo.

Línguas de emissão: Português, Sena e Nda.

Horário de emissão: 6 horas diárias (das 07:00h às 09:00h, emissão em Sena; das 14:00h às 16:00h, emissão em Nda; e das 18:00h às 20:00h, emissão em Português).

Formato de programas: Os programas são pré - produzidos por voluntários.

⁶ Fonte: Plano Estratégico da Rádio Comunitária do Dondo.

2.3. Estrutura e organização da rádio

A ADEDO é a associação “mãe” da Rádio Comunitária do Dondo que assegura o seu papel em relação à rádio através de um comité de gestão – composto por pessoas eleitas da associação. Especificamente, em termos de organização da rádio, esta conta com um coordenador coadjuvado por um mobilizador, um técnico e uma administrativa. Os voluntários que trabalham na produção dos programas da rádio trabalham directamente com o mobilizador.

A Rádio Comunitária do Dondo (RCD), tal como todas as rádios apoiadas pela UNESCO, para além de contar com o coordenador, mobilizador, técnico e a assistente administrativa, que são pagos pela ADEDO, através do financiamento da UNESCO⁷, conta também com um grande número de voluntários, na sua maioria estudantes. Actualmente, a rádio funciona com 70 voluntários, dos quais 13 são mulheres e 57 são homens, entre jovens e adultos.

A rádio funciona, essencialmente, seguindo uma política editorial que foi elaborada num processo dinamizado pelo coordenador e com a posterior apreciação e aprovação da ADEDO e do Projecto Media da UNESCO (*Política Editorial, em anexo*). Esta foi desenvolvida de modo a facilitar o trabalho tanto do coordenador e do mobilizador, assim como dos voluntários, no seguimento de uma linha editorial adequada ao funcionamento de uma rádio comunitária.

Em termos de emissão, a RCD tem uma grelha de programas dividida em 3 emissões, nomeadamente em Sena, Ndaú e Português que são as línguas mais faladas no distrito de Dondo. Esta grelha tem cerca de dois a três programas sobre temas específicos, por cada emissão. Havendo três emissões por dia, perfaz um total aproximado de cinco a seis programas por dia, sendo a restante programação preenchida com espaços musicais, dedicatórias e o noticiário do dia. No entanto, na próxima grelha de programas, que entrará em vigor em Novembro de 2003, a rádio tenciona efectuar uma alteração em termos de programas, nomeadamente a inclusão de novos programas tais como “Contos Populares”, “À Volta da Fogueira”, “Magazine” e “Conversa com Doentes do Hospital⁸”. (*Em anexo, um exemplo da grelha de programas para 1 dia de emissão*).

De modo a melhor responder a sua grelha de programas, a rádio formou dez grupos editoriais⁹ para cada tema específico. Estes grupos são constituídos pelos voluntários que se encarregam de produzir todo o tipo de programas desde as notícias, reportagens, entrevistas até aos artigos de opinião sobre assuntos referentes às respectivas áreas editoriais. Cada grupo editorial tem um chefe, o qual é responsável pela coordenação do trabalho da sua equipa. O chefe do grupo responde directamente ao mobilizador e este ao coordenador. Assim sendo, os grupos editoriais da Rádio Comunitária do Dondo,

⁷ A UNESCO, através do Projecto “Desenvolvimento dos Media em Moçambique” apoiou a criação de rádios comunitárias, incluindo a do Dondo, estendendo também um apoio financeiro no pagamento de salários, alimentação para os voluntários e manutenção do equipamento da rádio.

⁸ Este programa foi motivado pela existência de muitas queixas dos pacientes do Hospital de Dondo sobre o tipo e as condições precárias de atendimento praticados nesta instância de saúde. Atenta às informações que circulavam pelo distrito em volta desta problemática, a rádio decidiu abrir um espaço de forma a dar uma oportunidade à comunidade para se abordar este assunto tão pertinente.

⁹ Os grupos editoriais foram constituídos de modo a melhor responderem a uma determinada área de programação, exemplo: Saúde, educação, etc. A ideia é de que diferentes pessoas da comunidade ligadas a área temática de um grupo editorial possam, a título de voluntários, contribuir na planificação e produção de programas.

são: 1) Grupo editorial de agricultura, pecuária pesca, floresta e meio ambiente; 2) saúde; 3) mulher e assuntos do género; 4) economia e negócios; 5) direitos humanos, democracia e governação; 6) educação, assuntos sociais e juvenis; 7) assuntos culturais, recreativos e religiosos; 8) criança; 9) desporto; e, o mais recente 10) grupo editorial de cobertura eleitoral. *(descrição de cada grupo editorial, em anexo).*

De uma maneira geral, esta é a Rádio Comunitária do Dondo, em termos de sua estrutura e organização. Importa agora demonstrar a experiência desta pequena estação radiofónica no trabalho de educação cívica eleitoral que acompanhou o processo das eleições autárquicas no Município de Dondo, no ano de 2003.

2.4. Programa de Educação Cívica Eleitoral

De acordo com a grelha de programas da RCD, o programa de educação cívica e cobertura eleitoral é emitido uma vez por semana, às segundas-feiras, no horário das 18:05h às 18:30h e na emissão em Português.

Estes programas começaram a ser produzidos e lançados ao ar em Agosto de 2003 e, somente, após o envolvimento da rádio nas acções de sensibilização e capacitação organizadas pelo Projecto Média da UNESCO em colaboração com o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias¹⁰. O início deste programas foi também impulsionado pelo apoio da UNESCO em termos de meios materiais e humanos para a rádio trabalhar na educação cívica e cobertura eleitoral.

Quem faz?

De modo a facilitar o trabalho dos voluntários sobre este tema, foi constituído um **Grupo Editorial para a Cobertura Eleitoral (GECE)**. Na RCD este grupo existe desde Abril de 2003, altura em que o Projecto Media da UNESCO realizou um dos seminários de capacitação em matéria de “Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias” onde participaram dois elementos da RCD, incluindo o mobilizador. Assim sendo, metade dos voluntários antes integrados no Grupo Editorial de Direitos Humanos e Boa Governação passaram a fazer parte do GECE (porque eram os mais indicados para tal, de acordo com a sua área temática ligada à boa governação). Para o GECE, um dos voluntários que tinha beneficiado do curso realizado pela UNESCO foi nomeado chefe do grupo e responsável pela dinamização dos programas sobre cobertura eleitoral. De salientar que, com vista a facilitar e melhor coordenar o trabalho do GECE, a RCD desenvolveu um documento que contém o regulamento e as regras para o funcionamento deste grupo editorial que se encontra afixado na sala de redacção de modo a não haver justificações para o não cumprimento das disposições regulamentadas. *(Regulamento e regras do grupo, em anexo).*

Como se faz?

Uma vez que na RCD os programas são todos pré - produzidos, o que significa que nenhum programa é feito em directo, ou seja, todos os programas são gravados e posteriormente emitidos, o programa de educação cívica eleitoral é produzido, geralmente, dois a três dias antes da sua emissão. Para o efeito, o GECE reúne-se

¹⁰ Informações mais detalhadas sobre estes cursos estão descritas no primeiro capítulo deste livro.

semanalmente para planificar os programas e distribuir as tarefas (quem vai efectuar a recolha do material, quem vai escrever o *script* e quem vai gravar o programa). Este sistema é rotativo, alternando-se sempre as tarefas de modo a que todos possam ir ao terreno, escrever e gravar os programas.

No entanto, o GECE elabora também uma planificação mensal onde constam os temas gerais para os programas a serem produzidos e as possíveis fontes a serem contactadas. Depois, ao longo do mês, é feita uma planificação semanal onde se discute e se define o conteúdo do programa de cada semana, seu formato e a divisão das tarefas. Este plano é posteriormente discutido entre os voluntários e o mobilizador e depois apresentado ao coordenador para a sua aprovação. Como todos os programas são pré - produzidos o coordenador tem a possibilidade de escutar o programa antes de o aprovar para ser emitido.

Espelhando o processo de planificação dos programas, os planos mensais para Setembro e Outubro foram planificados da seguinte maneira¹¹:

Plano do mês de Setembro de 2003

Nome do programa: Educação Cívica de Cobertura Eleitoral

Nº	Tema do programa	Formato usado	Público alvo
01	Substituição de talões por cartões	Informativo	Eleitores com talões e outros no geral
02	Educação cívica eleitoral	Drama	Eleitores
03	- Divulgação da Lei 19/2002 - Entrevista com alguns munícipes	Informativo e educativo	Toda a comunidade
04	- Balanço sobre a substituição dos talões - Continuação da divulgação da Lei 19/2002	Informativo	Eleitores e Comunidade no geral

Plano do mês de Outubro de 2003

Nome do programa: Educação Cívica de Cobertura Eleitoral

Nº	Tema	Formato usado	Público alvo
05	O "ABC" da votação	Drama	Eleitores e comunidade no geral
06	O "ABC" da votação (continuação)	Informativo e educativo	Eleitores e comunidade no geral
	O "ABC" da votação (continuação)	Informativo e educativo (com a presença de um educador cívico no programa)	Eleitores e comunidade no geral
	O "ABC" da votação (continuação)	Informativo e educativo (com entrevistas feitas na comunidade)	Eleitores e comunidade no geral

2.5. Análise dos programas

No total, foram produzidos oito programas (até ao momento em que foi feita a análise), mas destes, somente foi possível encontrar dois programas gravados em português e um programa gravado em Sena que serviram de base para a análise.

Em termos de tema dos programas produzidos em Setembro e Outubro, estes constam nas tabelas anteriormente apresentadas. Quanto aos programas de Agosto estes foram,

¹¹ Estas tabelas foram elaboradas pela RCD e encontram-se afixadas na sala de redacção.

segundo o coordenador e o mobilizador da rádio, dedicados ao tema “recenseamento”, mas não existem gravações ou registos escritos sobre os mesmos por falta de cassetes para o seu arquivo.

Mas, é de salientar, que no início da pesquisa o programa de cobertura eleitoral estava parado, por motivos que não foram possíveis clarificar e, durante as duas semanas em que decorreu a pesquisa no distrito de Dondo nenhum programa foi emitido. Entretanto, com base nas informações recolhidas durante as entrevistas para a pesquisa deste livro, a rádio tenciona produzir alguns programas participativos, seguindo a planificação mensal já elaborada.

Dos três programas escutados e analisados pode-se referir que os seus objectivos são claros e apresentados logo no início de cada programa. A mensagem é central, rodando a volta do objectivo principal do programa. No entanto, num destes programas à clareza da mensagem vai se perdendo um pouco pelo facto de ser apresentada numa linguagem bastante formal e pelo uso de termos complicados que o próprio locutor tinha dificuldade em as pronunciar (talvez, por este programa ter sido dedicado a apresentação da Lei Eleitoral).

Portanto, um dos programas foi, em grande medida, dedicado a uma leitura sobre a divulgação da Lei 19/2002¹², tal como está escrita e sem explicação sobre terminologias jurídicas complicadas.

O segundo programa abordou, também, a divulgação desta lei, nos mesmos moldes que o programa anterior, mas com uma parte adicional dedicada a opinião de alguns municípios sobre o recenseamento e a importância do voto (foram entrevistados cerca de seis cidadãos, homens e mulheres). Entretanto, este programa já inclui um espaço para a participação dos municípios, tomando em consideração as opiniões tanto de homens como de mulheres. Em entrevista com o grupo editorial para a cobertura eleitoral (CECE), este tinha sido, até ao momento, o único programa com a participação de diversas pessoas da comunidade.

O terceiro programa abordou o assunto da actualização dos cartões de eleitores, tendo-se para tal feito uma entrevista, na rádio, com o Director Adjunto da Comissão Distrital de Eleições. Neste programa foi passada uma informação muito útil sobre as estatísticas dos eleitores que já tinham regularizado os seus cartões e quantos ainda não o haviam feito.

A música de fundo usada nos três programas é a mesma usada pelos outros órgãos de informação de âmbito nacional (Rádio e Televisão de Moçambique) que, embora repetitiva, deixa o ouvinte atento para o teor do programa, pois esta música já é conhecida por muitas pessoas que a relacionam imediatamente com as eleições. Entre as informações do programa, músicas tradicionais são passadas, de forma a não tornar o programa muito “pesado”.

Mas, deve-se salientar que estes programas foram apresentados tanto por homens como por mulheres, na locução.

De um modo geral, os programas foram feitos com base nas informações contidas no material da CNE/STAE sobre a Lei Eleitoral, o Recenseamento e Importância do Voto. Embora a divulgação da lei tenha sido feita numa linguagem que soava completamente

¹² Lei sobre Procedimentos Eleitorais

escrita, ou seja, numa leitura integral do documento, a mensagem era de teor importante e num momento oportuno em que o foco principal era a mobilização para o recenseamento e actualização dos cartões de eleitores. A extrema formalidade e quase “incompreensão” de muitas expressões difíceis contidas no documento desta lei podem não ter captado o interesse total dos ouvintes, mas tal facto não pode ser comprovado uma vez que nenhum dos entrevistados na comunidade se referiu a dificuldades na compreensão das mensagens dos programas. A participação de pessoas da comunidade neste programa sobre a Lei Eleitoral “suavizou”, de certo modo, o carácter formal da mensagem e adequou o programa a uma realidade mais local. Em relação ao programa sobre a actualização dos cartões de eleitores, a linguagem usada foi muito mais clara e a polémica sobre a escassez dos cartões que rondava pelo distrito fez deste programa oportuno e de provável grande interesse para a comunidade.

3. Impacto na comunidade

3.1. A comunidade, o processo eleitoral e a rádio

De forma a descrever, de certo modo, as opiniões da comunidade sobre o decorrer do processo eleitoral, no geral, e sobre o trabalho da rádio na educação cívica eleitoral, em particular, realizaram-se entrevistas de recolha de opinião com diversos indivíduos e grupos do distrito de Dondo¹³, nomeadamente:

Entrevistados	Total	Homens	Mulheres
Líderes Comunitários	3	3	0
Líderes religiosos	24	24	0
Comissão Distrital de Eleições	1	1	0
Membros de Partidos Políticos	5	5	0
Estudantes da Escola Secundária de Dondo	10	5	5
Professores da Escola Secundária de Dondo	4	3	1
Mulheres do Povoado de Macharoti - Dembe	8	0	8
Vendedores do Mercado Central de Dondo	15	7	8
Trabalhadores da Fábrica de Cimento	10	8	2

Tendo em conta as entrevistas feitas durante a pesquisa e os acontecimentos vividos e experimentados no decorrer do processo eleitoral no distrito de Dondo, a descrição sobre a opinião da comunidade em relação ao papel e ao trabalho da rádio na educação cívica e cobertura eleitoral, será feita tendo-se também em conta a relação e a colaboração entre a comunidade e a rádio.

Comissão Distrital de Eleições/STAE

A rádio conta com uma boa colaboração da Comissão Distrital de Eleições/STAE. No início da produção dos programas sobre educação cívica e cobertura eleitoral, o Presidente do CDE aproximou-se da rádio e solicitou a máxima colaboração deste órgão de informação na difusão de informação sobre as eleições e, predispondo-se a abrir as portas da CDE para a rádio, sempre que necessário. A rádio e a CDE têm uma boa relação de colaboração que se estende até ao momento. O facto de a RCD e a CDE

¹³ Em anexo, a lista detalhada das pessoas entrevistadas.

serem “vizinhos” torna esta colaboração muito mais eficaz, visto que o pessoal da rádio se desloca sempre aos escritórios da CDE/STAE sempre que necessita de um esclarecimento ou novas informações sobre as eleições.

“Eu acompanho todos os programas eleitorais da rádio. Às vezes aproximo-me da rádio para rectificar alguma informação transmitida ou dar novas informações sobre o andamento do processo eleitoral. As portas da CDE estão sempre abertas para a rádio e os voluntários sabem disso. Temos uma boa colaboração e devo dizer que a rádio está a fazer muito bom trabalho, pois eu próprio aprendo algumas coisas novas com os programas da rádio sobre eleições” – Presidente do Conselho Distrital de Eleições, em Dondo.

Administração Distrital

Em relação à Administração Distrital (AD), felizmente, embora existam muitos rumores de uma fase anterior de relações cortadas, a RCD e a Administração Distrital mantêm óptimas relações de amizade e de colaboração no trabalho, tanto que agora nenhuma actividade de relevo é realizada pela administração sem que a rádio seja convidada. Sobre o propósito dos rumores, a RCD afirma que realmente houve, no início uma certa tensão entre a rádio e a administração, mas uma mudança repentina e radical se operou, recentemente. Sobre os motivos que possam ter causado esta mudança nas relações entre a RCD e a administração, a rádio diz não ter havido nenhum acontecimento visível que tenha servido como um motivo aparente para essa mudança repentina e que a justificação poderá ser somente uma: A administração finalmente se apercebeu de que a rádio é um dos mais fortes meios de circulação de informação no distrito e que esta está realmente a trabalhar em prol da comunidade.

“O ambiente entre a rádio comunitária e a Administração do Distrito de Dondo (AD) era de se lamentar. Havia muita confusão porque a AD pensava que a rádio pertencia ao Conselho Municipal. A AD dizia que a rádio publicava mais informações sobre o município e sonegava as informações sobre a administração. Existiu até uma altura em que a RCD e a Administração tinham relações cortadas e que a administradora se recusava a receber os elementos da rádio. Mas, agora a situação já mudou para o positivo” – Mobilizador da rádio.

Infelizmente não foi possível entrevistar-se a Administradora ou um outro representante da Administração Distrital de Dondo de forma a obter a opinião desta entidade sobre a sua relação com a rádio. Entretanto, tanto o mobilizador, como o coordenador e grande parte dos voluntários da rádio confirmaram de que antes a relação entre a AD e a rádio não era nada salutar, mas recentemente esta é de se louvar.

Partidos Políticos

Com os partidos políticos presentes em Dondo, especialmente aqueles que possuem candidatos para as eleições, a RCD tem uma colaboração muito superficial. Infelizmente, durante a pesquisa só foi possível entrevistar-se dois representantes dos três partidos políticos que possuíam candidatos à Presidência da Autarquia de Dondo. Deste modo, representantes do Partido RENAMO e do IPAD foram entrevistados, ficando em falta do Partido FRELIMO (que por ter “a agenda muito cheia” não foi possível conceder uma entrevista para a realização deste trabalho).

RENAMO – União Eleitoral

Em relação ao Partido RENAMO - União Eleitoral, segundo a entrevista concedida pelo seu membro e candidato às eleições autárquicas, a rádio comunitária tem tido um desempenho muito exemplar, até ao momento, centrado numa imparcialidade aceitável, embora em relação aos programas de educação cívica eleitoral muito não nos foi dito, pois o entrevistado não tem acompanhado este programa.

“A rádio é bem vinda em nossa casa, para entrevistas ou averiguações. Mas, infelizmente, eu próprio, não tenho muito tempo para escutar os programas da rádio comunitária sobre educação cívica eleitoral porque, geralmente costumo ouvir a rádio Beira, na emissão nacional, e a televisão de Moçambique” – Delegado Distrital da RENAMO - União Eleitoral e Candidato à Presidência do Município de Dondo.

A Delegação Distrital da RENAMO, em Dondo, teve o conhecimento das Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias e estas se encontram afixadas na entrada da sua sede. A opinião dos representantes deste partido político (os que foram entrevistados) sobre a existência destas regras é de que estas vieram em boa hora para ajudar a definir e regulamentar melhor o papel das rádios comunitárias no decorrer do processo eleitoral.

“Nós temos conhecimento da essência da rádio comunitária e dentro do possível tentamos estar sempre disponíveis para qualquer informação que a rádio necessitar. Já tivemos contacto com a rádio na altura da apresentação das Dez Regras e, embora eu não acompanhe os programas da rádio, os meus colegas têm me falado de que os programas são muito bons e estão a ajudaram muito na mobilização dos eleitores para o recenseamento e no fornecimento de informações sobre o processo de votação” - Delegado Distrital da RENAMO - União Eleitoral e Candidato à Presidência do Município de Dondo.

Segundo o entrevistado, a RENAMO, em Dondo, olha para o papel da rádio comunitária como importante uma vez que em todos os processos eleitorais o papel da comunicação social é vital, principalmente quando se pretende fazer valer os princípios democráticos. No entanto, enfatizou o seu apelo à rádio para que durante todo o processo eleitoral continuem a mostrar um bom trabalho, especialmente durante as campanhas dos partidos políticos onde a imparcialidade da rádio é mais do que fundamental.

“A rádio deve continuar a ser imparcial. Não pode haver tendências. A rádio deve ir a encontro da verdade e divulgar aquilo que é real. Gostaria, no entanto, que a rádio pudesse divulgar as nossas intenções, os nossos programas e projectos, dentro da sua neutralidade política, é lógico” - Delegado Distrital da RENAMO - União Eleitoral e Candidato à Presidência do Município de Dondo.

Alguns dos representantes da RENAMO, também entrevistados, alegaram dificuldades na sintonia das emissões da rádio comunitária e, se referiram também a certos inconvenientes que o horário dos programas de educação cívica eleitoral trazem para os ouvintes.

“O meu problema é de sintonia. Às vezes consigo, outras vezes não. E o horário em que passa o programa eleitoral não é muito conveniente para min. Mas, mesmo assim eu já

consegui ouvir alguns programas e gostei porque são muito educativos e têm a ver com o nosso dia a dia” – Chefe Distrital de Mobilização da RENAMO - União Eleitoral.

Embora sem muita informação sobre os programas emitidos pela rádio em matéria de educação cívica eleitoral, os representantes da RENAMO – União Eleitoral, em Dondo, apreciam o trabalho da rádio e mesmo sem uma estreita colaboração no que diz respeito ao trabalho, no geral, da rádio, não existem indicações de que este partido político esteja a conotar a rádio com outros partidos políticos. Num distrito como Dondo que é parte de uma província sobejamente conhecida pelos seus atribulados acontecimentos de “guerrilha política”, é de salutar o facto de que a rádio comunitária seja vista pelo principal partido da oposição como sendo imparcial e servindo integralmente à comunidade.

IPAD

O IPAD – Instituto para a Paz e Democracia - é um partido novo e em Dondo a sua presença também o é. Candidatou-se às presentes eleições autárquicas e, embora ainda se esteja a enraizar no distrito, já é bem conhecido da comunidade. Deste partido pouco ainda se poderá dizer sobre a sua relação com a rádio comunitária, uma vez que, até ao momento, o IPAD somente se aproximou da rádio para fazer uso dos serviços de fotocópias (um serviço que a RCD tem disponível para toda a comunidade).

Em entrevista com alguns representantes do IPAD – Dondo, estes demonstraram pouco saber sobre os programas emitidos pela rádio comunitária em matéria de educação cívica eleitoral. Em relação a outros programas da rádio, estes são escutados e conhecidos pelos membros do IPAD que conhecem a rádio desde que esta foi instalada, mas foram sinceros em confessar que, neste momento de eleições, eles têm preferido sintonizar a emissão nacional de forma a melhor acompanharem o que se passa pelo país em termos de eleições. Entretanto, o IPAD tem conhecimento sobre as Dez Regras Gerais de Conduta, esta se encontra afixada na sua sede e já tiveram uma informação directa da rádio comunitária de que esta estaria a emitir programas sobre educação cívica e cobertura eleitoral.

Outros órgãos de informação

Com outros órgãos de informação, a RCD tem muito pouca colaboração, sendo que somente a rádio aproveita algumas informações sobre as eleições emitidas ou publicadas pela Rádio Moçambique ou o Jornal Notícias para divulgar nas suas emissões. Este facto pode se dever, em grande medida, a ausência destes grandes órgãos de informação, em Dondo.

Governo local

Segundo a própria rádio e alguns entrevistados no decorrer da pesquisa, por parte das estruturas locais, em particular do governo, não houve qualquer contacto ou actos de sensibilização para o envolvimento da rádio comunitária no processo eleitoral. Os contactos e as aproximações feitas por parte destas entidades deram-se após o início dos programas dedicados às eleições feitos pela rádio. Segundo informações da rádio, são

raras às vezes em que as entidades governamentais locais se aproximam da rádio para fins de colaboração ou parceria na realização de um trabalho radiofónico.

União das Igrejas de Dondo

Com a União das Igrejas de Dondo, a colaboração tem se estreitado dentro dos limites do razoável. Na verdade, a opinião de grande parte dos pastores e padres representantes das várias igrejas membro desta união, a colaboração poderia ser melhor, mas lamentam a pouca abertura da rádio para a concessão de espaços dedicados a passagem de mensagens religiosas. Para a União das Igrejas do Dondo, embora louvem e apreciem o trabalho da rádio, no geral, são da opinião de que a rádio ocupa quase todo o espaço do programa religioso somente com músicas de grupos corais das igrejas e o mais importante, que são as mensagens religiosas, mal passam na rádio.

“Tentamos coordenar com a rádio para chegar a um acordo sobre o uso do espaço dedicado ao programa religioso. Mas, ainda não conseguimos entrar em consenso porque a rádio diz que não pode passar mensagens religiosas, é contra a política da rádio, mas acho que isso não tem nada a ver com política. Passar mensagens com um conteúdo cristão deveria ser aceite pela rádio”. – Pastor de uma das Igrejas do Dondo.

Uma vez que faz parte da política da rádio não conceder espaços para a “propaganda religiosa”, o debate sobre uma boa colaboração entre a União das Igrejas do Dondo e a rádio ainda tem um longo caminho a percorrer, pois se torna difícil para a rádio explicar aos representantes das igrejas de que a rádio não deve passar orações religiosas de certas seitas religiosas. No entanto, as igrejas reconhecem o papel educador da rádio e o trabalho em prol da comunidade que a rádio tenha feito.

“Nós, as igrejas do Dondo, sempre valorizamos o trabalho da rádio comunitária. Temos acompanhado o trabalho da rádio, principalmente na área de educação e de HIV/SIDA. Os objectivos da rádio se coadunam com o papel das igrejas que são de orientar os cidadãos para um caminho certo e servir de transmissor de uma vida sã e melhor. Neste sentido, a rádio tem feito um trabalho muito positivo. Embora a rádio seja muito nova ela tem feito um trabalho exemplar” – Presidente da União das Igrejas do Dondo.

Quanto ao trabalho sobre as eleições que a rádio tem feito, as igrejas são da opinião de que é um trabalho imparcial e que focaliza o grande papel da rádio na educação cívica dos eleitores e da comunidade no geral. Embora as igrejas se abstenham de se envolver em processos políticos, alguns pastores afirmaram que têm feito uma certa sensibilização aos seus crentes para a importância do voto e a necessidade de estes escolherem os seus dirigentes porque, segundo pregam “Deus é que elege os homens para os cargos de dirigentes e Ele dirá a cada um em que deve votar”.

“Sim, nós falamos aos nossos crentes de que é necessário votarem em quem Deus lhes falar interiormente como sendo o melhor candidato. Faz parte do nosso papel, pelo menos apelar para as pessoas votarem de modo a termos uma sociedade sã e justa como prega a Palavra de Deus. Em quem eles vão votar, isso só eles e Deus é que sabem”. – Pastor de uma das igrejas de Dondo.

“Embora não seja papel da igreja, mas nós temos de reforçar de que o voto é um direito do cidadão. Tentamos transmitir às pessoas a importância do voto e da escolha dos nossos líderes. Deus é quem escolhe os líderes e orientará a cada um, e silêncio,

sobre em quem deve votar, sem que a igreja necessite de dizer – Presidente da União das Igrejas de Dondo”.

Num encontro realizado com todos os representantes das igrejas que fazem parte da União das Igrejas de Dondo¹⁴, maior parte deles afirmou que as igrejas não se devem envolver em política, mas podem sensibilizar os seus crentes para o recenseamento e a necessidade do voto. No entanto, outros pastores e padres, na maior parte estrangeiros, são da opinião de que a igreja tem um papel político, principalmente quando se trata de cobrar e pressionar ao governo e às estruturas competentes sobre assuntos que dizem respeito aos males que afectam a população, pois as igrejas embora sendo imparciais politicamente têm a missão de exigir justiça, respeito pelos direitos humanos e combate aos males como a corrupção.

“A rádio tem um papel que vai de encontro ao princípio das igrejas e que é o de educar as pessoas. No que diz respeito às eleições o nosso papel deve ser, principalmente, a educação das pessoas em relação ao recenseamento e a votação... E nós como igrejas, o nosso papel na política seria o de educar as pessoas a fazerem o uso correcto da consciência política e dos seus direitos de cidadania” – Presidente da União das Igrejas de Dondo.

Trabalhadores da Fábrica de Cimento, Mulheres do Povoado de Macharoti, Alunos e Professores da Escola Secundária do Dondo, Vendedores do Mercado Central

De forma geral, com esta parte da população do distrito de Dondo a rádio tem uma boa colaboração, facto este que é demonstrado pela presença quase constante de muitas destas pessoas nas instalações da rádio tanto para pedirem a passagem de mensagens e outras informações, como também para saberem o que se passa quando a emissão da rádio não vai ao ar. No entanto, em termos de concederem entrevistas para a rádio, as pessoas já não são tão abertas e comunicativas, principalmente quando o assunto está ligado às eleições. Por isso, para os “fazedores” da Rádio Comunitária do Dondo, produzir programas eleitorais com muita participação da comunidade é ainda uma tarefa difícil e até um desafio.

“Sobre eleições? (risos) não tenho nada a dizer...” – Trabalhador da Fábrica de Cimento.

“Eu só estou aqui a vender, não tenho tempo de ouvir a rádio... Nem tenho rádio em casa para ouvir” – Vendedora do Mercado Central.

As pessoas, muitas vezes, temem tecer opiniões sobre assuntos relacionados com as eleições com medo de que a rádio esteja a fazer uma “sondagem estratégica” para saber em quem eles vão votar ou a que partido político eles apoiam. Poderá se dizer que as pessoas não estão habituadas a serem questionadas pela rádio sobre as eleições e, também, não percebem ainda muito bem que faz parte do papel da rádio colher opiniões junto à população sobre o decorrer do processo eleitoral.

¹⁴ Em anexo uma lista de todos os participantes neste encontro com a União das Igrejas do Dondo. De salientar que o presidente desta união tinha sido antes entrevistado pela consultora da UNESCO, mas a pedido dos outros representantes de igrejas membro desta união foi realizado um encontro alargado onde participaram todos os representantes desta congregação religiosa.

“Programa de eleições? Hmmm... Não posso falar nada... Eu sei que vocês querem saber eu vou votar a quem?” – Vendedor do Mercado Central.

“Eu? Falar na rádio sobre eleições...? Não dá...” – Trabalhador da Fábrica de Cimento.

Entretanto, com algum esforço e perseverança, conseguem-se algumas entrevistas e, através destas, colher alguns comentários sobre a opinião tanto sobre a rádio, como sobre o estado em que está a decorrer o processo eleitoral.

“Eu ouvi algumas vezes o programa de eleições da rádio... Falaram sobre como se deve fazer para votar e que precisamos recensear para votar...” – vendedora do Mercado Central.

“Eu escuto sempre a rádio, mas penso que a rádio devia aumentar mais programas. E, também devia andar de casa em casa a conversar com as pessoas...” – Vendedor do Mercado Central de Dondo

“Sim, estamos ouvir a rádio, estamos ouvir programas de eleições. É tudo!” – Vendedor do Mercado Central.

Em relação aos professores e estudantes do ensino secundário, a abertura é maior em darem entrevistas, embora muito timidamente os alunos o façam, acabam dando informações aos voluntários da rádio. Em relação ao tema das eleições e dos programas feitos pela rádio comunitária, o nível de conhecimento sobre o assunto é muito baixo entre os estudantes e relativamente moderado em relação aos professores.

“Eu gosto muito dos programas da rádio comunitária, costumo ouvir todos os programas. Vou sempre deixar dedicatórias para os amigos e familiares na rádio... Programa de eleições? Nunca ouvi...” - Um estudante da Escola Secundária de Dondo.

“A rádio comunitária trata assuntos locais e por isso eu gosto de ouvir. Ouvi uma vez a falarem de: vamos todos votar. Mas, não fixei bem tudo. Costumo ouvir mais músicas e dedicatórias” – Uma estudante da Escola Secundária de Dondo.

“Eu acho que em toda as comunidades deviam existir rádios comunitárias. É bom para o desenvolvimento das comunidades. Agora quanto a isso de eleições, acho que a rádio podia fazer drama porque as pessoas gostam de teatro, para rir e aprender ao mesmo tempo” – Um estudante da Escola Secundária de Dondo.

Os professores demonstraram um envolvimento mais directo com o tema eleições, segundo eles porque muitos dos escolhidos para estarem nas mesas de voto costumam ser professores. A sua atenção ao processo eleitoral, muitas vezes é motivada pela possibilidade de serem escolhidos para realizar trabalho durante o período de recenseamento ou se candidatarem às mesas de voto. Estes, também demonstram que ouvem o programa da rádio sobre cobertura eleitoral e o consideram muito educativo e interessante.

“Oíço o programa de eleições e estou a aprender muita coisa com esse programa. É muito educativo e tem interesse para toda a comunidade” – Palavras de um professor da Escola Secundária de Dondo.

Mas, um facto interessante e que foi apurado durante a realização do trabalho de pesquisa é de que em algumas situações o fraco poder de compra de aparelhos de rádio contribuem em grande medida para o desconhecimento de uma parte da população em relação aos programas produzidos pela rádio. Numa visita ao povoado de Macharoti – Dembe, constatou-se que somente três pessoas naquele povoado tinham um rádio. Os “felizardos” donos dos rádios ficam fora de casa na maior parte do dia e, quando regressam a casa, ouvem a rádio somente na companhia da sua família.

“As mães aqui não sabem nada de eleições porque não podem ouvir a rádio, não tem rádio para ouvir. Elas só ouvem falar um pouco quando alguém vem da cidade, mas nem estão preocupadas com isso porque não entendem nada disso” – Uma mulher do povoado de Macharoti.

Constatou-se que nem o próprio líder comunitário responsável por aquele povoado possui um rádio. As pessoas que vão a cidade de Dondo mais frequentemente são as que já tinham ouvido alguns programas da rádio.

“Escuto rádio quando entro no mercado central, tem um senhor lá que põe o rádio muito alto e dá para ouvir... Às vezes costumo ouvir quando passo perto de uma barraca e se o programa interessa paro para ouvir um bocadinho...” – Mulher do povoado de Macharoti.

Para maioria do grupo de mulheres que foram entrevistadas no povoado de Macharoti, quando conseguem ouvir a rádio gostam mais das músicas, das dedicatórias e do drama.

“Quando dão teatro da rádio, eu posso ter pressa, mas sempre fico a ouvir um pouco porque faz rir... Nesta vida temos tantos problemas precisámos de rir um pouco” – Mulher de Macharoti.

Embora neste povoado as pessoas não possuam aparelhos de rádio e, reclamem muito por isso, foi bastante difícil conseguirem-se entrevistas, principalmente com as mulheres. Elas se acanharam logo de princípio quando souberam que o tema de conversa estava relacionado com as eleições. E constatou-se, também que os educadores cívicos do STAE ainda não tinham chegado a este povoado, portanto, estas pessoas estavam sem informação sobre o processo eleitoral.

“Esses que fazem sensibilização, eu vi eles na cidade, mas aqui ainda não chegaram. Vocês da rádio podem andar aqui em todo povoado e não vão encontrar aqueles cartazes que andam a distribuir em todo lado sobre eleições. Aqui estamos esquecidos” – Mulher do povoado de Macharoti.

No entanto, mesmo assim, apelaram muito para que a rádio comunitária tentasse encontrar um meio de disponibilizar alguns aparelhos de rádio para as pessoas da comunidade de modo a poderem acompanhar o trabalho feito pela rádio comunitária.

Líderes Comunitários

Os líderes comunitários, entrevistados para este trabalho, pouco souberam dizer sobre os programas produzidos pela rádio em matéria de eleições. Uns, por alegada falta de aparelhos de rádio para escutarem atentamente os programas e outros, pela falta de

tempo para escutar os programas porque trabalham durante o dia nos seus serviços e nas horas vagas estão a cuidar dos assuntos que lhes dizem respeito como líderes comunitários. No entanto, reconheceram que têm escutado alguns programas da rádio, mas não o de cobertura eleitoral.

“Acho que o trabalho da rádio não tem problemas. Sei que a rádio está a participar nas eleições, mas nunca ouvi o programa de eleições porque só posso ouvir a rádio durante à tarde, quando estou no meu trabalho. Fora do trabalho não costumo ouvir a rádio porque não tenho aparelho” – Líder do povoado de Macharoti – Dembe.

“Costumo ouvir o programa da rádio, mas nunca ouvi nada sobre eleições...” – Líder do Bairro Concito.

Um dos líderes foi muito sensível a questão de falta de informação sobre as eleições no seio das mulheres, tanto por uma certa falta de interesse por parte destas, ou por falta de condições e tempo destas para ouvirem a rádio ou estarem atentas a outras fontes de divulgação de informação sobre as eleições.

“As mães, lá na minha povoação, não têm aquela atenção ou preocupação com as eleições. O problema é que as pessoas não têm rádio... Poucas, poucas mesmo têm rádio e, assim, principalmente as mães, não conseguem ouvir nada e nem sabem nada sobre o que está a acontecer neste assunto de eleições. A situação está muito mal porque até eu mesmo que sou líder não tenho rádio e não sei desses programas de eleições que a rádio está a fazer” – Líder do povoado de Macharoti.

No geral, os líderes comunitários entrevistados muito pouco sabem sobre as eleições a não ser a informação de que se está em período de eleições, mas os detalhes e os passos deste processo é uma total incógnita para eles.

3.2. Rumores...

Nesta parte do livro, transcreveram-se algumas passagens de opiniões que ficam apelidados de “rumores” por se tratarem de afirmações e suposições de pessoas e grupos de Dondo sobre o processo de eleições, no geral, e sobre o trabalho da rádio, em particular. Conversas de esquina e de lugares de aglomeração de pessoas. “Bate – bocas” e “dizem que...” que rodearam os comentários mais “quentes” sobre as eleições em Dondo e, também, sobre o papel e o trabalho da rádio no seio desse processo. E, por uma questão de ética, não serão mencionados os nomes ou outras informações que possam revelar a identidade dos responsáveis ou propagadores destes rumores.

E, os rumores que circulavam por Dondo...

“O Conselho Municipal sabotou o discurso político do Presidente do Partido RENAMO... Negaram-se a disponibilizar o palco para a realização do comício, mas mesmo assim ele conseguiu falar para a população!” – Acusação de um político.

“Essa coisa do Presidente da Comissão Distrital de Eleições ser também o Presidente da União das Igrejas de Dondo, não é muito bom... Ele vai misturar os assuntos da igreja com os assuntos das eleições...” – Opinião de um cidadão.

“Nós não necessitamos de fazer grande campanha para o nosso candidato porque, praticamente, nós já ganhamos as eleições... Queremos ver quem vai ter a coragem de provar o contrário!” – afirmação do membro de um dos partidos políticos presentes em Dondo.

“A rádio comunitária já foi contactada pelo partido X... para desviarem todas as informações que possam beneficiar o partido Y... Isso não se faz, deixem os *coitados* dos nossos jornalistas trabalharem em paz e na imparcialidade!” – palavras de um simpatizante de um dos partidos políticos.

“Eu não dou entrevista nenhuma para a rádio porque depois *eles* virão me acusar de eu ter falado o que não devia sobre essa coisa de eleições... Por isso, não tenho nada a dizer” – Palavras de uma vendedora do mercado.

“Perguntaram-me se eu era membro ou simpatizante da RENAMO porque fui assistir o comício do Presidente Dlakama, em Dondo, por curiosidade para ver o que ele ia falar... Afinal não somos livres de assistir todos os comícios?” – Interrogação de uma mulher idosa, do povoado de Macharoti.

“Mesmo que a rádio queira ser imparcial quando chegar à altura da campanha dos partidos, *eles* não vão deixar...” – Afirmação de um cidadão.

4. Avaliação sobre a experiência da Rádio Comunitária do Dondo nas Eleições Autárquicas de 2003

Dondo é um distrito onde grande parte da população é muito jovem e onde o índice de pobreza absoluta é muito elevado. Dificuldades sempre existem na produção de um programa radiofónico sobre eleições, principalmente quando se trata de um trabalho efectuado por uma rádio comunitária nova e instalada numa zona de fortes divergências de carácter político. Existe todo um ambiente deveras tenso em termos políticos e toda uma grande batalha de luta contra a pobreza e pela sobrevivência em que tanto as pessoas da comunidade alvo dos programas, assim como os “fazedores” da rádio enfrentam. Portanto, analisar o trabalho da rádio sem se ter em conta em que condições a rádio funciona e a sua tarefa de cumprir com as Dez Regras Gerais de Conduta, o nível de envolvimento e abertura da comunidade e as características específicas de vida em Dondo, não seria algo justo.

Deste modo, a conclusão sobre a experiência desta rádio comunitária no decorrer do processo eleitoral é feita tendo em conta esses aspectos de especial relevo para uma abordagem mais integrada do papel e trabalho da rádio neste período particular.

As condições em que a rádio funciona:

A rádio trabalha na base de voluntários que são pessoas que não recebem nenhum subsídio para o efeito e que possuem outras ocupações. Este facto pode parecer, à primeira vista, um problema de mal menor. Entretanto, para o trabalho da rádio este facto é de extrema relevância, principalmente, porque toda a base de compromisso dos voluntários reside na sua boa vontade e em função do seu tempo disponível para se dedicar à rádio. Muitas vezes, quando o Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral planifica as suas acções tem de levar em conta a ausência de um ou outro voluntário do grupo que por vários motivos (por exemplo: atender o seu pequeno negócio, que lhe dá algum rendimento financeiro; cuidar dos filhos que estão doentes; atender os seus compromissos escolares porque é estudante ou professor) não poderá trabalhar em certos dias da semana. Assim, a rádio é obrigada a fazer alguns arranjos, às vezes de última hora, de modo a não prejudicar a sua programação.

Mas, apesar deste dilema relativo aos voluntários, a rádio conta com uma vantagem significativa em relação à produção de programas sobre eleições, pois tem recursos humanos capacitados para o efeito e que incluem o pessoal assalariado da rádio. Segundo os próprios voluntários da rádio, com a excepção dos cursos oferecidos pelo Projecto Media da UNESCO, são escassas às vezes em que são convidados para participar em outros cursos ou seminários de capacitação, principalmente na área de educação cívica eleitoral.

Em termos de recursos materiais, os meios existentes na rádio são escassos, principalmente em termos de gravadores e cassetes. Devido a problemas relacionados com a falta de cassetes a RCD não possui um arquivo dos programas produzidos sobre as eleições que possa servir, após a emissão dos programas, para fins como análises, avaliações ou repetição dos mesmos programas.

A falta de materiais informativos com conteúdos sobre os temas dos programas é uma grande carência, para esta rádio. No entanto, de todos os programas produzidos pela rádio, o de cobertura eleitoral é o mais beneficiado por ser o único que possui um manual de apoio específico para a área que o programa cobre. Portanto, a ideia de que a falta de materiais informativos sobre cobertura eleitoral contribui muito para o empobrecimento dos programas é assim vista pela rádio porque os seus programas na maioria de carácter informativo - educativo e segundo informações já escritas e trabalhadas por certas entidades para serem especificamente divulgadas em órgãos de informação.

A colaboração da comunidade:

A fraca participação da comunidade no trabalho da rádio sobre as eleições é justificada pelo facto de a própria comunidade de Dondo ainda não estar preparada para assumir um papel mais participativo no que diz respeito ao papel e funcionamento da rádio num processo eleitoral.

É ainda muito difícil para os fazedores da rádio conseguirem entrevistas claras e participativas com a população sobre assuntos relacionados com as eleições, mesmo que estes sejam somente sobre a educação cívica eleitoral ou opinião sobre o simples decorrer do processo eleitoral. Este facto foi confirmado durante a realização das entrevistas para a pesquisa deste livro, as pessoas se recusam a falar e a colaborar activamente quando o assunto gira em torno das eleições. Mais visivelmente notória se torna esta constatação na medida que se vai descendo ao nível de camadas sociais ou profissionais, ou seja, é menos difícil entrevistar-se um padre, um político ou uma empresária do que uma camponesa, um funcionário público uma vendedora do mercado ou um desempregado.

Por vezes as pessoas demonstram um certo medo por saberem que as suas palavras podem ser ouvidas por todos pela rádio, outras vezes demonstram terem receio de falar sobre um assunto que é mais adequado “somente aos homens e não às mulheres” ou mais apropriado às pessoas “mais escolarizadas” ou que “entendem de política”. Portanto, é um desafio muito grande entrevistar-se uma pessoa de uma aldeia ou de uma vila, tanto quanto é uma tarefa nada prática entrevistar uma pessoa sem antes a “convencer” de que não se pretende averiguar sobre a sua afiliação política ou simpatia partidária.

Os programas produzidos pela rádio:

Tratando-se de uma rádio comunitária muito nova e que faz pela primeira vez a cobertura de um processo eleitoral, os programas produzidos podem ser considerados de mérito, especialmente se tivermos em conta um distrito como Dondo onde trabalhar num programa radiofónico sobre eleições significa “ter sempre o máximo cuidado” para não fugir às regras e nem levantar polémicas e divergências, devido ao tenso ambiente político que se vive um pouco por todo o lado, neste distrito.

Portanto, os programas produzidos pela RCD sobre cobertura eleitoral são, dentro das possibilidades reais, um bom início em relação a uma abordagem de temas relativos às eleições. “Olhando-se” para o trabalho feito até então por esta rádio, os programas tendem a melhorar, pois estes demonstram ser uma tradução directa do processo de aprendizagem que a própria rádio atravessa, processo este revestido por uma grande vontade de melhorar em termos de interesse e qualidade para o público sem que, no entanto, se desvie do seu papel principal de educador cívico eleitoral. O facto de que, em relação aos programas de educação cívica e cobertura eleitoral, o mobilizador e o coordenador participarem activamente na sua planificação e no acompanhamento da sua produção e emissão demonstra que este processo de aprendizagem que a rádio atravessa trilha um bom caminho inicial.

Em termos de emissão, dentro da grelha de programas da rádio o programa de educação cívica e cobertura eleitoral constava somente na emissão em português. E embora exista um programa gravado em Sena que não consta na grelha de programas, a rádio afirma que tem emitido programas de educação cívica eleitoral nas línguas locais e tem transmitido mensagens e algumas notícias também em Sena e Ndau.

O programa de cobertura eleitoral, também era o único que não era repetido durante a semana. Entretanto, a partir de Outubro a rádio passará a emitir este programa em todas

as línguas e a repeti-lo durante a semana (esta mudança foi motivada pelos encontros realizados entre a consultora enviada pela UNESCO e o pessoal da rádio).

Um aspecto positivo a se ter em conta é que, segundo as tabelas de planificação mensal, os programas foram planificados e produzidos tendo-se em conta o decorrer do processo eleitoral, ou seja, iniciando com temas relacionados com recenseamento e seguindo com os temas relacionados com votação.

Outro aspecto positivo é a motivação da rádio para melhorar o seu desempenho em relação à produção deste tipo de programas. A rádio pretende tornar os seus programas mais participativos e interessantes com a inclusão de programas em forma de drama, entrevistas com diferentes pessoas da comunidade e um acompanhamento mais permanente sobre a opinião das pessoas em relação aos programas produzidos.

O cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta:

- Os programas de sensibilização e mobilização para o recenseamento eleitoral, foram produzidos nos períodos em que decorreram as campanhas de recenseamento.
- Nos programas que incluíam a auscultação da opinião pública, foram entrevistados homens e mulheres de modo a ter-se uma opinião mais equilibrada em termos de género.
- Nenhum concurso foi realizado até ao momento e nem alguma avaliação de percepção sobre o processo de educação cívica, assim como, nenhum fundo específico para esta área foi angariado pela rádio.
- Os partidos políticos foram todos informados sobre a política da RCD em relação à cobertura eleitoral e, também foram informados sobre as Dez Regras de Conduta das Rádios Comunitárias, assim como sobre em que condições seriam transmitidas as informações relacionadas com a cobertura eleitoral.
- Os programas realizados sobre educação cívica e cobertura eleitoral foram transmitidos na emissão em Português, existindo somente um programa que foi traduzido para a língua Sena.
- Nenhum material de propaganda relacionado com partidos políticos foi afixado nas instalações da RCD.
- Até ao momento, não existem indícios de convívios ou troca de favores entre o pessoal da RCD e os partidos políticos e/ou seus candidatos.
- *Até ao momento, não houve motivos para a RCD tomar uma atitude de denúncia devido a tentativas de intimidação, conspiração e corrupção ou outros tipos de aliciamento que ponham em causa o regulamento e o bom funcionamento da Rádio.*

Nota final:

Tendo-se em conta os aspectos acima descritos pode-se afirmar que a Rádio Comunitária do Dondo (RCD) tem feito um grande esforço de cumprir o seu papel sem fugir às regras, mantendo uma louvável imparcialidade e salvaguardando a sua credibilidade junto à comunidade, na sua acção de educação cívica eleitoral.

Os programas produzidos pela rádio sobre cobertura eleitoral podem ser considerados de qualidade e interesse para a comunidade e, segundo o nível de empenho da rádio, estes programas prometem ganhar uma maior dinâmica e um carácter mais

participativo, pois os elementos da RCD demonstraram possuir uma grande vontade de aprender e uma excelente abertura para mudanças construtivas que têm em vista a melhoria do seu trabalho. Louvável é também o cuidado desta rádio no cumprimento das políticas, regras e outros dispositivos reguladores que orientam o seu funcionamento e o seu trabalho, com especial atenção para a forma como o coordenador da rádio se dedica a esta tarefa.

O manual de apoio elaborado pelo Projecto Média da UNESCO – “Produção de Programas de Educação Cívica Eleitoral” - é um instrumento muito útil para a rádio, principalmente nesta fase em que se produzem programas que, obrigatoriamente, devem seguir a Lei Eleitoral e certas regras estipuladas pelo Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias. Os voluntários do Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral fazem um uso muito dinâmico deste manual chegando, inclusive, a apelida-lo de sua “bíblia”. Tendo-se em conta que é muito difícil encontrar materiais sobre as Rádios Comunitárias e as eleições em Moçambique, principalmente num distrito como Dondo, este manual torna-se um instrumento precioso e adequado, não só por enfatizar o papel que foi estipulado para as rádios comunitárias no país, mas também por ser um guião orientador para o bom cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta para as rádios comunitárias.

Para além do manual, que serviu como um grande guia para o trabalho dos voluntários que, sem excepção, nunca tinham antes produzido um programa radiofónico relacionado com a educação cívica sobre eleições ou a cobertura de processos eleitorais, a participação do mobilizador e dos voluntários nos cursos da UNESCO sobre Cobertura Eleitoral revelou-se também um grande contributo para o trabalho da rádio neste tema.

Em termos de ligação a partidos políticos, nenhuma acusação ou crítica de conotação política foi apontada à rádio, pelo menos directamente. É claro que existem “rumores” circulando pela comunidade sobre uma e outra pressão de partidos políticos que esteja a ser feita sobre a rádio, no entanto não houve qualquer informação ou acontecimento que pudesse comprovar tais factos, pelo menos durante o período em que a rádio e a comunidade de Dondo foram alvos de estudo. E, embora o distrito de Dondo seja conhecido como palco de um tenso conflito político entre os dois partidos de maior presença em Moçambique, a FRELIMO e a RENAMO, as suas divergências políticas e as acções dos seus membros e simpatizantes não afectaram o trabalho e o papel da rádio durante o período em que se tomou como alvo de estudo o distrito e a Rádio Comunitária de Dondo.

De salientar que, durante a divulgação feita pela rádio sobre as Dez Regas de Conduta junto de várias entidades representadas em Dondo, a Política Editorial da RCD serviu, também, como um forte instrumento para reforçar os argumentos da rádio contra tentativas de produção de programas ou transmissão de informação que pudessem comprometer a imparcialidade deste órgão de informação no decorrer do seu trabalho de educação cívica e cobertura eleitoral.

Contudo, poderá se dizer que os partidos políticos, embora sejam da opinião de que a rádio tem feito um bom trabalho em prol da comunidade e tem primado pela imparcialidade não olham a rádio comunitária como um instrumento de poder no decurso do processo eleitoral. Isto se deve ao facto de, em primeiro lugar, os partidos estarem muito ocupados e preocupados com a preparação das suas campanhas políticas

e sem tempo para acompanharem a rádio e, em segundo lugar, o facto de saberem que a rádio somente faz educação cívica eleitoral levanta uma certa “desconsideração” destes em relação ao trabalho da rádio referente às eleições. Uma vez que, para estes partidos políticos, a rádio não faz e nem fará a cobertura das campanhas políticas e nem tem “espaços adequados” para que os partidos possam cobrir as suas acções políticas e, conseqüentemente, angariar mais simpatizantes, os partidos preferem estar mais atentos à emissão nacional da Rádio Moçambique ou a Televisão de Moçambique.

Sustentabilidade:

No que concerne a sustentabilidade da rádio, algumas actividades estão a ser implementadas, tal como o serviço de fotocópias e a cobrança para a passagem de mensagens e dedicatórias aos ouvintes. A rádio pretende, para o próximo ano, iniciar com um projecto de criação de alguns animais domésticos que posteriormente possam ser vendidos à população das redondezas e cujos fundos possam reverter a favor das despesas da rádio.

Importante será referir que, a nível interno desta rádio, a questão da sustentabilidade tem constituído um ponto de grande preocupação e reflexão, uma vez que o distrito de Dondo oferece poucas oportunidades de parcerias com o governo, empresariado e ONG’s com vista a sustentabilidade da rádio.

Entretanto, de vez em quando, algumas organizações, maioritariamente estrangeiras, desenvolvem pequenas parcerias de trabalho com a rádio que incluem um pequeno contributo financeiro para o funcionamento da rádio.

.....

A Rádio Comunitária Geson

1. A cidade de Chimoio

Chimoio é cidade capital da província de Manica. Distanto, aproximadamente, 1135 km de Maputo, a cidade de Chimoio, com 172.506 habitantes, é a quinta maior urbe de Moçambique, com uma maioria da população representada pelas etnias Shona e Sena.

Desde a Independência de Moçambique, o nome da Cidade de Chimoio foi adoptado (antes era denominada de Vila Pery) e com apenas 100 anos de idade esta cidade apresenta-se como o centro administrativo, comercial e financeiro da província de Manica.

Chimoio está geograficamente situado no maior empreendimento de transporte da zona centro de Moçambique, o corredor da Beira, que congrega a via férrea e a Estrada Nacional nº 6, ligando a costa ao interior do continente.

Chimoio é uma urbe que contém todas as infra-estruturas essenciais para o funcionamento de uma cidade. Esta cidade está dividida em 3 municípios e 33 localidades, tendo um parque industrial considerável e uma componente comercial muito forte, incluindo as áreas de serviço local e algumas actividades agrícolas.

Em termos da área da educação, Chimoio conta com 33 escolas primárias, entre outras, tais como, escolas secundárias, de artes e ofício, pré-universitária, comercial e industrial e formação de professores primários. E, na saúde, existe um Hospital Provincial e diversos Centros e Postos de Saúde.

No que diz respeito a acesso aos meios de comunicação, em Chimoio existe muita facilidade em captar-se a emissão provincial de Manica e a nacional da Rádio e Televisão de Moçambique, assim como as emissões de outras províncias do país. Em termos de meios de informação escrita, os principais jornais do país conseguem chegar à cidade de Chimoio todos os dias, através das facilidades existentes, no momento, de variado tipo de transportes.

2. A Rádio Comunitária Geson

2.1. Breve resumo sobre o surgimento da rádio

A Rádio Comunitária Geson, no Chimoio, surgiu num processo um pouco diferente das outras rádios comunitárias apoiadas pela UNESCO.

A iniciativa desta rádio foi lançada pela Geson – Associação de Educação Social de Manica – existente nesta província há dez anos e que trabalha com uma maioria de elementos a título de voluntariado. Tendo a intenção de instalar uma rádio comunitária na cidade de Chimoio, a Geson integrou-se no Projecto das Rádios Comunitárias apoiadas pela UNESCO, cabendo a esta segunda, providenciar as condições necessárias para a instalação da rádio.

Deste modo, surgiu a Rádio Comunitária Geson, no Chimoio, a funcionar desde o ano 2001 e que, embora seja gerida pela Associação Geson pertence à comunidade.

2.2. Perfil da estação da rádio

Nome da rádio: Rádio Comunitária Geson.

Slogan: Veículo de Desenvolvimento Comunitário

Frequência: 106.0 Mhz FM

Raio de cobertura: 75 Km.

Áreas cobertas: Todo a cidade de Chimoio e outras regiões circunvizinhas.

Conteúdo editorial: Programas de carácter informativo, educativo, formativo, lúdico e desportivo.

Línguas de emissão: Português, Chimanhica e Chiutee.

Horário de emissão: 19 horas de emissão, das 05:55h às 00:00h, dividida em 7 blocos de emissão em Chimanhica, Chiutee e Português.

Formato de programas: Os programas são em directo e pré - produzidos, pelos voluntários.

2.3. Estrutura e organização da rádio

A Geson é uma associação que possui já bases sólidas e uma experiência de trabalho considerável na área de procuração de programas e materiais audiovisuais. Sendo esta a associação a albergar a rádio comunitária, o seu apoio para com a rádio e muito rico, principalmente, em termos de assistência técnica e capacidade na busca de parcerias entre a rádio e outras organizações e instituições.

A Geson assegura esta estação radiofónica através de um Comité de Gestão da Rádio composto por pessoas eleitas da associação. Em termos de organização da rádio, esta conta com um coordenador coadjuvado por um mobilizador, um técnico e uma administrativa, e os voluntários que fazem a produção dos programas da rádio, trabalhando directamente com o mobilizador.

A Rádio Comunitária Geson (RCG), tal como todas as rádios apoiadas pela UNESCO, para além de contar com o coordenador, mobilizador, técnico e a assistente administrativa, que são pagos pela Associação Geson, através do financiamento da UNESCO¹⁵, conta também com um grande número de voluntários, na sua maioria estudantes. Actualmente, a rádio funciona com 48 voluntários, mulheres e homens, na sua maioria jovens estudantes. Entretanto, a rádio pretende fazer a integração de mais voluntários, tendo já divulgado a informação para o efeito.

¹⁵ A UNESCO, através do Projecto “Desenvolvimento dos Media em Moçambique” apoiou a criação de rádios comunitárias, incluindo a da Geson, estendendo também um apoio financeiro no pagamento de salários, alimentação para os voluntários e manutenção do equipamento da rádio.

A rádio funciona seguindo uma política editorial, um regulamento de funcionamento da rádio e uma política dos voluntários que se encontram afixadas em quase todos os compartimentos das instalações da rádio. Esta rádio também tem uma política de manutenção preventiva do equipamento.

Em termos de emissão, a RCG tem uma grelha de programas dividida em 3 emissões, nomeadamente em Sena, Chiutee e Português que são as línguas mais faladas em Chimoio. Estas emissões são repetidas durante o dia, embora com programas diferentes. A grelha tem cerca de cinco a sete programas sobre temas específicos, por dia, sendo a restante programação preenchida com espaços musicais, dedicatórias e o noticiário do dia. *(Em anexo, um exemplo da grelha de programas para 1 dia de emissão).*

A rádio Comunitária Geson funciona com dez grupos editoriais, dedicados às diferentes áreas temáticas, nomeadamente: 1) Grupo editorial de saúde; 2) cultura; 3) educação; 4) Desporto; 5) Agricultura; 6) mulher; 7) juvenil; 8) cobertura eleitoral; 9) HIV/SIDA; e 10) Criança. Cada grupo editorial tem um chefe, o qual é responsável pela coordenação do trabalho da sua equipa. O chefe do grupo responde directamente ao mobilizador e este ao coordenador.

No que respeita à planificação e produção dos programas esta é feita pelos dos grupos editoriais que trabalham sob a supervisão e apoio do mobilizador, na elaboração de planos mensais e semanais e, posteriormente, na produção dos programas.

Esta é a Rádio Comunitária Geson, em termos de sua estrutura e organização. Vejamos, qual foi a sua experiência no trabalho de educação cívica eleitoral que acompanhou o processo das eleições autárquicas na cidade de Chimoio, no ano de 2003.

2.4. Programa de Educação Cívica Eleitoral

De acordo com a grelha de programas da RCG, o programa de educação cívica e cobertura eleitoral é emitido uma vez por semana, às terças-feiras, no horário das 13:30h às 13:40h e, somente, na emissão em Português.

Estes programas começaram a ser produzidos e lançados ao ar em finais de Setembro de 2003 e, somente, depois da intervenção do Projecto Média da UNESCO em colaboração com o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias¹⁶, com as acções de sensibilização e capacitação na área de cobertura eleitoral.

Quem faz?

Na RCG, o **Grupo Editorial para a Cobertura Eleitoral (GECE)** foi constituído em Setembro de 2003, altura em que o Projecto Media da UNESCO realizou um dos seminários de capacitação em matéria de “Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias” e onde participou o mobilizador da RCG. Entretanto, pouco depois de o grupo ser formado, o mobilizador deixou de trabalhar para a rádio e, assim, o grupo passou a funcionar com voluntários que estavam a trabalhar em outros grupos editoriais e sem nenhum elemento que tivesse sido capacitado nesta área. Actualmente, o GECE é

¹⁶ Informações mais detalhadas sobre estes cursos estão descritas no primeiro capítulo deste livro.

composto por cinco elementos, dos quais se conta uma mulher. Importa dizer que, o novo mobilizador da rádio¹⁷, que faz parte deste grupo, tem muitas outras tarefas e outros grupos editoriais para acompanhar deixando este grupo editorial, muitas vezes, a funcionar somente com 4 elementos.

De salientar ainda que todos os elementos do CECE também estão integrados em outros grupos editoriais ou fazem outros programas, não estando estes somente dedicados ao programa de cobertura eleitoral.

Como se faz?

Os programas de educação cívica e cobertura eleitoral são todos pré - produzidos, embora a rádio tenha outros programas feitos em directo. Informações pontuais ou no bloco de notícias sobre a selecções é que, por vezes, são emitidas em directo sem uma pré - produção. Sendo este programa semanal, ele é produzido, geralmente, em dois ou três dias antes da sua emissão e, para o efeito, o GECE reúne-se semanalmente para planificar os programas e distribuir as tarefas. As tarefas são rotativas, alternando-se sempre os voluntários em termos de buscar informação, escrever, gravar e fazer a locução dos programas.

O GECE elabora também uma planificação mensal onde constam os temas gerais para os programas a serem produzidos e as possíveis fontes a serem contactadas. Ao longo do mês é que é feita a planificação semanal e, depois, a produção de um novo programa ou a repetição de um programa já emitido. Os planos são discutidos entre os voluntários e o mobilizador e depois apresentado ao coordenador para a sua aprovação. Contudo, o coordenador não participa activamente nesta planificação e/ou no acompanhamento da produção dos programas.

De forma a dar-se uma ideia dos programas planificados pela rádio, durante os meses de Setembro e Outubro, apresenta-se a seguinte tabela¹⁸:

Plano do mês de Setembro de 2003

Nome do programa: Educação Cívica de Cobertura Eleitoral

Nº	Tema do programa	Formato usado
01	Como eleger o Presidente do seu Município?	Drama, informativo e educativo
02	Repetição do programa nº 1	

Plano do mês de Outubro de 2003

Nome do programa: Educação Cívica de Cobertura Eleitoral

Nº	Tema	Formato usado
03	Acontecimentos sobre a fase de actualização dos cartões eleitorais	Drama
04	Repetição do programa nº 2	
05	Acontecimentos sobre a fase de actualização dos cartões eleitorais	Drama
06	Passo seguinte: A votação	Informativo

* O programa nº 1 foi produzido com o apoio do oficial de projectos da UNESCO e o programa nº 6 foi produzido com o apoio da consultora da UNESCO, durante a pesquisa para este livro.

¹⁷ Um dos voluntários mais antigos da rádio passou a ocupar a posição de mobilizador após a saída do antigo mobilizador.

¹⁸ Estas tabelas foram elaboradas para este livro com base nas tabelas utilizadas pela Rádio Comunitária do Dondo.

2.5. Análise dos programas

Foram produzidos, até ao momento em que foi feita esta análise, quatro programas. Foi possível escutar-se todos estes programas como base para a análise.

“Como Eleger o Presidente do seu Município”, este foi o tema escolhido para o primeiro programa de educação cívica eleitoral que foi apresentado num formato de drama e incluindo também uma grande parte informativa e educativa.

Este programa tem objectivos claros e baseia-se numa conversa com muitas perguntas e respostas bem claras sobre as dúvidas levantadas em relação aos vários passos do processo eleitoral. O diálogo é mantido numa conversa bastante criativa onde se abordam os principais passos e condições que tornam possível um cidadão votar, desde o recenseamento até ao próprio acto de votação.

Um aspecto positivo deste programa é a explicação, no decorrer da conversa, dos termos e palavras mais complicadas ou que se podem considerar “difíceis” para maioria das pessoas da comunidade. Uma explicação mais específica sobre o que é o acto de votar, incluindo esclarecimentos sobre o que é o boletim de voto e o que são as mesas de Assembleia de Voto, também foi feita.

Em resumo, este programa prima pelo uso de uma linguagem muito clara, a participação também de uma mulher no diálogo e uma maneira muito criativa e interessante de se abordarem as questões e fazerem-se os respectivos esclarecimentos.

O segundo programa teve como tema “Os procedimentos para a votação” e foi produzido em formato de drama, baseado num diálogo educativo entre duas pessoas. A mensagem deste programa é clara e vai de encontro ao seu objectivo principal.

O diálogo entre as duas pessoas se centra numa descrição dos procedimentos para a votação, com uma explicação clara sobre cada um destes procedimentos. O diálogo inclui perguntas e respostas esclarecedoras sobre estes procedimentos, incluindo a explicação sobre o que significa o acto de votar. A linguagem usada é muito clara, embora com um toque muito juvenil e uso de algumas expressões do “calão juvenil” usual em Chimoio. Uma parte importante deste programa é o esclarecimento sobre quais os procedimentos para se apurar o vencedor das eleições. Este programa é finalizado com uma mensagem de sensibilização para o voto. A música de fundo e que intercala as informações é a bem conhecida e usada pela CNE para as eleições.

Em suma, este programa é muito interessante, interactivo e bastante claro nos assuntos que pretende esclarecer. Contudo, foi feito somente por homens, tanto na locução como no diálogo entre as duas pessoas.

Novamente, “Acontecimentos sobre a fase de actualização dos cartões eleitorais”, foi o tema do terceiro programa produzido por esta rádio.

Os objectivos do programa são claros e a mensagem gira em torno destes, através do uso de drama. Antes do início do drama, o locutor dá uma pequena explicação sobre os personagens e o enredo da história. Neste programa, a linguagem é bastante juvenil, com muitas expressões do “calão juvenil” (talvez se desejasse, com o uso destas expressões, dar uma realidade mais local ao programa, ou então, direccionar mais a mensagem para o público jovem). Descrevendo o drama, em poucas palavras, este abordou a posição de uma jovem vendedor de roupa usada, a trabalhar no mercado, que se recusava a recensear-se, alegando falta de tempo para tal por estar a cuidar do seu negócio, e a tentativa dos seus amigos em convencê-lo a recensear-se. O ambiente do

mercado é transportado, de uma maneira bastante criativa, para o conteúdo do programa e as discussões entre os protagonistas são muito “animadas” e ao mesmo tempo esclarecedoras sobre o processo de recenseamento e a importância do voto.

Um aspecto muito positivo deste drama é a explicação das vantagens e desvantagens, tanto para o município, como para o cidadão, de se recensear e fazer valer o direito o voto. Positiva é também a música de fundo é da CNE, tão bem conhecida por muitas pessoas como sendo dedicada às eleições.

No final do programa é feita, pelo locutor, uma conclusão, em género de moral da história, onde se inclui também a sensibilização dos cidadãos para a votação. Entretanto, este programa também contou, somente com homens no drama e na locução.

O quarto programa foi dedicado ao tema “Passo Seguinte: O Processo de Votação”.

Em formato informativo, este programa tem como base a entrevista feita ao Director Provincial do STAE. Fala-se da fase finalizada do processo eleitoral, referente a actualização dos cartões de eleitores e sobre o passo seguinte que é a votação.

A entrevista é dinâmica, pois o locutor vai acompanhando as informações do entrevistado e faz perguntas com o objectivo de este esclarecer alguns pontos, principalmente sobre como funcionariam as brigadas móveis de voto. Uma informação importante neste programa é o questionamento que o entrevistador faz sobre o facto de alguns munícipes terem sido capturados pela polícia por alegadas infracções no acto de recenseamento. O entrevistado, por sua vez, esclarece que estes foram capturados e encaminhados às instâncias policiais por terem feito uma duplicação no recenseamento, a falsificação da idade, entre outros considerados crimes perante a lei.

No final do programa, o locutor faz um resumo das informações fornecidas pelo entrevistado.

Este programa tem uma mensagem clara e não o faz uso de expressões juvenis, mais pelo facto de ser uma entrevista com um director. Entretanto, somente homens figuram neste programa.

Portanto, de um modo geral, maior parte dos programas são criativos e com uma dinâmica de interacção entre os protagonistas dos dramas e entre os entrevistadores e os entrevistados. As mensagens são claras, centradas no objectivo do programa e os temas interessantes e actuais em relação às fases do processo eleitoral.

Entretanto, tanto os locutores como os protagonistas dos dramas fazem muito uso, quase totalmente, de uma linguagem puramente juvenil, incluindo expressões de “calão juvenil” tais como “este papo”, “puxa”, “este cara”, entre outras. Não que este seja aspecto negativo, contudo, deve se ter em conta que nem todos os ouvintes e eleitores são jovens e entendedores destas expressões. Alguns adultos podem até entender o significado destas expressões que, de maneira alguma, são ofensivas, mas que podem reduzir estes programas a um público meramente juvenil pelo facto dos adultos o considerarem “com pouca seriedade”.

Pontos muito positivos destes programas são a divulgação, em todos eles, sobre as datas dos principais eventos relativos às eleições, contribuindo para que ouvintes se sintam mais situados em termos do calendário eleitoral.

Um aspecto negativo é a pouca participação de mulheres nestes programas, principalmente nos dramas onde existem 3 ou 4 protagonistas.

Por último, e mais importante que tudo, os programas somente foram feitos na língua portuguesa e, conseqüentemente, transmitidos somente nas emissões em Português.

3. Impacto na comunidade

3.1. A comunidade, o processo eleitoral e a rádio

Querendo se descrever e analisar as opiniões da comunidade sobre o decorrer do processo eleitoral, no geral, e sobre o trabalho da rádio na educação cívica eleitoral, em particular, realizaram-se entrevistas de recolha de opinião com diversas entidades e indivíduos da cidade de Chimoio¹⁹, nomeadamente:

Entrevistados	Total	Homens	Mulheres
STAE - Provincial	1	1	0
Membros de Partidos Políticos	3	3	0
Conselho Municipal de Chimoio	1	1	0
Motoristas e cobradores dos transportes públicos, vulgo “Chapa 100”	8	8	0
Mulheres trabalhadoras num projecto de construção civil	4	0	4
Vendedores do Mercado Central de Chimoio	10	5	5

A opinião da comunidade em relação ao papel e ao trabalho da rádio na educação cívica e cobertura eleitoral é aqui descrita tendo-se também em conta a relação e a colaboração entre a rádio e outras entidades e indivíduos da cidade de Chimoio.

STAE

A rádio e o STAE possuem uma boa relação e colaboração. Durante o processo de recenseamento, esta colaboração foi activa, principalmente no âmbito da divulgação sobre os procedimentos para a actualização dos cartões de eleitores. No decorrer dessa colaboração, a rádio lançou muitos apelos aos eleitores e, na opinião do STAE este trabalho da rádio contribuiu, em grande medida, para a participação massiva dos eleitores durante a actualização dos cartões.

“Tivemos uma boa colaboração com a Rádio Geson, no apelo aos eleitores para a actualização dos seus cartões. O trabalho da rádio foi muito positivo nesse sentido e constatamos que as pessoas afluíram em massa, muito mais pela mobilização que a rádio fez”. – Director Provincial do STAE, em Chimoio.

Através da opinião dos voluntários da rádio foi possível comprovarem-se as afirmações do STAE sobre o nível de colaboração e a saudável relação que existe entre este órgão eleitoral e a rádio comunitária. A relação é tão boa que, houve vezes em que a rádio transmitiu notícias incompletas e o STAE, na pessoa do Director Provincial, contactou a rádio para fornecer mais informações, pois este tinha escutado as notícias da rádio e sentiu que com informações complementares os ouvintes da rádio ficariam mais claros sobre o assunto abordado.

Ainda no âmbito da colaboração com a rádio comunitária, o STAE afirmou que tencionava trabalhar muito em paralelo com esta estação radiofónica durante o processo

¹⁹ Em anexo, a lista detalhada das pessoas entrevistadas.

de votação, estando somente a aguardar o material sobre os procedimentos de votação para iniciar esse trabalho com a rádio.

“Queremos reforçar a nossa colaboração com a rádio de modo a passarmos, aos cidadãos, a mensagem de que devem saber conservar, muito bem, os seus cartões para que possam votar e, também, divulgando sobre a data da votação e que este acto será feito apenas em um dia, e, por isso, as pessoas devem chegar cedo nos locais onde vão funcionar as Assembleias de Voto”. - Director Provincial do STAE, em Chimoio.

Segundo o Director Provincial do STAE, a rádio teve um papel muito importante na educação cívica do eleitorado, pois o STAE constatou que nas zonas suburbanas, maior parte das pessoas estava a acompanhar o processo eleitoral através da Rádio Comunitária Geson e da Rádio Moçambique. Uma parte positiva deste trabalho da rádio, o STAE atribui-o ao documento contendo as Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias na Cobertura Eleitoral, afirmando ser este um documento muito claro e que complementa o que já vem escrito na lei sobre a participação dos órgãos de informação nos processos eleitorais. Entretanto, o Director Provincial do STAE é da opinião de que, para as próximas eleições deveria se definir melhor qual deve ser o papel e as regras de conduta dos voluntários das rádios comunitárias nas Mesas da Assembleia de Voto, pois para os outros jornalistas a lei define isso, mas para as rádios comunitárias ainda se carece duma informação mais clara e regulada pelas entidades que respondem pela área das rádios comunitárias.

Entretanto, o STAE levantou dois aspectos negativos em relação ao trabalho da rádio comunitária no processo eleitoral. Em primeiro lugar, lamentou o facto de a rádio não estar a fazer programas de educação cívica eleitoral nas línguas locais. Em segundo lugar, o facto de a rádio, no início, ter cobrado ao STAE para a passagem de mensagens de educação cívica eleitoral.

“A rádio queria que pagássemos, mas dissemos que deveria haver uma coordenação entre o STAE e a Rádio Comunitária, pelo bem dos cidadãos, pois nós não temos dinheiro para pagar espaços de antena. Não chegamos a um grande consenso quanto a isso, mas mesmo assim estamos a trabalhar em conjunto, a rádio faz programas e notícias sobre as nossas acções e nós vamos dando informações...” - Director Provincial do STAE, em Chimoio.

Em relação aos programas de educação cívica eleitoral nas línguas locais, o STAE afirmou que logo que os spots sobre a votação em línguas locais chegassem a Chimoio, eles apoiariam a rádio com esse material de modo a facilitar o trabalho de produção de programas radiofónicos sobre eleições, em línguas locais.

Sobre o decorrer do processo eleitoral em Chimoio, o Director Provincial do STAE afirmou que este estava a decorrer bem, embora muitos problemas relacionados com a falta de material estivessem a causar alguns transtornos. Na opinião deste representante do STAE, a quantidade de material sobre educação cívica foi muita fraca para Chimoio e o material sobre a votação ainda não tinha chegado até aquele momento. Sobre os passos e procedimentos para o dia da votação, o STAE de Chimoio ainda tinha muita pouca informação porque os materiais estavam a demorar a chegar e, deste modo, estavam em muito más condições de fornecer informações sobre esse assunto tanto a rádio ou a qualquer outro interessado.

Conselho Municipal

A relação e a colaboração entre o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio (CMC) e a Rádio Comunitária Geson é mais fortalecida pelo facto de um dos vereadores do CMC ser também membro do Comité de Gestão da Rádio.

Neste sentido, a relação é de se salutar, pois este membro do Comité de Gestão da Rádio tenta ser um elo de ligação entre o CMC e a rádio.

Entretanto, a opinião do CMC sobre o trabalho da rádio no processo eleitoral é vista positivamente, com especial enfoque para o cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta, as quais o CMC tem conhecimento, afixo-as em suas instalações e concorda plenamente com elas pelo facto de estas facilitarem o desempenho da rádio no decurso do processo eleitoral.

“As Dez Regras é um documento que é um guia e estabelece as formas de participação das Rádios Comunitárias no processo das eleições, assegurando que elas participem de forma activa e aberta neste período” – Porta-voz do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio.

Representando os interesses da rádio, como membro do Comité de Gestão, o Porta-voz do CMC, na qualidade de também vereador, participa activamente na divulgação das Dez Regras ao nível do Conselho Municipal e de outras entidades tendo já conseguido divulgar estas regras a todo o CMC e à Assembleia Municipal.

“Acompanho a programação e participo na vida da rádio. Os programas de cobertura eleitoral são excelentes e estão a ajudar muito ao trabalho que outras entidades fazem na mobilização do eleitorado, incluindo as acções do CMC. A rádio consegue chegar em zonas onde os educadores cívicos demorara a chegar, por falta de transporte ou por outros motivos, por isso, penso que esta experiência vai ser muito benéfica para todo o nosso município” - Porta-voz do CMC.

No que concerne ao decorrer do processo eleitoral, o Porta-voz do CMC afirmou que tudo estava a correr dentro da normalidade, embora, no início, tenham existido alguns transtornos relacionados com a falta de meios para se começar a campanha de recenseamento da melhor maneira, em particular a procura de instalações adequadas para o STAE funcionar ao nível da província e a falta de transporte para as brigadas de educadores cívicos. Mas, segundo este representante do CMC, o processo todo em si tem decorrido sem grandes sobressaltos.

No entanto, ainda em relação à rádio comunitária, o mesmo teme pela altura das campanhas dos partidos políticos, pois estes podem querer “passar por cima” das regras de conduta das rádios, através de diversos meios.

“Sabemos que alguns políticos vão querer que a rádio faça publicidade dos seus partidos e vão usar várias formas de pressão para conseguirem isso. Mas, penso que a rádio estará em condições de explicar como está a trabalhar no processo eleitoral, embora sempre haverá acusações de que a rádio está a fazer isso em favor de um partido” - porta-voz do CMC.

Partidos Políticos

RENAMO – União Eleitoral e FRELIMO

Com os partidos políticos que possuem candidatos para as eleições autárquicas, a RCG tem, segundo estes, uma boa colaboração. Entretanto, através das entrevistas feitas a representantes de cada um destes partidos, nomeadamente da RENAMO – União Eleitoral e da FRELIMO, foi possível apurar-se que as relações são mais abertas com um do que com outro, neste caso, a rádio tem melhores relações e colaboração com a FRELIMO do que com a RENAMO.

Devido a certas irregularidades, apontadas pela RENAMO a FRELIMO, no cumprimento dos procedimentos eleitorais, a rádio foi envolvida neste conflito uma vez que os membros da RENAMO desejam divulgar estas irregularidades através da rádio, mas tal não foi possível devido às regras impostas pela rádio para situações como estas. Este facto levantou, automaticamente, uma certa desconfiança, por parte da RENAMO, de que o partido no poder tem um certo domínio sobre a rádio e exerce uma pressão sobre a mesma em termos de censura e escolha das informações a serem divulgadas, particularmente, as relacionadas com o processo eleitoral.

“Acho que a Rádio Comunitária defende a passagem das nossas mensagens pela censura do partido no poder, a FRELIMO, pois a rádio limita-se a divulgar todos os assuntos que dizem respeito ao outro partido como se fosse um bebé que não tem dentes molares para roer um osso e precisa de alguém para ajudar a comer! Isto, em poucas palavras, quer dizer que a rádio teme a FRELIMO...” – Chefe Provincial de Informação do Partido RENAMO.

Quanto a estas acusações, a FRELIMO diz serem “invenções” do partido na oposição, pois a rádio comunitária está a trabalhar de acordo com as Dez Regras, sendo imparcial e divulgando de igual maneira as informações sobre os dois partidos.

“Nós, estamos satisfeitos com o trabalho da rádio no processo eleitoral e temos uma boa colaboração com ela. Quando nos pedem informações para fazerem um programa, nós estamos sempre abertos a dar entrevistas e nunca pressionamos ou aproveitamos para transgredir as regras de conduta da rádio” – 1º Secretário do Partido FRELIMO, na cidade de Chimoio.

No entanto, ao mesmo tempo em que a RENAMO acusa a rádio de ser “um bebé da FRELIMO”, afirma também que esta tem feito um excelente trabalho na educação cívica eleitoral dos cidadãos, com programas educativos e informações de actualização nas melhores horas do dia. Na óptica deste partido, a rádio deveria somente melhorar os seus programas com a inclusão de esclarecimentos sobre certas dúvidas que surgem no seio do eleitorado, como no caso de estes perderem os seus cartões eleitorais ou bilhetes de identidade, saberem como proceder para a votação.

“Não tenho muitos comentários com vista a corrigir o trabalho da rádio Geson nas eleições e tenho até acompanhado elogios à rádio por parte de muitos ouvintes. A rádio é um instrumento muito importante para aproximar o processo eleitoral à população. O meu único apelo é de que a rádio não seja fraca e se limite a abordar somente informações que dizem respeito ao partido no poder” - Chefe Provincial de Informação do Partido RENAMO.

Contudo, a RENAMO, em Chimoio, nas sua abordagem, volta sempre ao centro da questão sobre o domínio da FRELIMO sobre a rádio comunitária acreditando que a rádio tem vontade de fazer uma cobertura imparcial do processo eleitoral, mas teme e sofre pressões por parte do partido no poder. Este facto, uma vez mais, foi vincado pelo porta-voz da RENAMO na sua descrição sobre as irregularidades detectadas por este partido contra a FRELIMO durante a fase da campanha de recenseamento e educação cívica eleitoral.

“Temos casos evidentes, que nós acompanhamos desde o princípio do processo eleitoral, das manobras da FRELIMO para criar condições impeditivas de modo a que este processo não corra como deve ser, principalmente para a oposição: a rotura dos materiais eleitorais, a reprodução de fichas de transferência e, mais grave que todas, a irregularidade cometida pelo próprio Director Provincial do STAE que autenticou e distribuiu, nos postos de recenseamento, sem consentimento do STAE Central e da Comissão Provincial de Eleições, estas falsas fichas de transferências com o objectivo de abranger pessoas que estão fora do raio que demarca o município. Nos, a RENAMO, contestamos este crime, que concorre para a existência de fraude, e o nosso protesto foi considerado legítimo, tendo em conta as provas evidentes. A Comissão Provincial de Eleições disse-nos que o processo sobre este caso tinha sido encaminhado para Maputo e que deveríamos aguardar uma resposta... A resposta, até agora, não apareceu! Mas, vamos remeter este caso ao tribunal” - Chefe Provincial de Informação do Partido RENAMO.

Outra das irregularidades apontadas pela RENAMO refere-se ao acto de propaganda antecipada, da autoria do candidato da FRELIMO à Presidência do Município que, em vez de fazer a educação cívica durante fase do recenseamento, lançou-se numa distribuição, pelos postos de recenseamento, dos documentos contendo o estatuto e programa do seu partido, juntamente com textos propagandísticos e uma foto sua colada na primeira página do livro de estatutos da FRELIMO.

Sobre esta acção, o 1º Secretário do partido FRELIMO, na cidade de Chimoio, defendeu o seu candidato ao afirmar que este somente estava a fazer contacto com o seu eleitorado, ou seja, com outros militantes do seu partido e repisou que isso não pode ser considerado um crime.

No entanto, a RENAMO aproximou-se da rádio comunitária para divulgar estas informações sobre as irregularidades que estavam a ser cometidas pela FRELIMO, no entanto, ainda não tinha conseguido um encontro com os responsáveis da rádio para colocar esta questão.

“Eu vou a rádio colocar esta questão porque a população precisa de saber e tem o direito de acompanhar as violações que se estão a fazer contra a lei” - Chefe Provincial de Informação do Partido RENAMO.

A RENAMO - União Eleitoral está muito apreensiva em relação a certos cenários políticos que se vão desenhando um pouco por toda a Cidade do Chimoio, principalmente estando-se quase às portas do dia da votação. Por seu turno, a FRELIMO mantém-se calma e sem grandes preocupações quanto à normalidade do processo eleitoral até ao dia votação, pois, segundo o 1º Secretário deste partido, a RENAMO está sempre a perseguir os militantes e candidatos da FRELIMO e, de forma a corromper a imagem deste partido vai procurando irregularidades onde não existem.

Neste ambiente conturbado, politicamente, a Rádio Comunitária Geson encontra algumas dificuldades na sua relação com os partidos políticos, por um lado por estar a ser acusada pela RENAMO de ser controlada pela FRELIMO e, por outro lado por manter boas relações de colaboração com a FRELIMO corre o risco de ser conotada com este partido. Portanto, o panorama geral não se figura ser dos melhores em termos de facilidade da rádio em desempenhar o seu papel e efectuar o seu trabalho sem esta “onda política e conflituosa” ao seu redor.

Outros órgãos de informação

Com outros órgãos de informação, a RCD tem muito pouca colaboração, pois na opinião dos voluntários da rádio, estes, de certa maneira, “menosprezam” o trabalho a rádio por esta ser “mais pequena e de menos importância” em relação aos outros órgãos de comunicação social. Infelizmente, não foi possível estender-se às entrevistas da pesquisa até alguns órgãos de informação com vista a colher as suas opiniões sobre a relação e a colaboração com a rádio comunitária. Sendo o período muito forte em termos de cobertura eleitoral, maioria dos editores e jornalistas se encontrava bastante ocupada e com pouco tempo para concederem entrevistas.

Mulheres trabalhadoras na construção civil, motoristas e cobradores de “chapa 100” e vendedores do mercado central de Chimoio

Para esta parte da população da cidade de Chimoio, a Rádio Comunitária Geson tem feito, dentro dos possíveis, um bom trabalho em relação à educação cívica eleitoral. As pessoas demonstraram conhecer o programa de cobertura eleitoral e gostam dele e da maneira como é feito. Louvam o trabalho da rádio no esforço de mobilizar e sensibilizar os cidadãos para se recensearem e votarem no futuro Presidente do Município. Elogiaram os voluntários pelos programas muito criativos e interessantes e afirmam gostarem também dos outros programas que são feitos pela rádio.

Estando esta rádio situada numa cidade como Chimoio existem muitas vantagens no que concerne a conseguir-se entrevistas com a população. As pessoas são mais abertas e, muitas delas, já estão habituadas a falarem para a rádio, pela experiência dos anos anteriores com a Rádio Moçambique e outras rádios que existem em Chimoio. Conhecem melhor o papel e o trabalho de uma rádio e, por esse motivo, sabem também quais são as falhas que a rádio vai tendo, pois lamentaram o facto de a rádio ser mais voltada para o público juvenil, com muita música moderna, espaços de interesse para os jovens e com maioria de pessoas muito jovens a fazerem os programas.

“É bom para os nossos filhos terem uma rádio com programas juvenis, mas também não se precisa exagerar tanto! Eu gosto muito da rádio comunitária e sempre que posso escuto os programas que ela dá... Mas, gostaria que a rádio convidasse os mais velhos para também fazerem programas porque eles podem ensinar algumas coisas que os mais novos não sabem...” – Vendedora do Mercado Central de Chimoio.

Portanto, em relação as suas opiniões sobre o funcionamento da rádio e sobre os programas de cobertura eleitoral, assim como, o processo eleitoral, no geral, as pessoas, falam com um mais à vontade, embora, à semelhança de muitas outras zonas do país, grande parte das mulheres ainda apresente algumas reservas antes de falarem.

“ Gosto muito do programa da rádio sobre votação porque votar é desenvolver o nosso país. A rádio fala de que votar ajuda a desenvolver a nossa cidade e eu concordo com isso...” – Motorista de “Chapa 100”.

“O programa de eleições é muito bom. Mas, a rádio deve fazer mais programas de ouvir as pessoas da cidade, para saber o que as pessoas pensam das eleições. Outras mulheres pensam que isso de eleições é assunto dos homens, por isso a rádio deve conversar com as mulheres, nos bairros para sensibilizar...” – Trabalhadora do Projecto de Construção Civil.

“Costumo ouvir alguns programas de eleições na rádio... Mas, gosto mais de ouvir no noticiário porque também falam do que está a acontecer em outros municípios da nossa província de Manica” – Motorista de “Chapa 100”.

“Sim, já ouvi a rádio com programa sobre a votação. Eu vou votar porque quero escolher o melhor candidato... Mas, queria na rádio também falassem desses problemas que dizem estarem acontecer com RENAMO e FRELIMO, estão a ver? Esse assunto “quente” é bom para se ouvir na rádio...” – Vendedor do Mercado Central de Chimoio.

Em relação a estes grupos de entrevistados o facto de a rádio transmitir nas línguas locais é algo muito positivo, Alguns afirmaram que somente escutam esta rádio porque gostam de ouvir as notícias na sua língua materna, entretanto, como o programa de cobertura eleitoral não estava a ser transmitido pela rádio nas línguas locais, não se pode averiguar junto daqueles não ouvem a emissão em português sobre a sua opinião em relação a este programa produzido e emitido pela rádio comunitária. Este figura como um aspecto negativo levantado por alguns dos entrevistados, assim como, a opinião das mulheres que trabalham no Projecto de Construção Civil sobre o facto de a rádio não saber aproveitar alguns acontecimentos únicos de interesse para a comunidade para serem divulgados nos programas.

“Aqui, por exemplo, nós somos mulheres que trabalhamos na construção civil. É a primeira vez aqui em Chimoio que as mulheres fazem um trabalho deste que se pensava que era um trabalho só para homens. As pessoas que passam pela obra que estamos a construir param e ficam a olhar muito admiradas por verem mulheres com fato-macaco a levantarem blocos, a rebocar e a trabalhar em cima do tecto da casa... Todos dizem que não sabia que em Chimoio há mulheres a fazer este trabalho. A rádio sabe deste nosso trabalho, mas nunca veio aqui fazer reportagem, nem mesmo para o programa da mulher na rádio!” - Trabalhadora do Projecto de Construção Civil.

Entretanto, com a excepção destes pontos negativos, pode-se apurar com as entrevistas feitas a esta parte da população de que os programas da rádio sobre educação cívica eleitoral são apreciados e até analisados pelas pessoas. Contudo, foi notório o facto de que a rádio tem uma relação mais distante com a população em termos de produção de programas com a participação das pessoas da comunidade. As pessoas sentem-se menos envolvidas no processo de produção de programas da rádio e conseguem identificar algumas lacunas existentes na rádio em termos de programação.

“Eu queria que a rádio andasse nos bairros a falar com as pessoas. Assim, era possível discutir melhor os problemas da comunidade na rádio. Muitas informações devem aparecer na rádio sobre a vida das pessoas porque muita música e poucas informações não ajudam a resolver os problemas das pessoas. Mas, agora até que a rádio está a

melhorar porque antigamente parecia uma rádio de “Dijeis” com música de jovens, toda a hora!” - Cobrador de “Chapa 100”.

Estas pessoas apelaram muito para que a rádio comunitária tentasse encontrar formas de “conversar” mais com a população de modo a ser capaz de produzir programas que vão mais de encontro aos problemas actuais da população da cidade de Chimoio.

3.2. Rumores...

Nesta parte do livro, transcreveram-se algumas passagens de opiniões que ficam apelidados de “rumores” por se tratarem de afirmações e suposições de pessoas e grupos de Chimoio sobre o processo de eleições, no geral, e sobre o trabalho da rádio, em particular. Por uma questão de ética, não serão mencionados os nomes ou outras informações que possam revelar a identidade dos responsáveis ou propagadores destes rumores.

E, os rumores que circulavam por Chimoio...

Desde que começou a educação cívica eleitoral, a rádio Geson fala das acções do nosso partido, no geral, e fala das acções do outro partido, com detalhes! – Um político.

A FRELIMO andou a cobrar 20 a 25 mil meticais às pessoas das localidades que desejavam candidatar-se às eleições municipais. Fez isso para as pessoas desistirem porque já tinha a sua lista de nomes de candidatos... - Um cidadão de Chimoio.

Notamos muitas falhas técnicas na emissão dos documentos eleitorais. Falha ao escrever os nomes das pessoas, troca de nome da cidade, atribuição de senhas em vez de cartões e outros fenómenos que achei propositados... - Um cidadão de Chimoio.

Um dia eu fui para a rádio colocar uma dúvida sobre um acontecimento estranho que eu vi no posto onde me fui recensear, mas disseram-me que não podiam divulgar esse tipo de informação... - Um cidadão, em conversa com um amigo, num quiosque da cidade.

Quando começaram a fazer educação cívica, esses do STAE não tinham meios próprios, até alugaram um tractor para transportar os activistas... - Uma senhora, no mercado.

Os “madjermans” estão a ser motivados pela RENAMO para fazerem mais manifestações nesta altura das eleições... - Um político, durante uma manifestação dos regressados da ex-RDA.

Quem aqui não sabe que a rádio comunitária Geson é simpatizante da FRELIMO? Todos nós sabemos isso, mas acho que isso nada tem a ver com o trabalho da rádio porque a rádio trabalha bem e para todos! – Um jovem, na rua.

Isto aqui funciona assim mesmo, a FRELIMO tem fiscais para controlar os passos da RENAMO e a RENAMO anda, também, a vigiar os passos da FRELIMO. Eles se entendem e nós, o povo, depois sofremos porque não sabemos nos entender entre nós como irmãos. – Um velho sapateiro, de esquina.

As mulheres aqui de Chimoio não estão preocupadas com as eleições, elas só querem saber de namorados e casamento! – Uma voluntária da rádio.

Quero ver como a rádio comunitária vai fazer quando chegar a altura das campanhas dos partidos políticos. Vão dançar porque esses partidos estão a contar com muita propaganda da rádio, mesmo isso de dez regras que ouvi falar não vai ser nada porque aqui os nossos políticos são muito teimosos! – Um homem, no “Chapa 100”.

4. Avaliação sobre a experiência da Rádio Comunitária Geson nas Eleições Autárquicas de 2003

A cidade de Chimoio, por tratar-se de uma urbe com um nível de desenvolvimento mais elevado em relação aos distritos onde se encontram instaladas outras rádios comunitárias, cria um ambiente diferente e com mais vantagens para o trabalho da Rádio Comunitária Geson.

Nos últimos anos, a cidade de Chimoio tem assistido a uma, cada vez maior, presença de instituições e organizações de desenvolvimento, tanto voltadas para as áreas sociais, como para as áreas económicas, que contribuem, em grande medida, para uma maior dinâmica de actividades diversas que acabam, também, tendo o seu impacto no trabalho da rádio.

Pelas facilidades, em termos de condições de serviços locais, muitas actividades de âmbito nacional são realizadas nesta cidade²⁰, por parte de várias entidades governamentais e não governamentais, oferecendo, deste modo, um ambiente activo em acontecimentos e novas experiências onde a rádio comunitária permite-se crescer e ter uma variedade de informações para alimentar os seus programas.

Em termos de progressos da comunicação, Chimoio conta com as facilidades de existência e captação de um variado leque de órgãos de comunicação audiovisual e escrito. A emissão nacional da Rádio e da Televisão de Moçambique está, em força,

²⁰ Por exemplo, os Conselhos Coordenadores de Ministérios e outros organismos governamentais e não governamentais, frequentemente, escolhem a cidade de Chimoio para se realizarem.

presente nesta cidade. Os principais jornais do país circulam pela cidade e em alguns estabelecimentos comerciais da cidade é possível se encontrar um variado tipo de revistas e boletins informativos nacionais e estrangeiros.

Embora a rádio Geson seja ainda nova, em Chimoio, a comunidade em que ela está inserida, tem uma grande apreciação e expectativa em relação ao seu trabalho no desenvolvimento da cidade e zonas circunvizinhas.

Entretanto, embora com todo este ambiente propício ao bom funcionamento da rádio comunitária, é necessário ter-se em conta de que, quanto mais o ambiente que rodeia a rádio se transforma positivamente, mais desafios são impostos a esta rádio. A população de Chimoio está a crescer em termos de mais conhecimento e abertura para as novas experiências de desenvolvimento e, conseqüentemente, passam a exigir um protagonismo mais profissional e sério por parte da rádio comunitária de modo a que esta acompanhe, em paralelo, a esse crescimento da comunidade.

Juntamente com esses desafios, de corresponderem às reais expectativas da comunidade, a rádio tem um outro desafio no que concerne ao seu trabalho no âmbito do processo eleitoral, uma vez que as divergências entre os dois partidos de presença mais vincada em Chimoio, debatem-se numa “guerra” de interesses políticos que acabam por ter o seu impacto negativo no papel e no trabalho desta estação radiofónica. Pois, no decorrer do processo eleitoral, a cidade de Chimoio assistiu a diversas situações de conflito entre a FRELIMO e a RENAMO e que, em algumas delas, a rádio foi apontada como servindo somente os interesses de um destes partidos.

Assim, com todo este cenário que rodeia a Rádio Comunitária Geson, é justo levantarem-se alguns factores que, directamente ou indirectamente têm um grande impacto no trabalho da rádio, antes de se partir para uma análise sobre a experiência desta rádio comunitária durante o processo das eleições autárquicas.

As condições em que a rádio funciona:

Tal como em outras rádios comunitárias, esta rádio trabalha na base de voluntários e, estes, são os responsáveis por toda a parte que diz respeito a produção dos programas.

Os voluntários não recebem um salário pela rádio, pois trabalham em benefício do desenvolvimento da sua comunidade. Entretanto, na Rádio Geson, maior parte dos voluntários não se sente “confortável” com esta situação. A opinião de vários voluntários desta rádio é de que a Associação Geson deveria encontrar meios de, pelo menos, garantir um apoio social para os “fazedores” da rádio. Estes fizeram referência ao apoio na assistência médica, subsídios para as deslocações de trabalho e mais capacitação ou formação para os voluntários.

Embora a grande parte dos voluntários desta rádio seja bastante jovem, alguns deles já são chefes de família ou são chamados a contribuir na renda familiar. Muitos deles terminaram a escola e a rádio, no momento, é a sua única ocupação. Olham a rádio como o seu local de trabalho, onde dia a dia eles se dedicam e, por este motivo, o sentimento de que existe uma certa “insensibilidade” dos responsáveis da rádio em relação ao reconhecimento do seu trabalho e do seu esforço, sempre é levantado nos seus discursos. Entretanto, os voluntários estão cientes do significado de um verdadeiro

voluntário e, por isso mesmo, a sua desmotivação relacionada com subsídios ou pagamentos vai sendo suavizada e “quase” esquecidas pelo facto de saberem que eles estão ali de livre vontade com o objectivo de contribuírem para uma causa em benefício da comunidade e, deles próprios, em termos de conhecimento e experiência de trabalho.

Contudo, embora exista esta aparente desmotivação por parte dos voluntários, o trabalho da rádio tem prosseguido da melhor maneira possível. Os voluntários se dedicam ao seu trabalho e na sua tarefa de produzir programas que vão de encontro às expectativas da comunidade.

Quanto ao trabalho do Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral, a falta de capacitação os elementos deste grupo na área de produção de programas voltados para esta área se mostra como uma grande fraqueza, embora mesmo esta situação o grupo vai produzindo programas com uma qualidade e um interesse consideráveis. Os elementos deste grupo alimentam expectativas de serem beneficiados, no futuro, com uma formação em cobertura eleitoral por parte do Projecto Medida da UNESCO.

Em termos de recursos materiais, os gravadores são um grande dilema desta rádio. Os gravadores que, neste momento, são utilizados pela rádio, para além de não serem suficientes para cobrirem as necessidades dos grupos editoriais, também se encontram num estado decadente. O problema da falta de cassetes também é vivido por estes “fazedores” da rádio que, inclusive, enfrentam situações de roubos de cassetes entre os próprios voluntários e a realização de entrevistas sem a utilização de um gravador por falta de cassetes.

E, embora a cidade de Chimoio esteja consideravelmente enriquecida em termos de materiais informativos (nas organizações, instituições e centros comerciais), na rádio muito pouco material informativo existe para além daqueles que, muitas vezes, são trazidos pelos elementos da rádio quando participam numa formação ou seminário.

Existem muitas organizações não governamentais a operarem em Chimoio que possuem centros de documentação com variado tipo de materiais que podem servir para alimentar e enriquecer o conteúdo dos programas da rádio, mas falta nesta rádio um espírito mais dinâmico no que concerne a procura e aproveitamento dos recursos materiais existentes localmente.

A colaboração da comunidade:

A participação da comunidade no trabalho da rádio sobre as eleições, não é bem aproveitada por esta rádio. Uma vez que as pessoas da cidade de Chimoio são mais abertas e dispostas a concederem informações e entrevistas à rádio, esta não tem feito um bom uso desta vantagem de modo a tornar a sua relação com a comunidade mais activa e participativa, ao invés de tornar a comunidade meramente um “receptor” das emissões da rádio. Os fazedores da rádio têm, ainda, uma grande distância física na sua interacção com a comunidade.

E, durante a realização das entrevistas para este livro, foi possível apura-se que as pessoas da comunidade têm muitas ideias e contribuições para o melhoramento do trabalho da rádio, assim como, para uma melhor abordagem da rádio nos assuntos de interesse para a comunidade.

As pessoas gostam muito desta rádio e, pelo se pode provar com as entrevistas e com a observação “in loco”, as pessoas também escutam muito esta rádio. Pode se dizer, inclusive, que a maior parte das pessoas que vive nas zonas abrangidas pela rádio escutam mais esta rádio comunitária do que a própria Rádio Moçambique. Este facto justifica o grande interesse das pessoas em quererem participar mais activamente na vida e no trabalho da rádio. Por exemplo, sempre que a rádio abre espaço para a inscrição de novos voluntários o número de candidatos supera sempre as expectativas e a rádio é, por vezes, obrigada a pedir que os restantes candidatos fiquem na lista de espera.

Portanto, torna-se um dos desafios da rádio definir melhores estratégias para um maior envolvimento das pessoas e, também, uma participação mais activa da comunidade.

Os programas produzidos pela rádio:

Escutando-se os programas produzidos pela rádio Geson, estes demostram, a primeira vista serem muito interessantes e de grande qualidade. No entanto, fazendo-se ma análise mais profunda sobre os mesmos, tendo-se em conta as possibilidades e vantagens de que esta rádio goza em relação a muitas outras rádios comunitárias, conclui-se que, embora positivos, os programas poderiam ser melhores, principalmente em termos de uma maior participação de pessoas da comunidade e a cobertura de eventos e notícias que, constantemente vão tendo lugar na cidade e arredores.

Mas, ao mesmo tempo, deve se olhar para as condições em que o grupo editorial de cobertura eleitoral trabalha: sem formação específica nesta área e com um reduzido número de elementos.

E, ainda em função dos programas produzidos, deverá se ter em conta, também, que nesta altura do decorrer do processo eleitoral, as divergências políticas são fortes e têm um impacto negativo sobre a rádio, levando a que a rádio seja “mais passiva” do que desejável na sua busca de notícias, na abordagem de certos temas ligados às eleições e na escolha das fontes de informação.

Outro factor importante que influencia no resultado dos programas que são produzidos pela rádio é a fraca participação do coordenador da rádio na planificação e produção do programa de cobertura eleitoral. Este deveria, principalmente nesta altura do processo eleitoral, dedicar uma atenção mais especial ao grupo editorial de grupo eleitoral e ao próprio programa que é feito sobre as eleições.

Para além dos aspectos já levantados sobre os programas de cobertura eleitoral, existe um outro aspecto de especial relevância que deverá ter uma maior atenção da rádio: programa de cobertura eleitoral é somente feito na língua portuguesa e transmitido somente na emissão em português. Tendo-se em conta que esta rádio pretende, acima de tudo, ir de encontro a uma realidade mais local, este aspecto é bastante negativo, principalmente porque a maioria das pessoas escuta as emissões em línguas locais.

No entanto, poderá se dizer que apesar de todos esses aspectos negativos, os programa produzidos pela RCG sobre educação cívica e cobertura eleitoral são positivos em termos dos seus reais objectivos e tendo-se em conta o processo de desenvolvimento interno que a rádio atravessa.

O cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta:

- Os programas de sensibilização e mobilização para o recenseamento eleitoral, foram produzidos quase no fim das campanhas de recenseamento (a rádio começou a produzir e emitir estes programas, tardiamente, devido a vários motivos, com a constituição do grupo editorial de cobertura eleitoral, entre outros).
- Em poucos conteúdos dos programas, a perspectiva de género está patente.
- Nenhum concurso foi realizado até ao momento e nem alguma avaliação de percepção sobre o processo de educação cívica, assim como, nenhum fundo específico para esta área foi angariado pela rádio.
- Os partidos políticos foram todos informados sobre a política da RCG em relação à cobertura eleitoral e, também, foram informados sobre as Dez Regras de Conduta das Rádios Comunitárias, assim como sobre em que condições seriam transmitidas as informações relacionadas com a cobertura eleitoral.
- Os programas realizados sobre educação cívica e cobertura eleitoral foram transmitidos somente na emissão em Português.
- Nenhum material de propaganda relacionado com partidos políticos foi afixado nas instalações da RCG
- Existe uma série de acusações que são feitas sobre a conotação política da rádio e, inclusive, afirmações e muitos rumores sobre convívios abertos de alguns membros da rádio, principalmente os que fazem parte do Comité de Gestão, com membros dos partidos políticos e/ou seus candidatos.
- *Até ao momento, não houve motivos para a RCG tomar uma atitude de denúncia devido a tentativas de intimidação, conspiração e corrupção ou outros tipos de aliciamento que ponham em causa o regulamento e o bom funcionamento da Rádio. Entretanto, como uma forma de segurança, a Geson contratou os serviços da polícia para proteger a rádio, estando no momento, sempre um policial à porta da rádio para prevenir alguma situação indesejável que possa ocorrer e ponha em perigo os elementos da rádio.*

Nota final:

Tendo-se em conta o acima descrito, poder-se-á dizer que a Rádio Comunitária Geson contribuiu, em grande medida para a divulgação de informações sobre o processo eleitoral e para a mobilização do eleitorado, apesar de todos os constrangimentos e dificuldades internas e externas que a rádio atravessa nesta fase.

Os programas produzidos pela rádio sobre cobertura eleitoral são interessantes e, dentro dos possíveis, criativos e com tendência de melhorias. Segundo pessoas e grupos da cidade de Chimoio, o trabalho da rádio é muito positivo, embora alguns problemas de funcionamento interno da rádio deveriam ser colmatados, assim como a rádio se deveria se esforçar mais por activar a participação da comunidade nos seus programas.

O fraco envolvimento do coordenador na planificação e produção destes programas revela-se como um factor negativo no que diz respeito a uma melhor qualidade dos programas e a uma mais cuidadosa e consciente gestão dos conflitos que, por ventura, a rádio possa estar envolvida devido ao ambiente político tenso que se vive em Chimoio durante o período eleitoral.

O manual de apoio elaborado pelo Projecto Média da UNESCO – “Produção de Programas de Educação Cívica Eleitoral” - é um instrumento que tem ajudado muito os voluntários na produção dos programas de cobertura eleitoral, mais ainda, para o Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral que, neste momento, funciona com elementos que não participaram nos cursos sobre esta área específica realizados pelo projecto Media da UNESCO.

E, embora não tão participativos como seria de se desejar, os programas produzidos pela rádio na área de educação cívica eleitoral tiveram um impacto muito positivo, principalmente, junto da população e, segundo diversas fontes entrevistadas para esta pesquisa, as pessoas aderiram em massa no recenseamento e na actualização dos cartões de eleitores, em grande parte, devido ao trabalho excelente da rádio neste sentido.

No que diz respeito às relações internas, entre o pessoal da rádio, estas são óptimas, tanto entre os voluntários, assim como, entre os voluntários, a coordenação e a Associação Geson, incluindo o Comité de Gestão da rádio.

O cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta, tanto na produção dos programas como no desempenho interno da rádio e sua relação com outras entidades políticas e civis do distrito, embora com um e outro sobressalto, foi alcançado. No entanto, um facto negativo que se mantém são os rumores e certas acusações que são feitas à rádio em termos de esta ser “dominada” pelo partido no poder. Quanto a este assunto, provas concretas não foram apresentadas, ficando somente a pairar no ar os “dizem que...”, “fulano viu ou fulano disse...” e as alegações e afirmações de um partido contra o outro, assim como as justificações de membros e militantes destes partidos.

Em termos de ligação aos partidos políticos, existem muitas conotações, acusações e críticas de uma visível inclinação política da rádio. Estas são mais ressaltadas pelo partido RENAMO em relação ao controle e pressão que afirmam estar a ser exercido pela FRELIMO sobre a rádio. Alguns informantes civis secundaram estas afirmações feitas pela RENAMO ao deixarem claro de que, em certos casos, realmente a rádio se mostra controlada pelo partido no poder. Existem também os “rumores” que circulam pela cidade sobre a censura injusta que é feita às informações que chegam à rádio, principalmente as que envolvem assuntos políticos ou que dizem respeito às acções e comportamentos dos partidos políticos. E, mesmo sem ter sido possível comprovar tais rumores, esta situação é fortemente comentada pelas esquinas e entre as pessoas da cidade, acabando por levantar algumas dúvidas quanto à imparcialidade da rádio, mesmo que isso não seja visível em termos dos programas que a rádio produz e emite.

Portanto, as divergências e “guerras” entre os dois partidos de maior presença em Chimoio, a FRELIMO e a RENAMO, afectam a rádio, pois esta acaba por ser envolvida negativamente nos conflitos e nos discursos dos partidos. No entanto, este aspecto negativo faz despertar uma constatação importante: de que a rádio comunitária é vista, pelos partidos políticos, como um poderoso meio de comunicação social e um grande instrumento de mobilização da população, principalmente durante um processo eleitoral.

Resumindo, o papel e o trabalho da Rádio Comunitária de Geson, durante as eleições autárquicas de 2003, foi bastante conturbado, em termos de relações externas e levantamento de conotação política da rádio e sua política de defesa da censura

partidária das informações a serem divulgadas. Isto pode ser explicado através do forte e conflituoso clima político que se vive na cidade de Chimoio e a importância que os partidos políticos dão a esta rádio comunitária ao trazerem-na para o seio desses conflitos

Contudo, sofrendo o impacto de todos esses factores que acompanham o decorrer do processo eleitoral em Chimoio, a RCG conseguiu produzir programas de educação cívica e cobertura eleitoral de qualidade e interesse para a comunidade sem desviar-se dos propósitos e fins da sua actividade cívica e imparcialidade na abordagem dos temas relacionados com as eleições. No entanto, uma análise mais aprofundada sobre o grau de credibilidade que a rádio continuará tendo, junto de toda a comunidade, após este processo eleitoral, deverá ser feita de modo a procurarem-se estratégias com vista a eliminar alguns aspectos negativos que, por ventura, possam ter posto em causa o papel e a imparcialidade da rádio durante as eleições.

Sustentabilidade:

No que diz respeito a sustentabilidade da radio, a RCG, possui muitas vantagens em relação ás outras rádios comunitárias que encontram localizadas em distritos. Isto deve-se, por um lado, a ao facto de esta rádio se encontrar situada numa cidade onde as pessoas tem uma percepção diferente sobre a publicidade na rádio e, também possuem mais recursos e necessidade para tal, por outro lado, pelo facto de a Associação Geson ter, para além da rádio, outras actividades e parcerias frutíferas que contribuem, de uma maneira ou de outra, para a sustentabilidade da rádio.

Portanto, em termos de iniciativas de sustentabilidade, a RCG leva uma vantagem sobre as outras rádios comunitárias.

Neste momento, através da cobrança de publicidade na rádio e passagem de mensagens e dedicatórias dos ouvintes, a rádio já consegue arcar com algumas despesas correntes como é o caso da conta telefónica, salário do guarda e da recepcionista que são pagos em 50% pelas receitas da rádio, sendo os restantes 50% pagos pela Associação Geson através do financiamento da UNESCO.

E, de forma a colmatar um pouco a parte relativa aos incentivos económicos para os voluntários, a rádio está a implementar o “princípio das percentagens” na angariação de publicidade, ou seja, cada voluntário que consegue trazer um serviço de publicidade para a rádio tem direito a uma certa percentagem do valor a ser pago pelo cliente.

Futuramente, a rádio tenciona activar o seu centro social, que já antes esteve em funcionamento, de modo a que esta actividade possa também contribuir para a sustentabilidade da rádio. As obras para o início do funcionamento deste centro social estão quase prontas e, provavelmente, em pouco tempo, este irá abrir ao público.



A Rádio Comunitária de Cuamba

1. O distrito de Cuamba

O Município de Cuamba situa-se no distrito de Cuamba, na zona sul da província do Niassa e tendo a norte o distrito de Metarica, a sul a província da Zambézia, a oeste os distritos de Maudumba e Mecanhelas (na fronteira com o Malawi), e a este a província de Nampula. De Cuamba até a capital provincial de Niassa – Lichinga, contam-se cerca de 300 km. Em termos de densidade populacional, Cuamba tem 172.212 habitantes, ocupando uma área de 5.121 Km quadrados, com cerca de 34 habitantes por Km quadrado.

O clima predominante no distrito é o quente e seco, com uma temperatura média de 24°C. A época chuvosa compreende o período entre Outubro e Abril. A altitude máxima do distrito é determinada pelo Monte Mitúcuè, com 1800 m de altitude e situado na localidade de Mitúcuè ha uma distância de aproximadamente 18 Km da sede do distrito de Cuamba.

O distrito de Cuamba divide-se em dois postos administrativos, nomeadamente o posto Administrativo de Etatara e Lúrio, os quais, por sua vez, se subdividem em cinco localidades: Etatara e Malapa, Lúrio, Mitúcuè e Mutetere.

Economicamente, o distrito de Cuamba tem cerca de 56 indústrias moageiras, das quais 46 estão em funcionamento. A maior potência do Niassa localiza-se neste distrito - a Fábrica de Algodão, designada por SAN (Sociedade Algodoeira do Niassa). O distrito possui, também, indústrias de carpintaria e vários estabelecimentos comerciais em funcionamento.

Na área da educação, Cuamba conta com 122 escolas, incluindo uma escola do ensino secundário geral, uma Faculdade de Agricultura e de Ciências de Educação, sete escolas completas do 2º grau e escolas comunitárias do 1º e 2º ciclo, para um total de 716 professores e 38.475 alunos matriculados no ano lectivo de 2003. De referir que o índice de alfabetização cresceu de 26% há quatros anos atrás para o registo actual de 3.667 alfabetizados. O distrito possui 50 centros de alfabetização assistidos por 90 alfabetizadores e onde as mulheres perfazem 82% dos alunos, segundo o censo de 1997. Embora a área da educação em Cuamba tende a demonstrar avanços significativos com iniciativas como o aumento de sala de aulas com participação da comunidade, existem obstáculos permanentes como o caso das transferências de alunos devido a mudanças de residências por parte dos encarregados de educação para a procura de lugares com terras mais férteis para a agricultura, o que contribui negativamente para o aproveitamento pedagógico dos alunos.

Em relação à saúde, a rede sanitária não chega a cobrir o universo populacional que o distrito possui, ou seja, quase metade da população é obrigada a percorrer grandes

distâncias para encontrar estes serviços. Existem muitos casos em que mulheres grávidas acabam por dar o parto a caminho de um posto de saúde. A malária e a cólera são frequentes neste distrito aliadas ao difícil acesso à rede de saúde que grande parte da população enfrenta, os casos tendem a tornar-se por vezes mortais ou provocando endemias. Assim sendo, o município de Cuamba conta com um hospital, um centro de saúde, três postos de saúde e um posto de socorro.

A agricultura é a principal actividade da população em Cuamba. Em 2002 e 2003, as chuvas intensas provocaram uma sacha deficiente que conseqüentemente influenciou a situação da segurança alimentar. Contudo, a situação não é ainda ameaçadora porque existem culturas que resistiram às chuvas intensas como é o caso do arroz e do milho que se podem encontrar no mercado local a um preço baixo comparado ao ano passado.

Em termos de comunicação, em todo o distrito de Cuamba a Rádio Comunitária é a única estação existente. No entanto, é possível captar-se algumas emissões das rádios do Malawi, da Tanzânia, da África do Sul e da África Oriental. As emissões nacionais são muito difíceis de se captar, incluindo a emissão nacional da Rádio Moçambique. Os jornais não circulam e a televisão de Moçambique somente é captada por aqueles que possuem uma antena parabólica.²¹

2. A Rádio Comunitária de Cuamba

2.1. Breve resumo sobre o surgimento a rádio

Em Julho de 1999, dois representantes da UNESCO deslocaram-se a Cuamba para iniciar o trabalho de mobilização social com vista ao estabelecimento de uma rádio comunitária neste distrito.

Este processo conduziu à criação de uma associação local que pudesse ser a proprietária da estação de rádio. Esta associação foi denominada de Associação da Rádio Comunitária de Cuamba. Seguidamente, procedeu-se a realização de eleições onde foram seleccionados quinze membros e eleitos os órgãos sociais da associação. Terminada esta fase, a associação foi legalizada e, conseqüentemente, esta entra em funcionamento para gerir a Rádio Comunitária de Cuamba que foi instalada com o apoio da UNESCO.

2.2. Perfil da estação da rádio

Nome da rádio: Rádio Comunitária de Cuamba

Slogan: Veículo de Desenvolvimento.

Frequência: 106.0 Mhz FM.

Raio de cobertura: 100 Km²².

Áreas cobertas: Quase todo o Distrito de Cuamba e algumas outras regiões das províncias de Niassa, Nampula e Zambézia.

²¹ Informações colhidas em Cuamba

²² O raio de cobertura da RCC é relativo. Por exemplo, em Niassa, a rádio é também escutada em Massangulo (210 km), assim como, na província da Zambézia, em Missiasse e Mulumbo (150 e 200 Km) e Namaroi (125 Km) e, em muitas zonas, da província de Nampula.

Conteúdo editorial: Programas informativos, educativos, formativos, *lúdicos* e desportivos.

Línguas de emissão: Português e Emakwa.

Horário de emissão: das 04:50h às 23:00h, emissões em Emakwa e Português.

Formato de programas: Os programas são alguns pré - produzidos e outros emitidos em directo, pelos voluntários.

2.3. Estrutura e organização da rádio

A Rádio Comunitária de Cuamba (RCC), à semelhança da Rádio Comunitária do Dondo e Geson, para além de contar com o coordenador, mobilizador, técnico e uma assistente administrativa pagos pela Associação da Rádio Comunitária de Cuamba, com o apoio da UNESCO, possui um grupo de voluntários que totalizam 65.

O coordenador organiza e dirige as reuniões de planificação semanal das actividades da rádio e a planificação do trabalho dos grupos editoriais. Neste processo, o mobilizador apoia o coordenador, principalmente na definição da grelha de programas que é feita com base em pesquisas periódicas de audiência.

Todo o trabalho editorial é feito em equipas organizadas em grupos editoriais onde os chefes dos grupos, nas suas reuniões semanais, discutem os temas com os outros voluntários. É, também, responsabilidade dos chefes dos grupos editoriais discutir com o mobilizador e o coordenador sobre o material de conteúdo dos programas, antes de este ser aprovado para a sua produção e emissão.

O sector técnico apoia os grupos editoriais na produção e emissão dos programas, de forma a que estes tenham uma boa qualidade de transmissão e se faça o uso adequado do equipamento técnico.

De referir que na RCC, é usada uma ficha de requisição preenchida pelo chefe do grupo editorial e pelo mobilizador e aprovado pelo coordenador para o uso de material de arquivo da rádio ou emissão de um programa.

A RCC possui um Código de Conduta, um documento que regulamenta o comportamento de todos os elementos da rádio, estabelecendo um padrão de valores que vão de acordo com os objectivos principais da rádio, assim como, regras de conduta para os locutores/apresentadores que entram em estúdio para fazer emissão.

No que diz respeito à emissão, a RCC está a funcionar com uma grelha de programas dividida em 2 emissões, nomeadamente uma em Emakwa e outra em Português. Esta grelha tem cerca de cinco a seis programas sobre temas específicos, no total de emissões de um dia, sendo a restante programação preenchida com o noticiário do dia, espaços musicais e dedicatórias.

A RCC, também formou os seus grupos editoriais, para cada tema específico. Estes grupos são constituídos por voluntários que produzem todos os programas constantes na grelha de programação. Cada grupo editorial tem o seu chefe e, neste momento, perfazem um total de 10 grupos, a listar: 1) Grupo editorial de saúde; 2) saneamento e meio ambiente; 3) Infantil; 4) Desenvolvimento da Mulher; 5) Cultura; 6) Família; 7) Desporto; 8); Agricultura 9) educação; e, o mais recente, 10) cobertura eleitoral.

De salientar que, diferentemente das outras duas rádios (Dondo e Geson) esta rádio ainda não possui uma sala de redacção para os voluntários trabalharem e estes preparam os seus programas e efectuam as suas reuniões no quintal da casa onde está instalada a rádio.

2.4. Programa de Educação Cívica Eleitoral

Dentro da grelha de programas da RCC, o programa de educação cívica e cobertura eleitoral não se encontra listado. No entanto este programa é emitido duas vezes por semana, na segunda e sexta –feira, período da manhã na emissão em Macua e, período da tarde, na emissão em Português, sendo às sextas uma repetição do programa de segunda – feira. Informações pontuais sobre as eleições são, também, passadas em substituição de alguns espaços musicais, principalmente no horário do almoço e no fim do dia.

Estes programas começaram a ser produzidos e lançados ao ar, somente em Outubro de 2003, e, também depois do envolvimento do Projecto Média da UNESCO com as acções de capacitação e disponibilização de meios para a rádio trabalhar na educação cívica e cobertura eleitoral.

Quem faz?

Na RCC, o **Grupo Editorial para a Cobertura Eleitoral (GECE)**, foi formado depois da participação desta rádio nos seminários de capacitação em matéria de “Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias” realizados pelo Projecto Media da UNESCO. O grupo editorial criado para se dedicar aos programas de educação cívica e cobertura eleitoral possui, actualmente, 15 elementos, embora os seus elementos estejam integrados também em outros grupos editoriais. Fazem parte deste grupo, os voluntários que participarem nos cursos sobre cobertura eleitoral, sendo o chefe do grupo um deles. Este grupo se rege, essencialmente, pelas Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias, que se encontram afixadas à entrada do edifício da rádio, e pelo manual de apoio do Projecto Media da UNESCO sobre produção de programas de educação cívica eleitoral.

Como se faz?

Embora a RCC tenha programas pré – produzidos e em directo, os programas de educação cívica eleitoral são todos pré – produzidos de forma a melhor se “controlar” a informação que é transmitida pela rádio nesta matéria. Como o programa é semanal, este é produzido num período de dois a três dias antes da sua emissão. A planificação destes programas não obedece a uma planificação mensal, mas tenta acompanhar o processo eleitoral em termos de temas abordados.

Os programas são desenhados pelo GECE e depois apresentados ao coordenador, pois o mobilizador faz parte deste grupo. O plano é, depois de aprovado pelo coordenador, produzido pelos voluntários e emitido com uma grande participação do técnico.

Embora a RCC não tenha um quadro da planificação mensal, pode-se espelhar os programas que foram produzidos durante os meses de Outubro e Novembro através da seguinte tabela²³:

Mês de Outubro e Novembro de 2003
Programa: Educação Cívica de Cobertura Eleitoral

Nº	Tema do programa	Formato usado
1	Educação cívica para o recenseamento	Drama, informativo e educativo
2	Educação cívica: termos eleitorais	Informativo
3	As Dez Regras Gerais de Conduta	Informativo
4	Educação cívica sobre votação	Drama, informativo e educativo
5	Cobertura eleitoral: Apresentação dos candidatos e suas agendas	Informativo

** Os dois últimos programas ainda não tinham sido produzidos e emitidos na altura da pesquisa, em Cuamba.*

2.5. Análise dos programas

No total, foram produzidos três programas (até ao momento em que foi feita a análise) e houve a possibilidade de obter todos estes programas gravados e arquivados para a sua escuta e análise. De salientar que na RCC os programas sobre cobertura eleitoral não pararam, desde o seu início, pois mesmo quando não existiam programas já produzidos para serem emitidos, a rádio emitia os programas anteriores.

Dos três programas escutados e analisados pode-se concluir que:

O primeiro programa abordou o tema sobre o recenseamento, numa junção dos formatos drama, informativo e educativo. O locutor vai explicando os passos necessários sobre o acto de recenseamento, seguindo a parte do drama (conversa e discussão entre um casal, sobre a importância e necessidade do recenseamento) e, depois, o locutor faz um resumo sobre a experiência deste casal, repisando a importância do recenseamento. Este programa se torna interessante por três motivos: 1) o drama é feito a partir de uma história que envolve marido e mulher e seus vizinhos, com um teor e uma linguagem muito aproximada da realidade local; 2) o locutor faz uso do exemplo do caso do casal para explicar a necessidade e importância do recenseamento; e 3) este programa tem uma boa perspectiva de género, tanto porque na história do drama a mulher ser a pessoa mais informada e consciente sobre as eleições, ensinando e explicando o marido sobre isso, assim como, pelo facto de o drama abordar de uma forma positiva e educativa as divergências que sugerem pelo facto de os maridos pensarem que as mulheres não se devem recensear sem a sua permissão. Um programa muito simples, com objectivos muito claros e uma linguagem bastante compreensível, este primeiro trabalho da RCC sobre a educação cívica eleitoral é, em suma, educativo, informativo e criativo. A música de fundo é tradicional e de um grupo de Cuamba, tornando o programa ainda mais “chegado” a realidade local.

O segundo programa explica alguns termos ligados às eleições, tais como, o que é o boletim de inscrição, a brigada e o caderno de recenseamento eleitoral, entre outros.

²³ Esta tabela foi desenhada para este livro com base nos programas planificados pela Rádio Comunitária de Cuamba para Outubro e Novembro e seguindo o exemplo da tabela de planificação mensal utilizada pela Rádio Comunitária do Dondo.

Este programa é mais informativo, cingindo-se numa leitura integral sobre os termos eleitorais mais usados durante o processo eleitoral. Diferente do primeiro programa, este é menos criativo, pois tem como base uma leitura do documento sobre os termos eleitorais mais comuns e, também, faz o uso de uma linguagem que soa meramente escrita. Entretanto, os locutores (dois homens e uma mulher) fazem uma boa leitura do documento, pronunciando devidamente os termos mais complicados. A música de fundo é intercalada entre as informações numa mistura de música tradicional e música moderna. No entanto, mesmo sendo somente informativo e usando uma linguagem que demonstra que foi feita a leitura de um documento, este programa tem uma grande clareza nos seus objectivos (que são explicados no princípio e no fim do programa) e não se alonga demasiado em termos de tempo.

O terceiro programa foi dedicado às Dez Regras Gerais de Conduta. Embora este sendo também informativo e baseado no documento sobre as dez regras, os locutores (um homem e uma mulher), fazendo a leitura de uma forma dinâmica, ou seja, com uma certa “animação” que torna o programa interessante e, de certa maneira, criativo. Aqui, a leitura é feita com pausas adequadas a boa compreensão dos ouvintes, intercalada de música instrumental tradicional e local, com um bom pronunciamento dos termos mais complicados e, no final, com uma música moderna “animada”. Este programa tem objectivos muito claros (que são apresentados no início e no fim do programa) e mesmo tendo sido baseada na leitura de um documento, é positivo em termos de responder aos seus objectivos e inclusão de alguma criatividade.

De uma forma resumida, os programas produzidos por esta rádio sobre educação cívica eleitoral, são bastante positivos, pois todos estes têm os objectivos bem claros, uma mensagem compreensível e um teor bastante educativo para a comunidade. A perspectiva de género está presente tanto em termos de alguns conteúdos, assim como, no próprio trabalho interno da rádio²⁴.

Em relação aos temas, estes não seguem tanto, à risca, os passos que perfazem o processo eleitoral, mas não se desviam da sua actualidade em função do acompanhamento do decorrer deste processo.

3. Impacto na comunidade

3.1. A comunidade, o processo eleitoral e a rádio

De forma a obter-se uma visão sobre a interacção entre a comunidade, o processo eleitoral e a rádio comunitária, foram realizadas entrevistas de recolha de opinião a um público diversificado²⁵, tal como demonstra a seguinte tabela:

²⁴ A perspectiva de género é uma componente muito importante neste tipo de trabalho, principalmente ao nível dos distritos onde, geralmente, as mulheres são as menos envolvidas nos processos eleitores e, conseqüentemente, as menos interessadas em assuntos ligados a este tema.

²⁵ Em anexo, uma lista detalhada das pessoas entrevistadas.

Entrevistados	Total	Homens	Mulheres
Líderes Comunitários	10	8	2
Comissão Distrital de Eleições/STAE	3	3	0
Membros de Partidos Políticos	2	2	0
Vendedores de dois dos Mercados Centrais de Cuamba	20	10	10
Organizações Não – Governamentais (nacionais e estrangeiras)	6	6	0
Formadores e Candidatos para as Mesas de Voto	5	4	2
Homens e Mulheres do Povoado de Mitúcuè	10	6	4
Direcção Distrital de Cultura, Juventude e Desporto	1	1	0

Analisando o conteúdo das entrevistas efectuadas e o decorrer dos acontecimentos vividos a quando do processo eleitoral no distrito de Cuamba, sem descurar a colaboração entre a comunidade e a rádio, foi apurado o seguinte:

Comissão Distrital de Eleições/STAE

A relação entre a rádio e a Comissão Distrital de Eleições/STAE (CDE/SATE) não mostrou ser das mais saudáveis. Isto porque, segundo a rádio, a CDE/STAE não colaborou, de maneira nenhuma, nos moldes desejáveis com a rádio no seu trabalho de educação cívica eleitoral. Pelas informações colhidas junto ao mobilizador e aos voluntários da rádio, a CDE/STAE, levantou muitos obstáculos à participação activa da rádio no processo eleitoral, alegando que possuía informação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) sobre o “afastamento total” das rádios comunitárias na cobertura do processo eleitoral. Os elementos da rádio afirmaram que, muitas vezes, tentaram explicar a CDE/STAE que essa informação era errada e que a verdade era de que as rádios comunitárias tinham o direito e o dever de participar neste processo, embora com um papel mais virado para a educação cívica do que para a cobertura das campanhas eleitorais.

“Tentamos, muitas vezes, fazer entender a CDE de que eles tinham informações erradas, mas foi muito difícil conseguir-se isso. Eles diziam que tinham informações de que a rádio não podia fazer cobertura eleitoral. Tentamos explicar o verdadeiro significado das Dez Regras de Conduta, mas eles simplesmente nos ignoraram. Depois de muita insistência da nossa parte, a CDE contactou a Comissão Provincial de Eleições (CPE), do Niassa, para se certificarem do que deveriam fazer em relação à rádio comunitária e, segundo eles, a resposta da CPE era de que eles não deviam nos fornecer material de educação cívica ou mesmo passarem-nos informações relacionadas com as eleições”. – Mobilizador da RCC.

No meio desta situação conturbada, a rádio acabou por apelar ao Projecto Media da UNESCO para intervir, pois precisavam da colaboração da CDE/STAE para realizarem o seu trabalho de educação cívica eleitoral. A UNESCO, por sua vez, efectuou todos os esforços possíveis de modo a que a CNE/STAE dialogasse com a CPE do Niassa e a CDE de Cuamba. Após esta intervenção, a CDE assumiu que deveria colaborar com a rádio, mas somente fez chegar à rádio comunitária algumas camisetas e bonés, produzidas para a campanha de mobilização para o recenseamento e voto.

“Deram-nos algumas camisetas e bonés... E, nós ainda perguntamos se, com isso, era possível produzir programas de educação cívica! Nem um panfleto nos foi dado e

somente tivemos o pacote eleitoral quando a UNESCO nos enviou”. – Mobilizador da RCC.

Entretanto, em entrevista com o Presidente da CDE, o Director do STAE e o Porta-voz do CDE, estes afirmaram que tinham uma boa colaboração e articulação com a rádio comunitária. Em relação às afirmações contrárias da rádio, estes justificaram que algumas contradições tinham surgido no início porque eles não tiveram informações correctas sobre qual deveria ser a sua colaboração com a rádio e que assim que tudo foi esclarecido as portas da CDE/STAE se abriram para a rádio comunitária. No que diz respeito ao pacote eleitoral, que foi “negado” a rádio, a CDE/STAE afirmou que tal havia acontecido porque na altura em que as coisas se clarificaram os pacotes tinham acabado e só foi possível enviar as camisetas e os bonés.

“Mas, fora esses pequenos mal-entendidos, nós sempre estivemos de portas abertas para a rádio. Colaboramos com a rádio desde o processo de educação cívica para o recenseamento e, até agora, qualquer informação que seja necessária nós facultamos” – Porta-voz do CDE.

Embora estas declarações tenham sido feitas pela CDE/STAE, os “fazedores” da rádio continuam a duvidar da boa vontade deste órgão em colaborar com a rádio comunitária. Este sentimento é enaltecido, por um lado, pelo facto de que, anteriormente, a CDE/STAE ter demonstrado um certo menosprezo em relação ao papel “meramente cívico” da rádio no processo eleitoral e, por outro lado, porque continuavam sem entender muito bem o teor e o objectivo das Dez Regras Gerais de Conduta.

“Como nós não podemos cobrir as campanhas dos partidos políticos, eles acham que o nosso papel é insignificante...” – Voluntário da RCC.

Entretanto, um aspecto muito importante é a opinião do CDE/STAE em relação às Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias em Moçambique que, completamente em desacordo, acham que estas regras foram feitas pelos “verdadeiros donos” das rádios comunitárias com algum objectivo não muito claro.

“Se a rádio é comunitária e existe para servir a comunidade, então como pode a rádio ficar de fora num assunto tão importante para as pessoas da comunidade como é o caso das campanhas políticas? Os cidadãos precisam estar informados sobre o que é que cada candidato está a fazer e qual é a sua agenda e programa para o município... Não entendo como estas dez regras sugiram e qual é o seu objectivo! Eu acho que faz parte dos princípios democráticos dar-se informação aos cidadãos sobre o andamento das campanhas políticas, reportando o que cada candidato está a fazer, em que zona se encontra a fazer campanha e o que diz aos seus eleitores” – Presidente da CDE.

Para além de apelidarem os financiadores da rádio, neste caso a UNESCO, de “verdadeiros donos” da rádio comunitária e questionarem sobre os objectivos das Dez Regras de Conduta, a CDE/STAE denomina o processo de funcionamento da rádio como sendo “fora da vontade e controle da comunidade”.

“Acho que se deve clarificar melhor se a rádio é comunitária ou privada! Existe a necessidade de um maior esclarecimento sobre os estatutos das rádios comunitárias. Porque, afinal, a quem as rádios comunitárias estão a servir? Se ela serve a

comunidade, então a rádio deve contribuir para que as pessoas votem conscientemente, dando toda a informação sobre o decorrer das campanhas dos partidos políticos e, principalmente, sobre os programas dos candidatos. Por isso, temos que dizer que essas dez regras limitam o termo comunitário” – Presidente da CDE.

Na sede da CDE/STAE, as Dez Regras Gerais de Conduta encontram-se afixadas, no entanto, foi possível constatar-se, a quando da realização das entrevistas com representantes destes órgãos de que alguns deles estavam a ler com mais atenção este documento de forma a poderem tecer comentários sobre o seu conteúdo. Entre as entrevistas, “deixou-se” inclusive escapar, por um dos entrevistados, a seguinte afirmação: Quando nos pediram a entrevista, mandei colocar as dez regras aqui na parede para podermos discutir sobre elas.

Em suma, vários factos e informações puderam confirmar o baixo nível de interesse por parte da CDE/STAE na colaboração com a rádio comunitária. Entretanto, deve-se salienta de que a CDE/STAE não aprovam as Dez Regras Gerais de Conduta, pelo facto de, em Cuamba, a rádio comunitária ser o único órgão de comunicação social visivelmente presente e, mais agravante, pelo facto de ser muito difícil, neste distrito, captar-se a emissão nacional da Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique, aliado a fraca circulação dos órgãos de informação escrita.

“Quando se pensou nestas dez regras, acho que se esqueceram de Cuamba. Um distrito onde a rádio comunitária é a única alternativa de comunicação social para maioria da população e, ainda por cima, esta não faz uma cobertura eleitoral livre e em benefício da comunidade” – Presidente da CDE.

A CDE/STAE espera, no entanto, que medidas urgentes sejam tomadas de forma a que “as coisas mudem”, pelo menos, na altura das eleições gerais e, que quem realmente “controla” a rádio comunitária seja mais claro e objectivo ao definir o funcionamento de uma rádio comunitária.

Partidos Políticos

FRELIMO e RENAMO – União Eleitoral

Em termos de relação com os partidos políticos que têm candidatos às autárquicas, em Cuamba, a RCC atravessa uma fase conturbada. Primeiro, porque o partido RENAMO - União Eleitoral não reconhece a rádio como sendo comunitária, mas sim partidária e apelidando-a de “Rádio da FRELIMO”. Segundo, porque no seio do próprio Comité de Gestão da Rádio Comunitária de Cuamba, são sobejamente conhecidas as inclinações e filiações partidárias, em favor do partido FRELIMO, de maioria dos membros deste comité²⁶.

“Eu não tenho nada a dizer sobre o trabalho da rádio comunitária porque em Cuamba não existe nenhuma rádio comunitária. Aqui só existe a rádio da FRELIMO porque o partido no poder controla, totalmente, a rádio. Até aos próprios jornalistas da rádio a FRELIMO controla e para confirmar isso existem muitos casos de ameaças e

²⁶ O Comité de Gestão é constituído por pessoas eleitas da Associação da Rádio Comunitária de Cuamba, com a responsabilidade de gerir esta rádio.

afastamento de alguns voluntários da rádio por se duvidar da sua camisola política...”
– Delegado Distrital do Partido RENAMO – União Eleitoral.

“Eu sou neutra em termos partidários quando se tratam assuntos da rádio, mas tenho de confessar de que não tenho consideração nenhuma pela RENAMO porque os seus membros estão sempre em conflitos comigo por causa do negócio que eu estou a gerir e que, antigamente, pertenceu ao pai da actual candidata da RENAMO” – Membro do Comité de Gestão da Rádio e Gestora do Hotel “Vision 2000”.

Os conflitos pessoais e que se tornaram políticos em volta do Hotel “Vison 2000²⁷”, são conhecidos pela maioria das pessoas na cidade de Cuamba. O facto da gestora deste hotel ser, também, membro do Comité de Gestão e da Associação da Rádio Comunitária de Cuamba levanta muita polémica em volta em volta da inclinação política que a rádio possa ter. A reforçar este facto, vários outros membros do Comité de Gestão da Rádio Comunitária são, também, membros da FRELIMO e, inclusive, participaram em acções de campanha e propaganda política, embora fora da rádio.

A candidata às autarquias pela RENAMO – União Eleitoral em Cuamba, é filha do antigo proprietário do Hotel “Vision 2000” que, segundo o delegado da RENAMO, perdeu o seu estabelecimento na altura das privatizações e nunca mais conseguiu recuperá-lo porque o partido no poder não o permitiu e levantou todos obstáculos possíveis para que isso não acontecesse.

“Para além de que a rádio pertence a FRELIMO, quem manda na rádio é o Hotel “Vision 2000” servindo os interesses do partido no poder! Eles fazem e desfazem da rádio como bem entendem e todas as pessoas sabem disso. Por isso eu nem me dou ao trabalho de acompanhar os programas da rádio. Mas, virá a altura em que Cuamba terá uma verdadeira rádio comunitária, imparcial e a servir os verdadeiros interesses da comunidade.” – Delegado da RENAMO – União Eleitoral.

Reforçando as afirmações dos representantes da RENAMO, uma das voluntárias da rádio comunitária declarou que, realmente, a rádio é controlada pela FRELIMO. Esta demonstrou o seu desapontamento pela conduta da rádio com a sua pessoa, garantindo que a sua dedicação à rádio como voluntário não foi levada em conta pelo Comité de Gestão quando este descobriu que ela tinha se juntado ao partido da oposição e, consequentemente, afastada da rádio por esse motivo.

“Eu fui uma das primeiras voluntárias da rádio comunitária de Cuamba, mas quando eu me casei com um membro da RENAMO fui afastada da rádio. Disseram-me que a rádio estava a fazer uma nova escala para os locutores e, por isso, alguns voluntários deveriam esperar em casa até serem chamados, novamente. O que aconteceu é que eu fui única a não ser chamada de volta. Mas, mesmo assim, eu voltei para a rádio, embora já não me deixem fazer a locução. Acho que tudo isto só pode ser explicado pelo facto de a rádio servir a FRELIMO” – Voluntária da Rádio.

Em entrevista com outros voluntários da rádio, estes não confirmaram as alegações desta voluntária em termos de “controle” da rádio pela FRELIMO, mas secundaram o facto de ela ter sido realmente afastada da locução, embora os motivos para isso, “ninguém sabe...”, segundo eles.

²⁷ Este hotel é gerido por um membro do Comité de Gestão da Rádio.

Conduto, mesmo sem reconhecer a rádio como sendo comunitária, a RENAMO – União Eleitoral, possui o cartaz sobre as Dez Regras Gerais de Conduta das Rádios Comunitárias e, segundo as palavras do Delegado Distrital deste partido, estas são de se louvar, embora em Cuamba jamais terão utilidade enquanto a rádio for dominada pela FRELIMO. E, mesmo afirmando que “mal ouviu” a rádio, o Delegado da RENAMO teve alguns comentários sobre certas informações que a rádio passa, sobre a FRELIMO e a sobre a RENAMO, como sendo sempre em função de pouco espaço para as acções do partido da oposição em favor do partido no poder.

“Quando esteve cá o Guebuza, a fazer um comício pela FRELIMO, a rádio deu quase uma hora de antena para passar todo o seu discurso... Mas, quando veio cá o Presidente da Dlakama, fazer um comício pela RENAMO, a rádio só deu cinco minutos do seu discurso! E, eu nem culpo os jornalistas da rádio porque eles somente estão a cumprir ordens!” – Delegado Distrital da RENAMO.

Sobre esta alegação, a rádio diz que não passou nenhuma informação, tanto sobre o discurso de Guebuza, assim como o discurso de Dlakama, exactamente para que mais tarde não fossem acusados de terem cedido mais espaço a um e menos a outro. Assim, dificilmente se poderá comprovar quem diz a verdade, pois outros membros da RENAMO que estiveram presentes no encontro afirmaram que a rádio passou esta informação.

Embora sem muita informação sobre os programas emitidos pela rádio em matéria de educação cívica eleitoral, o representante da RENAMO – União Eleitoral, em Cuamba, elogiou muito o apoio da UNESCO tanto para a instalação da rádio como na formação e capacitação dos voluntários lamentando, somente, a pressão sem medidas que a FRELIMO exerce sobre esta rádio.

Ainda abordando a questão da relação entre a rádio e os partidos políticos, no decorrer do processo eleitoral, a sede da FRELIMO em Cuamba foi ouvida e, embora elogiando o trabalho da rádio tanto na educação cívica eleitoral como na educação da comunidade em outros assuntos, a sua opinião sobre a existência das Dez Regras Gerais de Conduta é similar a opinião apresentada pela CDE/STAE.

“O trabalho que a rádio está a fazer na educação cívica sobre as eleições é muito bom. Mas, penso que a rádio teria um papel mais importante para a comunidade se esta fizesse a cobertura eleitoral, principalmente das campanhas dos partidos. Tendo em conta que a rádio comunitária é a única, em todo o distrito, que faz a divulgação sobre assuntos locais, e acho que a ideia das dez regras não foi muito feliz, pelo menos aqui em Cuamba” – Primeiro Secretário Distrital do Partido FRELIMO, em Cuamba.

Exceptuando o desagrado de a rádio não fazer uma cobertura eleitoral completa, o representante da FRELIMO, afirmou que a colaboração entre o seu partido e a rádio é muito boa e que a rádio tem demonstrado ser um veículo de informação muito útil para toda a comunidade.

Em relação aos comentários e alegações sobre o controle da rádio pelo partido no poder, o representante da FRELIMO preferiu não justificar nada, pois, para ele, a RENAMO está sempre em busca de motivos e histórias para denegrir a imagem da FRELIMO. Ainda seguindo as palavras do representante da FRELIMO, para o seu partido as “invenções absurdas” da RENAMO há muito que perderam cabimento.

“Apesar de tudo, o processo eleitoral está a decorrer num passo normal. Uma e outra coisa vai acontecendo, mas sem grande importância para o bom encaminhamento de umas eleições justas e transparentes” - Primeiro Secretário Distrital do Partido FRELIMO, em Cuamba.

Como se pode constatar, a rádio se encontra no meio de uma certa “agitação política” que directa e indirectamente afecta o seu funcionamento, a sua programação e até a sua posição imparcial e não - partidária junto à comunidade.

Governo local

Foi bastante difícil apurar-se, em directo, sobre a relação entre a rádio e as estruturas do governo local. Pelo facto de a pesquisa, em Cuamba, ter decorrido na altura das campanhas dos partidos políticos, maior parte dos representantes do governo local estavam “bastante ocupados” com a sua participação nestas campanhas. Somente foi possível entrevistar-se a Direcção Distrital de Cultura, Juventude e Desportos, na pessoa do Director Distrital, que demonstrou a boa colaboração que esta instância governamental tem com a rádio, principalmente na divulgação de eventos juvenis locais. Entretanto, muito pouco foi possível obter-se em termos dos programas produzidos pela rádio sobre educação eleitoral, por parte deste representante do governo.

“Já ouvi um e outro programa, mas como eu trabalho muito, inclusive nos fins de semana, fica difícil para min acompanhar a rádio comunitária. Mas, acho que a rádio está a fazer um bom trabalho, as pessoas comentam sobre esses programas e espero que a rádio continue a fazer um bom trabalho” – Director Distrital de Cultura, Juventude e desportos, em Cuamba.

A Direcção Distrital de Cultura, Juventude e Desportos (DDCJD) está muito empenhada no processo eleitoral. Durante a campanha de mobilização para o recenseamento e a campanha de sensibilização para a importância do voto, o trabalho foi muito activo, pois os jovens são os principais activistas nestes eventos e esta direcção é responsável pela coordenação dos jovens neste trabalho. Em termos da fase de campanha política, a direcção tem também muito trabalho, uma vez que a FRELIMO em Cuamba conta, em grande medida, com a participação dos jovens nestas actividades. Segundo a rádio, a colaboração com a DDCJD é normal e sem grandes pontos a serem levantados. No entanto, os voluntários da referiram que, com a colaboração e abertura das direcções distritais, no geral, não é tão boa, pois os directores e outros responsáveis destes organismos governamentais “nunca têm tempo” para dar informações quando a rádio precisa.

“Eles não olham para os voluntários da rádio como pessoas que precisam estar sempre atrás das informações para divulgar a comunidade. Às vezes, quando um director nos vê a chegar nos seus gabinetes, perguntam logo: Aconteceu algum problema? Isto porque eles pensam que nós vamos atrás dele somente quando há problemas e eles devem responder pelas causas ou possível resolução desses problemas” – Voluntário da Rádio.

Entretanto, importa referir que durante a altura em que o estudo para a elaboração deste livro decorreu, os voluntários foram motivados pela consultora da UNESCO para

fazerem pequenas pesquisas em diferentes direcções distritais, com o objectivo de colherem informações e dados sobre a situação actual relativa a algumas áreas de que estas direcções respondem²⁸. Maioria destas direcções forneceram as informações requeridas pela rádio, contudo, os voluntários são da opinião de que “as informações foram dadas porque as cartas enviadas pela rádio referiam-se a presença de uma consultora da UNESCO em Cuamba com o propósito de efectuar um estudo sobre o papel e trabalho na rádio no processo eleitoral”.

Organizações Não - Governamentais

Com a maior parte das organizações não governamentais (ONGs) presentes em Cuamba, a rádio possui uma boa colaboração e uma relação de grande abertura em termos de parcerias no trabalho. Os voluntários da rádio confirmam a disponibilidade de muitas ONGs no apoio á rádio em termos de transporte, fotocópias e produção de programas conjuntos.

Uma parceria importante é a da Rádio Comunitária com a IBIS, uma organização dinamarquesa de desenvolvimento que busca, sempre que necessário, os serviços da rádio tanto para a divulgação das suas acções como para a realização de capacitação aos activistas das suas futuras rádios comunitárias²⁹. Estas acções de capacitação, para além de permitirem aos formadores da rádio uma maior prática na área de formação, também constituem uma boa angariação de fundos em benefício da rádio.

A OXFAM – Grã Bretanha, tem uma colaboração com a rádio através da sua área de advocacia e lobbie, com programas radiofónicos direccionados aos camponeses e agricultores. De salientar que em termos de parceria entre a OXFAM – GB e a rádio, durante a campanha para a recolha de petições para a Cimeira Mundial de Comércio, a OXFAM - GB levou a esta cimeira cerca de 55 mil assinaturas e 5 mil vozes gravadas pela Rádio Comunitária de Cuamba.

Em relação aos programas sobre eleições produzidos e emitidos pela rádio, todas as ONGs entrevistadas elogiaram, muito positivamente, o trabalho da rádio. No entanto, a opinião da IBIS é de que a rádio deveria ter um papel mais de pressão, de advocacia, em termos de pressionar as entidades de direito para certos assuntos de grande preocupação para a comunidade de Cuamba, incluindo os assuntos relacionados com as eleições. Ainda na opinião desta organização, a rádio deveria ter um papel mais jornalístico e crítico e não meramente informativo e educativo, acrescentando que este papel fica ainda mais apagado com a existência das Dez Regras Gerais de Conduta que vedam à rádio uma cobertura mais integral do processo eleitoral. A IBIS adianta, ainda, de que as Dez Regras põe em questão o verdadeiro papel de uma rádio comunitária, pois se a rádio é da comunidade então o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias não pode definir regras sem consultar a opinião das comunidades a que as rádios pertencem.

Com algumas organizações de carácter económico, a rádio tem prestado serviços na produção de programas, gravação de *spots* publicitários e de músicas. A Associação dos

²⁸ Para escrever a introdução sobre distrito de Cuamba, que consta neste estudo de caso, os voluntários foram divididos em grupos temáticos para colherem informações em varias entidades governamentais, tais como, Direcção de Saúde, Educação, Agricultura, entre outras, mediante entrevistas com representantes destas entidades.

²⁹ A Rádio Comunitária de Cuamba possui dois formadores que têm desenvolvido acções de capacitação para os voluntários das futuras rádios comunitárias da IBIS.

Agentes Económicos de Cuamba (AGECA) também tem, dentro das suas possibilidades, apoiado financeiramente à rádio.

A AGECA, também é da opinião de que as rádios comunitárias deveriam fazer a cobertura jornalística de todo o processo eleitoral, incluindo as campanhas dos partidos políticos e, principalmente, em concederem espaços adequados para que os partidos e seus candidatos possam apresentar as suas agendas e os seus programas. Esta associação económica lamentou o facto de a rádio não ser mais “agressiva” no seu trabalho de busca de informação e mais activa no envolvimento das pessoas da comunidade em seus programas.

O Gabinete de Apoio a Pequenas Iniciativas (GAPI), elogia, em grande medida, o trabalho da rádio comunitária, embora aponte para a necessidade de um papel mais investigativo e criativo desta.

“Quando iniciamos as nossas actividades em Cuamba, ainda não havia a rádio comunitária. Depois que ela surgiu, facilitou muito mais o nosso trabalho, pois já nos era possível passar a informação sobre os nossos serviços. Como nós trabalhamos também com camponeses, que não têm telefone ou outros meios fáceis de comunicação, quando queremos solicitar a presença de alguns deles usamos a rádio para os chamar.” – Gerente do GAPI.

O GAPI é da opinião de que a rádio deveria introduzir um programa sobre comportamento e conduta empresarial pois, segundo palavras do gerente deste gabinete, as pessoas de Cuamba não têm um espírito aberto e criativo em termos de iniciativas económicas. Sendo Cuamba um distrito muito voltado para a agricultura, o GAPI concede fundos de apoio à associações e pequenos grupos de camponeses e, neste sentido, o GAPI diz ter as portas abertas para a rádio colher informações sobre os serviços oferecidos por este gabinete à comunidade. E, ainda na sua opinião, o trabalho da rádio no processo eleitoral deve ser baseado na transparência e imparcialidade, mesmo estando mais voltada para a educação cívica dos eleitores.

“Nas eleições, a rádio deve ser como o sol que, quando chega o tempo de reluzir, não tem nada a ver com quem quer acordar e quem não quer acordar! Chegou o tempo e o sol vai brilhar, com toda a transparência e imparcialidade para aqueles que gostem e para aqueles que não gostem, sem querer agradar este ou aquele” – Gerente do GAPI.

Entretanto, apesar dos comentários sobre um melhor papel da rádio, no geral, e no processo eleitoral, em particular, as diferentes organizações não – governamentais fazem um balanço positivo sobre os programas de educação cívica eleitoral, produzidos pela rádio, assim como acham positiva a sua relação e a sua colaboração com a rádio comunitária.

Homens e Mulheres do Povoado de Mitúcuè e Vendedores dos Mercados de Cuamba

Com esta parte da população do distrito de Cuamba, a rádio tem uma relação muito interessante. Em primeiro lugar, a Rádio Comunitária de Cuamba funciona para estas pessoas (e não só) como o “telefone” ou o “carteiro” da comunidade. Para todos os fins

de comunicação entre as pessoas da comunidade, principalmente no contacto com as pessoas que vivem em zonas mais distantes da cidade, a rádio é um grande “carteiro sonoro” que leva e traz mensagens, comunicados, alertas e chamamentos de umas para outras pessoas.

“Se eu quero enviar uma informação urgente para um meu familiar que está na machamba, uso a rádio e, logo, a pessoa recebe a minha mensagem” – Um homem do Povoado de Mitúcuè.

“Às vezes queremos informar sobre o falecimento de uma pessoa, para todos os familiares e amigos que se encontram em lugares diferentes e distantes... Usamos a rádio e a mensagem chega logo”. – Mulher de Mitúcuè.

“As mensagens, dedicatórias de boa saúde, informação sobre um falecimento, aviso da chegada de um familiar que vem de outro distrito ou Província, nós fazemos através da rádio comunitária” – Vendedora do Mercado Central.

O uso da rádio para este fim é tão relevante que, por exemplo, no povoado de Mitúcuè, as pessoas delegaram uma mulher para ser a responsável pela colecta de mensagens e informações para passarem na rádio. Esta mulher recolhe as mensagens e o dinheiro para pagar os espaços de mensagens na rádio (um valor muito simbólico que é cobrado pela rádio por estes serviços) e vai até a cidade de Cuamba entregar as informações à rádio. Este tipo de mensagens, que chegam à rádio de todos os cantos do distrito, passa na rádio, todos os dias demonstrando que as pessoas da comunidade já integraram este veículo de comunicação na sua rotina de vida.

Entretanto, apesar de esta parte da relação entre a rádio e a comunidade ser muito positiva, a dificuldade na obtenção de informações por parte da população, principalmente as relacionadas com as eleições, é ainda um grande desafio para os “fazedores” da rádio.

As pessoas são de uma timidez sem tamanho em termos de abordarem assuntos ligados as eleições. Este facto foi comprovado durante a realização de entrevistas para este livro, no povoado de Mitúcuè e nos mercados de Cuamba. As pessoas, em especial as mulheres, dificilmente falam. É sempre necessária uma longa conversa para que algumas pessoas cedam uma entrevista ou um simples comentário.

A ideia de que se pretende averiguar em quem vão votar, logo ressalta, no pensamento e na opinião destas pessoas. Algumas até se mostram abertas a darem uma entrevista, mas depois que se começa a entrar no assunto sobre as eleições acabam por “não ter mais nada a dizer”.

Contudo, algumas entrevistas sempre se conseguem e, com base nelas é possível colher-se uma opinião destas pessoas sobre o papel e o trabalho da rádio, no geral e, em particular, sobre o programa de cobertura eleitoral, assim como o decurso do processo eleitoral no distrito de Cuamba.

“Eu escuto sempre os programas da rádio e gosto muito do programa de eleições municipais para a escolha do nosso governante... É tudo...” – Vendedora do Mercado.

“Gosto dos programas da rádio comunitária, mas somente falta entrar em cadeia nacional para completar as actualidades porque é importante termos informações de

outros locais do país. O programa de eleições autárquicas, saúde na comunidade, HIV/SIDA, músicas tradicionais e palestras na população são os programas que eu costumo ouvir na rádio” – Vendedor do Mercado.

“Gosto muito de escutar a rádio comunitária. Gosto do programa campo de desenvolvimento, desporto, cultura e eleições para o futuro melhor” – Vendedor do Mercado.

“Escuto e gosto da rádio comunitária. Escuto todos os programas de noticiário, informações úteis, saúde na comunidade e eleições para votos secretos!” – Vendedora do Mercado.

“Escuto a rádio, através dos programas culturais, saúde na comunidade e educação cívica eleitoral para eleger o melhor governo... Mas, gostaria que a rádio entrasse em antena nacional para ouvirmos o RM Jornal” – Reparador de Bicicletas de Mitúcuè.

As pessoas entrevistadas, na sua maioria, afirmaram que escutam e gostam do programa sobre eleições produzido pela rádio e, quando questionadas sobre os conteúdos desses programas, identificam a questão do voto ser secreto, da necessidade de recenseamento, das datas das eleições e de que as eleições são para se escolher o melhor candidato, como sendo as informações que ouviram pela rádio. Contudo, maior parte delas temem tecer comentário sobre o decorrer do processo eleitoral por um lado, por alegarem que “os chefes” podem não gostar do que eles vão falar e, por outro lado, por afirmarem que nada têm a dizer sobre o assunto.

“Nós vamos votar. É tudo!” – Uma cliente do Mercado.

“Eu só sei que vou votar no candidato que eu quiser... Não tenho mais nada a dizer” – Vendedora do Mercado.

“Sobre as eleições em Cuamba? Estou a acompanhar as campanhas dos partidos políticos, depois vou votar... Só isso” – Vendedor do Mercado.

Líderes Comunitários

Os líderes comunitários dão uma importância muito grande a rádio, principalmente no que diz respeito ao papel que esta desempenha no desenvolvimento da comunidade. Dos líderes entrevistados, todos demonstraram um grande conhecimento sobre os programas que são emitidos pela rádio e, confirmaram a sua motivação no apoio à rádio.

Um exemplo do interesse e valor que os líderes comunitários mostram em relação à rádio é a iniciativa da compra de uma antena para a rádio poder captar a antena nacional da Rádio Moçambique (RM). Como a comunidade solicitasse, sem cessar, a captação da antena nacional da RM, o Comité de Gestão da Rádio Comunitária realizou um encontro com os líderes comunitários para discutir a possibilidade de uma angariação de fundos junto à comunidade para a compra da antena. Os líderes comunitários tornaram possível esta compra, com um grande trabalho de sensibilização junto da comunidade para o apoio na compra da antena, tendo-se conseguido, no final, o valor de sete milhões de meticais doados pela comunidade. A antena ainda não foi comprada, pois o dinheiro ainda não é suficiente, mas os líderes acham que esta foi uma boa colaboração da

comunidade para a rádio e que, futuramente, para outras iniciativas da rádio que visem beneficiar a comunidade, eles estão dispostos a contribuir dentro do possível.

Esta experiência, talvez, seja a única, até ao momento, em Moçambique, de uma contribuição financeira tão grande da comunidade para a sua rádio comunitária.

Em relação aos programas de educação cívica eleitoral, feitos pela rádio, os líderes consideram-nos muito positivos, educativos e de grande interesse para toda a comunidade.

“Eu gosto dos programas de educação cívica porque ensinam as pessoas sobre como escolher os seus dirigentes e se nós contarmos somente com os activistas cívicos para isso, a informação não chegaria a todos” – líder comunitário de um bairro de Mitúcuè.

“Apesar de Mitúcuè ser uma área que está fora do Município de Cuamba, as pessoas aqui costumam ouvir os programas de educação cívica e saber o que está a acontecer lá no município” – Juiz eleito de Mitúcuè.

“Nós aqui não vamos votar, mas acompanhamos as informações sobre as eleições. Eu como rainha aqui, tenho o dever de acompanhar o que se passa, para depois transmitir às outras mulheres.” – líder comunitária de Mitúcuè, designada de rainha.

Os elogios para o trabalho da rádio na área de educação cívica eleitoral são, na opinião de todos os líderes comunitários, muito positivos. Contudo, estes levantaram a problemática da falta de aparelhos de rádio, principalmente para as pessoas que estão fora da cidade. Em Mitúcuè, por exemplo, somente três líderes comunitários é que têm rádios e algumas outras pessoas das redondezas. A Rainha de Mitúcuè, não tem um aparelho de rádio, embora ela seja responsável por transmitir as informações para as outras mulheres, ela vai ouvindo pela rádio dos outros sempre que tem um tempo disponível.

Os líderes comunitários elogiaram também o trabalho dos voluntários e demonstraram uma grande preocupação em relação à questão de estes estarem a trabalhar a título voluntário, sem salário, tendo alguns deles famílias para alimentar.

“Os voluntários da rádio são nossos filhos e eles estão a fazer um grande trabalho, de muita responsabilidade e para o bem da comunidade. Sentimos muito o facto de eles não receberem nada por esse trabalho. Temos que encontrar uma solução para eles...” – Líder comunitária, chefe de um dos bairros da cidade de Cuamba.

“Sem os voluntários a rádio não é nada! Se um dia eles ficam cansados de trabalhar de graça e arranjam um emprego, que será da nossa rádio?” – Líder comunitário, chefe de um bairro da cidade de Cuamba.

Os líderes comunitários, num encontro com o Comité de Gestão da Rádio Comunitária³⁰, aprovaram a iniciativa de se envidarem esforços para a colaboração da comunidade na angariação de fundos para tornar possível a existência de um subsídio

³⁰ Este encontro teve lugar a quando da realização da pesquisa para este livro, em Cuamba, encontro este solicitado pela consultora da UNESCO onde participaram alguns líderes comunitários e membros do Comité de Gestão da Rádio.

para os voluntários. Decidiu-se que, logo que possível, os líderes comunitários e o Comité de Gestão marcariam um encontro para estudar melhor esta proposta.

3.2. Rumores...

De seguida, algumas passagens de opiniões que ficam apelidados de “rumores” por se tratarem de afirmações e suposições de pessoas e grupos de Cuamba sobre o processo de eleições, no geral, e sobre o trabalho da rádio, em particular. Por uma questão de ética, não serão mencionados os nomes ou outras informações que possam revelar a identidade dos responsáveis ou propagadores destes rumores.

Os rumores que circulavam por Cuamba...

Depois de um acontecimento de pura agressão entre membros e simpatizantes dos partidos FRELIMO e RENAMO, onde foram rasgados cartazes, o caso foi para a polícia e posteriormente ao tribunal. Quem agrediu a quem? Quem rasgou os cartazes de quem? – Estas questões foram levantadas, em rumores, pela cidade, mas a verdade é que o Partido RENAMO tem uma versão: “Os membros da FRELIMO rasgaram os nossos cartazes e eu próprio fui apresentar queixa à polícia, qual é o meu espanto quando no dia seguinte eu sou chamado a depor pela RENAMO como a autora do crime! Havia lá na polícia outra queixa de um membro da FRELIMO a dizer que nós que rasgamos os cartazes deles e partimos para a agressão!”, entretanto, a versão da FRELIMO: “Os membros da RENAMO rasgaram os nossos cartazes e nos agrediram, depois correram para a polícia para apresentar queixa como se fossem os inocentes.” O caso entrou em tribunal e não se sabe quem é que diz a verdade, mas os rumores que circulavam diziam que a FRELIMO é que tinha rasgado os cartazes da RENAMO e partido para a agressão, mas como a polícia é da FRELIMO esta mudou os factos e as provas de modo a incriminar a RENAMO.

Queremos ver como é que a mamã Maria vai conduzir a sua campanha eleitoral. Uma mulher candidata! Nunca tinha visto isso, estou curiosa, muito mesmo... - Palavras de várias pessoas, principalmente mulheres, da cidade de Cuamba, em relação à candidata do Partido RENAMO, Maria Moreno.

Muitos rumores circularam, pelas ruas, em barracas e mercados, sobre o facto de o problema de falta de água na cidade de Cuamba estar relacionado com as eleições. Alguns desses comentários:

- Houve pessoas que fizeram furos nos tubos de água... O Conselho Municipal foi tapar, furaram de novo! Isso é para denegrir a imagem do partido no poder e deixar as pessoas muito zangadas, para votarem zangadas e escolherem outro candidato...
- Se a rádio estivesse a fazer uma boa cobertura dos problemas das campanhas dos partidos políticos poderia investigar e divulgar esta situação, mas como não pode, estamos assim só a espera de ver o que vai acontecer e a sofrer com a falta de água...
- A rádio devia abordar bem este problema da água e das eleições porque se a rádio não transmite a informação que os candidatos andam a dizer às pessoas nas suas campanhas,

as pessoas não vão votar conscientes, vão votar motivados pelo descontentamento da falta de água...

- Eu só queria ouvir os discursos dos candidatos na rádio. Até comprei um rádio para isso, mas agora estou muito descontente... – Frase escutada num restaurante da cidade de Cuamba.

4. Avaliação sobre a experiência da Rádio Comunitária de Cuamba nas Eleições Autárquicas de 2003

O distrito de Cuamba encontra-se, um tanto “isolado” em relação ao resto do país. Por motivos de distâncias e condições das estradas é menos difícil para as pessoas de Cuamba terem acesso à cidade de Nampula do que a capital provincial de Niassa, Lichinga.

Nos últimos anos, o distrito de Cuamba tem enfrentado um grave problema de falta de água e de energia eléctrica, sempre entre os meses de Novembro e Dezembro³¹. Esta situação altera completamente a rotina de vida das pessoas que, nesta altura do ano, todos os dias, entre as 04 e às 06 horas da manhã já saem das suas casas em busca de água para, pelo menos, beberem e tomarem banho. São estas mesmas pessoas que depois vemos apresentarem-se, às 07 horas da manhã, em gabinetes de trabalho, em escolas, hospitais, machambas e... Também, na rádio comunitária.

Os transportes públicos, de acesso às várias zonas do distrito, são quase inexistentes, portanto é sempre muito difícil fazerem-se deslocações entre a cidade e as vilas.

Em relação aos progressos da comunicação, Cuamba ainda carece de alguns avanços básicos como a captação da emissão nacional da Rádio e da Televisão de Moçambique. A Rádio Comunitária de Cuamba é a única estação radiofónica verdadeiramente presente neste distrito e, com a ausência da televisão e de órgãos de informação escrita, este facto torna a rádio comunitária num grande centro de atenção, por parte de pessoas dos diferentes níveis da comunidade.

A rádio comunitária é bastante nova, em Cuamba, e aliada a esta sua natureza quase experimental, as enormes expectativas que a comunidade tem sobre esta rádio, tornam o trabalho desta pequena estação radiofónica num grande desafio. E, falando-se do trabalho desta rádio no processo eleitoral, um desafio ainda maior se impõe visto que Cuamba também é palco de uma forte tensão em termos políticos, principalmente entre os partidos políticos da FRELIMO e da RENAMO.

Deste modo, antes de se partir para uma análise sobre a experiência desta rádio comunitária durante o processo das eleições autárquicas, é justo “olhar-se” para alguns factores que, directamente ou indirectamente, têm um grande impacto no seu trabalho.

³¹ Nesta altura do ano, as principais fontes de fornecimento de água a Cuamba secam. As mesmas fontes são as que alimentam a barragem de energia eléctrica, provocando-se, assim, um período de grave falta de água e de energia eléctrica para Cuamba e, principalmente, para a zona municipal deste distrito.

As condições em que a rádio funciona:

Como em todas as rádios comunitárias, esta rádio trabalha na base de voluntários. Estes, sendo responsáveis por toda a parte que diz respeito a produção de programas radiofónicos, constituem um foco principal na abordagem da rádio sobre os seus programas de educação cívica eleitoral.

Os voluntários não recebem um salário pela rádio, pois como dita a natureza de um voluntário ele se “oferece” para prestar serviços em benefício da comunidade. E, nesta rádio, os voluntários não se sentem muito confortáveis com este seu papel de “verdadeiros voluntários”. A sua opinião é de que rádio deveria, pelo menos, garantir um certo pagamento para o trabalho dos voluntários que, na sua maioria são pais, mães e chefes de família. Este sentimento, por parte dos voluntários, é, em grande medida, reforçado pela própria comunidade que enaltece sempre e cada vez mais o facto de estes voluntários estarem a fazer um grande e significativo trabalho, no entanto, sem pagamento algum. Estando a comunidade a levantar sempre esta questão do pagamento, os voluntários da rádio vão assumindo uma posição “reivindicativa”, alegando que a rádio deveria compensar o esforço e o empenho dos seus voluntários tanto moralmente, como financeiramente. Tudo isto, vai causando uma certa desmotivação no seio dos voluntários que continuam fazendo o seu trabalho, mas com o sentimento de “profunda ingratidão” da rádio para com eles.

Entretanto, embora exista esta aparente desmotivação por parte dos voluntários, o trabalho da rádio tem prosseguido da melhor maneira possível. Os voluntários se dedicam bastante ao seu trabalho tentando, dentro das possibilidades cumprirem com as suas tarefas e produzirem programas que vão de encontro às expectativas da comunidade.

Na altura em que decorreu o processo eleitoral, a crise de água já tinha iniciado e este facto teve o seu impacto também sobre a rádio, pois muitas vezes, os voluntários tinham que abandonar o seu trabalho para “aproveitarem a boleia” de alguém para se ir buscar água na zona de Mitúcuè, que fica ha cerca de 30 minutos de distância, de carro, da cidade de Cuamba.

A crise de água provoca a falta de energia eléctrica e, durante esta fase, o trabalho da rádio vai tendo grandes intervalos na sua emissão, pois o gerador da rádio ainda não está a funcionar em pleno. Quando não há energia, não se podem fazer gravações, nem usar o computador ou fazer-se qualquer outro trabalho dentro das instalações da rádio porque também sem energia a casa fica muito escura mesmo durante o dia.

E sem energia, o ar condicionado instalado para não danificar o equipamento do estudo, também fica parado. Sendo Cuamba uma zona caracterizada por uma temperatura muito quente no período dos últimos meses do ano, o equipamento da rádio está sempre sujeito a pequenas paragens para arrefecer.

Portanto, toda esta situação influencia no trabalho da rádio e no desempenho dos seus voluntários. Mas, mesmo assim, a rádio funciona e as pessoas que, diariamente, trabalham na rádio vão sempre encontrando alternativas para superar estes obstáculos do dia a dia.

O Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral é um dos grupos com maior número de elementos, entre todos os outros grupos editoriais (15 elementos) e a planificação das suas acções é feita em conjunto e com um grande apoio do mobilizador. Embora somente 2 dos elementos que fazem parte deste grupo tenham participado nos cursos de formação em cobertura eleitoral do Projecto Medida da UNESCO, os outros elementos vão acompanhando e realizando o trabalho num compasso equilibrado.

Em termos de recursos materiais, os gravadores são o grande dilema desta rádio. Os gravadores que, neste momento, são utilizados pela rádio são os mesmos que foram disponibilizados pela UNESCO antes da rádio ter sido instalada e que, também, serviram para a formação e prática dos voluntários no uso destes aparelhos. Os gravadores foram usados na altura em que os voluntários estavam a aprender a usá-los e, posteriormente, os mesmos passaram a ser usados, até esta altura, para a realização do trabalho da rádio e cassetes. Portanto, estes aparelhos já estão “cansados” e com muitos problemas, havendo vezes em que os voluntários os usam para uma entrevista e quando tencionam passá-la na rádio, nada fica gravado.

Mas, no que diz respeito à organização e gestão do restante material tal como cassetes, papel, pilhas, entre outros, a rádio tem um sistema de arquivo muito bem organizado e uma boa gestão do material existente.

Entretanto, a falta de materiais informativos com conteúdos sobre os temas dos programas é, também, uma grande carência, nesta rádio. O programa de cobertura eleitoral é o único que conta um manual de apoio direccionado ao trabalho das rádios comunitárias. Os outros programas produzidos pela rádio carecem de, pelo menos, pequenos materiais orientadores e materiais com informações que possam inspirar a produção de programas de melhor qualidade, mais criativos e mais voltados para temas sobre assuntos de grande prioridade para a comunidade, nas diferentes áreas editoriais.

A colaboração da comunidade:

A participação da comunidade no trabalho da rádio sobre as eleições, não é tão desejável como se pretendia. Os fazedores da rádio têm, ainda, muitas dificuldades em conseguirem entrevistas, tanto com a população, assim como, com as estruturas locais. E, durante a realização das entrevistas para a pesquisa deste livro foi possível, comprovar-se a existência desta dificuldade. As pessoas, principalmente as mulheres, com muita dificuldade dão uma entrevista para a rádio. As pessoas gostam de mandar mensagens pela rádio para amigos e familiares, gostam que a rádio vá às suas vilas e aldeias para gravar músicas tradicionais e conversar com os músicos, as pessoas até falam para a rádio sobre problemas diversos relacionados com as condições precárias de vida, mas para falarem de qualquer coisa relacionada com as eleições o caso muda completamente de figura.

As pessoas, na sua maioria, demonstram um certo receio em abordarem assuntos sobre o processo eleitoral e, é necessário, sempre, um grande trabalho de explicação e “convencimento” por parte dos voluntários para que as pessoas respondam a uma ou outra pergunta. Um facto interessante é de que, mesmo as pessoas que cedem uma entrevista ou uma simples informação para a rádio, na sua maioria, não gostam de dar os seus nomes. Isto pode ser explicado pelo facto de Cuamba ser um distrito onde “todos sabem sobre a vida de todos”, as pessoas temem serem imediatamente

identificadas na rádio e, talvez, reprovadas pelo que dizem ou, que suas palavras possam gerar algum conflito com os membros de um ou outro partido político. Portanto, é um grande desafio para a rádio conseguir que o seu trabalho nos processos eleitorais seja muito baseado na participação comunitária.

Os programas produzidos pela rádio:

Tendo-se em conta todas as dificuldades que a rádio atravessa, principalmente, na altura do decorrer do processo eleitoral, por um lado, pelas divergências políticas que apontam a rádio como tendo uma certa inclinação política pelo partido no poder, e, por outro lado, pelas dificuldades de crise de água e energia, assim como, a motivação e a desmotivação dos voluntários, poderá se dizer que os programas produzidos por esta rádio são de se elogiar, em grande. A rádio comunitária, para além de ser muito nova em Cuamba, também é o único órgão de comunicação social verdadeiramente presente neste distrito. Deste modo, a pressão e as expectativas que recaem sobre a rádio é superior a sua real capacidade de resposta.

Pelo que foi possível apurar-se no decorrer da pesquisa, o coordenador da rádio não participa activamente na planificação e produção do programa de cobertura eleitoral. Entretanto, sempre que um pequeno erro é detectado nos programas emitidos, o coordenador reúne-se com o mobilizador e os voluntários para chamar a atenção destes em relação às falhas cometidas, mas na opinião dos voluntários, este nunca dá ideias sobre como se superarem essas falhas, limitando-se a fazer críticas que não construtivas.

Em termos de emissão, o programa de educação cívica e cobertura eleitoral não constava dentro da grelha de programas da rádio, mas este é emitido nas duas emissões, em Português e Macua. Este programa também era repetido durante a semana, mas uma semana antes do dia da votação a rádio decidiu repetir mais vezes o programa e a dar blocos de notícias diárias sobre as eleições incluindo a concessão de espaço de antena, diários, para os partidos políticos e/ou seus candidatos apresentarem a sua agenda e programa.

A decisão para a concessão de espaços de antena e de como estes espaços respeitariam as Dez Regras Gerais de Conduta foi discutido entre o Comité de Gestão, os voluntários e alguns líderes comunitários durante um encontro promovido pela consultora da UNESCO encarregue da realização desta pesquisa. Ainda neste encontro, discutiu-se a necessidade de se intensificar as informações sobre o acto de votação e uma mais intensa sensibilização das pessoas para o voto. Em resultado da discussão deste segundo assunto, a rádio decidiu passar uma exortação, três vezes ao dia, com o objectivo de sensibilizar as pessoas a acorrerem às mesas de voto. Esta exortação foi escrita pelo comité de gestão.

De acordo com a tabela de planificação, os programas foram planificados e produzidos tendo-se em conta o decorrer do processo eleitoral, ou seja, iniciando com temas relacionados com recenseamento e seguindo com os temas relacionados com votação.

Portanto, os programas produzidos pela RCC sobre educação cívica e cobertura eleitoral são muito positivos em termos dos seus reais objectivos, mesmo com toda a situação conflituosa interna e externa do ambiente que rodeia a rádio.

O cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta:

- Os programas de sensibilização e mobilização para o recenseamento eleitoral, foram produzidos nos períodos em que decorreram as campanhas de recenseamento.
- Nos conteúdos de alguns programas, a perspectiva de género este bem patente.
- Nenhum concurso foi realizado até ao momento e nem alguma avaliação de percepção sobre o processo de educação cívica, assim como, nenhum fundo específico para esta área foi angariado pela rádio.
- Os partidos políticos foram todos informados sobre a política da RCC em relação à cobertura eleitoral e, também foram informados sobre as Dez Regras de Conduta das Rádios Comunitárias, assim como sobre em que condições seriam transmitidas as informações relacionadas com a cobertura eleitoral.
- Os programas realizados sobre educação cívica e cobertura eleitoral foram transmitidos na emissão em Português em Macua.
- Nenhum material de propaganda relacionado com partidos políticos foi afixado nas instalações da RCC, no entanto, muito frequentemente, pessoas ostentando camisetas, bonés ou cartazes de propaganda política aproximavam da rádio para conversarem ou simplesmente estarem à sombra das árvores, em frente às instalações da rádio, contudo os voluntários da rádio estavam sempre atentos a estas situações e explicavam a estas pessoas de que elas não poderiam estar na rádio naquelas condições.
- Até ao momento, não existem indícios de convívios ou troca de favores entre o pessoal da RCC, neste caso, os voluntários, técnico, mobilizador e coordenador da rádio, com os partidos políticos e/ou seus candidatos. Entretanto, durante a campanha dos partidos políticos, alguns elementos do Comité de Gestão da Rádio participaram, abertamente, em acções desta campanha e favor de um partido político.
- Até ao momento, não houve motivos para a RCC tomar uma atitude de denúncia devido a tentativas de intimidação, conspiração e corrupção ou outros tipos de aliciamento que ponham em causa o regulamento e o bom funcionamento da Rádio. Entretanto, uma voluntária da rádio comunitária levantou denúncias públicas contra a rádio e contra um dos partidos políticos, alegando existir conspiração e intimidação com base política sobre o trabalho da rádio e contra alguns dos seus voluntários.

Nota final:

Tendo-se em conta o acima descrito, poder-se-á dizer que a Rádio Comunitária de Cuamba (RCC) tem realizado um grande trabalho na sua acção de educação cívica e cobertura eleitoral.

Os programas produzidos pela rádio sobre cobertura eleitoral são interessantes e, dentro dos possíveis, criativos e com tendência de melhorias. Segundo a comunidade para quem estes programas são dirigidos, o trabalho da rádio é muito positivo embora persistam alguns pequenos problemas relacionados com as paragens nas emissões, factor este externo à vontade da rádio. E, embora não tão participativos como seria de se desejar, os programas em forma de drama trazem uma outra dinâmica na clareza e objectividade das mensagens, uma vez que as pessoas também demonstraram gostar muito deste tipo de formato de programas. De se louvar é também o cuidado desta rádio no cumprimento das Dez Regras Gerais de Conduta, tanto na produção dos programas

como no desempenho interno da rádio e sua relação com outras entidades políticas e civis do distrito. No entanto, um facto negativo é o fraco envolvimento do coordenador na planificação e produção destes programas, pois se espera que os coordenadores das rádios comunitários sejam uma espécie de assessores dos voluntários, principalmente em períodos como os das eleições onde muito cuidado e muita atenção deve ser prestada ao trabalho da rádio no seu todo.

O manual de apoio elaborado pelo Projecto Média da UNESCO – “Produção de Programas de Educação Cívica Eleitoral” - é um instrumento concebido especialmente para o Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral, entretanto, segundo os voluntários, este e outros materiais que são oferecidos à rádio nos cursos e em outras ocasiões, não se tornam muito acessíveis aos voluntários. Existe uma certa burocracia nesta rádio que vai até ao acesso dos materiais informativos e a disponibilidade de se obter documentos básicos sobre a rádio como as políticas, regulamentos e outros dispositivos internos do funcionamento e organização da rádio. Um exemplo disso é que quando se pretende consultar certos documentos da rádio, estes nunca se estão acessíveis por se encontrarem no gabinete do coordenador. Alguns dos voluntários nunca chegaram a usar o manual de apoio sobre produção de programas de educação cívica eleitoral por este, normalmente, não se encontrar à disposição.

No que diz respeito às relações internas na rádio estas necessitam de uma maior abertura de diálogo transparente, pois entre os voluntários, a coordenação e a Associação da Rádio, representada pela Comité de Gestão, as relações encontram-se um pouco conturbadas por diversos motivos relacionados com a desmotivação dos voluntários pelo facto de não serem pagos pela Associação, pelos rumores sobre a pertença partidária bem vincada do maior número de elementos que compõe o Comité de Gestão da Rádio e, também, pelas divergências entre os voluntários e a coordenação da rádio, principalmente em relação ao coordenador pelo alegado facto de este ser “um tanto ausente” em relação aos problemas que os voluntários atravessam.

Em termos de ligação à partidos políticos, existem muitas conotações e, inclusive, acusações e críticas de uma visível inclinação política da rádio. Embora poucas provas concretas existam para confirmar esta conotação, alguns acontecimentos e informações deixaram claro de que, em certos casos, a rádio se mostra controlada pelo partido no poder. Existem também os “rumores” que circulam pela comunidade sobre intimidações e ameaças feitas à rádio ou aos seus voluntários e termos políticos. E, mesmo que não se possam comprovar tais rumores, esta situação acaba por levantar dúvidas quanto a imparcialidade da rádio, embora não chegue a influenciar negativamente na credibilidade de maior parte da comunidade pela sua rádio.

O facto de alguns membros do Comité de Gestão da Rádio participarem em campanhas de partidos políticos, durante o período de eleições, deveria ser um assunto mais estudado ao nível do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias, pois esta situação traz um impacto negativo para a rádio.

Em Cuamba, as divergências entre os dois partidos de maior presença, a FRELIMO e a RENAMO, afectam a rádio. Talvez por este ser o único meio de comunicação social presente neste distrito, a rádio acaba por ser envolvida nos conflitos dos partidos e, inclusive, nos conflitos pessoais de membros ou simpatizantes destes partidos que, também, fazem parte da rádio.

Os partidos políticos, em Cuamba, estão sempre atentos a cada passo que a rádio vai dando e nas informações que esta transmite, sempre com o objectivo de averiguar as suas falhas em relação a um ou outro partido. Para os políticos e outros interessados na política, a rádio comunitária é vista como um poderoso instrumento de apoio aos partidos políticos, principalmente antes e durante um processo eleitoral. Isto se deve ao facto de, em primeiro lugar, a comunidade de Cuamba dar muita importância à rádio e grande atenção às informações que nela passam e, em segundo lugar, a importância que tanto os partidos políticos, assim como os seus simpatizantes, dão ao papel da rádio na mobilização das pessoas da comunidade.

A iniciativa da rádio em conceder espaços de antena iguais para os candidatos apresentarem suas agendas e programas, veio colmatar um pouco o sentimento de certas entidades e indivíduos sobre o objectivo das Dez Regras Gerais de Conduta ser, acima de tudo, um meio para se atingirem outros fins como é o caso de “prejudicar as campanhas dos partidos políticos, com segundas intenções”.

Resumindo, o papel e o trabalho da Rádio Comunitária de Cuamba, durante as eleições autárquicas de 2003, foi bastante conturbado, devido ao clima político que se vivia e o seu impacto na rádio. No entanto, com todo este ambiente político tenso, aliado a outros factores relacionados com as relações internas entre os elementos da rádio, as condições de vida no distrito e município de Cuamba na altura das eleições e os diferentes níveis de relação e colaboração entre a rádio e a comunidade, a RCC conseguiu produzir programas de educação cívica e cobertura eleitoral de qualidade e interesse para a comunidade sem desviar-se dos propósitos e fins da sua actividade cívica, imparcialidade na abordagem dos temas e mantendo o que é considerado mais vital – a sua credibilidade junto a comunidade.

Sustentabilidade:

Em termos de actividades de sustentabilidade, a RCC ainda não avançou com nenhuma. Algumas propostas já foram discutidas entre os voluntários, a Direcção Executiva e o Comité de Gestão da rádio. A abertura de um centro social da rádio é umas das iniciativas mais vivas no momento, no entanto, as possibilidades para a sua efectivação ainda carecem de uma profunda análise em termos de recursos, sustentabilidade e benefícios de curto e longo prazo para a própria rádio.

Entretanto, no distrito de Cuamba existem muitas organizações internacionais a operarem e, estas, dentro do possível têm desenvolvido algumas parcerias com a rádio, principalmente em actividades ligadas a publicidade, produção de programas sobre as áreas em que estas organizações trabalham, formação (feita pelos formadores da rádio aos activistas de outras rádios comunitárias, em especial das novas rádios da IBIS – uma organização dinamarquesa de desenvolvimento) e na publicação de anúncios e mensagens. Esta parte de parcerias tem vindo a ser cada vez mais dinâmica, uma vez que em Cuamba a RCC é, até ao momento, o único órgão de informação verdadeiramente presente.

A rádio deve desenvolver esforços e estratégias de modo a aproveitar melhor estas oportunidades de parcerias existentes localmente.

II. Análise comparativa dos três casos

- A Rádio Comunitária do Dondo, no distrito de Dondo
- A Rádio Comunitária Geson, na cidade de Chimoio
- A Rádio Comunitária de Cuamba, no distrito de Cuamba

1. Instrumento de análise comparativa

De modo a efectuar-se uma análise comparativa dos três casos elaborou-se um instrumento de análise específico para o efeito. Este instrumento de análise se baseia em 4 tabelas analíticas que permitem uma comparação paralela entre os três casos, ou seja, uma comparação entre as Rádios Comunitárias do Dondo, Geson e de Cuamba.

Os elementos de comparação para os diferentes casos foram inseridos com base: i) nas constatações feitas no decorrer da pesquisa e ii) nos resultados da pesquisa.

Deste modo, as 4 tabelas analíticas focalizam o seguinte:

Tabela de Análise 1 - A Rádio Comunitária

Tabela de Análise 2 - O programa de educação cívica e cobertura eleitoral

Tabela de Análise 3 – A situação política e seu impacto na rádio

Tabela de Análise 4 – Conclusões gerais

2. Análise comparativa

De seguida, as tabelas comparativas:

2.1. A Rádio Comunitária - Tabela 1

	R. Comunitária do Dondo	R. Comunitária Geson	R. Comunitária de Cuamba
Estatuto do local onde se encontra a rádio	Dondo - Cidade Distrital	Chimoio – Cidade Capital Provincial	Cuamba - Cidade Distrital
Localização geográfica	Na Província de Sofala, zona centro do país, há 30 km da capital provincial, cidade da Beira	Na Província de Manica, zona Centro do país	Na Província do Niassa, zona norte do país, há 300 km da capital provincial, cidade de Lichinga
População	118.000 habitantes	172.506 habitantes	172.212 habitantes
Surgimento da Rádio Comunitária	Por iniciativa de uma associação local	Por iniciativa de uma associação local	Por incentivo da UNESCO
Raio de cobertura, horas e línguas de emissão	50 Km 6 horas de emissão Sena, Ndau e Português	75 Km 19 horas de emissão Chimanika, Chiuté e Português	100 Km 18 horas de emissão Emakwa e Português
Início do funcionamento da rádio	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2000
Estrutura e organização da rádio	A rádio é gerida por uma associação, através de um comité de gestão e funciona com uma coordenação executiva e um grupo de voluntários	A rádio é gerida por uma associação, através de um comité de gestão e funciona com uma coordenação executiva e um grupo de voluntários	A rádio é gerida por uma associação, através de um comité de gestão e funciona com uma coordenação executiva e um grupo de voluntários
Número total de voluntários na rádio	70	48	65

2.2. O programa de educação cívica e cobertura eleitoral - Tabela 2

		R. Comunitária do Dondo	R. Comunitária Geson	R. Comunitária de Cuamba
Planificação e produção do programa	Quem faz?	Os voluntários (Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral) com a participação e supervisão do mobilizador e do coordenador	Os voluntários (Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral) com a participação do mobilizador e a supervisão do coordenador	Os voluntários (Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral) com a supervisão do mobilizador
	Como se faz?	Seguindo uma planificação mensal e outra semanal, com um sistema rotativo de tarefas e a participação activa do mobilizador e coordenador na produção e emissão	Seguindo uma planificação semanal, com um sistema rotativo de tarefas e a participação activa do mobilizador na produção e emissão	Seguindo uma planificação semanal, com um sistema rotativo de tarefas e a participação e supervisão do mobilizador na produção e emissão
Programas produzidos	Quantidade	8	4	4
	Temas	1 - Substituição de talões por cartões, divulgação da Lei 19/2002, 2 - balanço sobre a substituição dos talões, 3 - o ABC da votação	1 - Como eleger o Presidente do seu Município, 2 - acontecimentos sobre a fase de actualização dos cartões, 3 - a votação	1 - Educação cívica para o recenseamento, 2 – Termos eleitorais, 3 - As Dez Regras Gerais de Conduta, 4 - Os candidatos e sua agenda
	Formato dos programas	Drama – 2 Informativo e educativo – 6	Drama - 3 Informativo e educativo - 1	Drama – 2 Informativo e educativo - 1
	Línguas	Português e Sena	Português	Português e Macua
	Objectivos, mensagens e linguagem	Objectivos claros Mensagens interessantes e actuais, mas com muito uso de uma linguagem que soa escrita e com termos complicados	Objectivos claros Mensagens interessantes, mas muito uso de uma linguagem mais juvenil	Objectivos claros Mensagens interessantes e compreensíveis, com o uso de uma linguagem adequada
A opinião de algumas entidades e da população, no geral, sobre os programas da rádio	Comissão de Eleições/STAE	Positiva	Positiva	Negativa
	Governo local	Não foi possível obter-se	Positiva	Não foi possível obter-se
	Partidos Políticos	Positiva	Positiva	Positiva
	Associações da sociedade civil	Positiva	Positiva	Positiva
	Líderes Comunitários	Não escutaram o programa	Não foi possível obter-se	Positiva
	População, no geral	Positiva	Positiva	Positiva

2.3. A situação política e seu impacto na rádio - Tabela 3

	Dondo			Chimoio		Cuamba	
Partidos Políticos com candidatos às Eleições Autárquicas	RENAMO	FRELIMO	IPAD	RENAMO	FRELIMO	RENAMO	FRELIMO
Relação entre os Partidos Políticos e a Rádio Comunitária	<i>Na opinião do Partido:</i> normal <i>Na opinião da rádio:</i> pouco activa	<i>Na opinião do Partido:</i> Não foi possível obter-se informações. <i>Na opinião da rádio:</i> normal	<i>Na opinião do Partido:</i> Não activa. <i>Na opinião da rádio:</i> somente no uso de serviços prestados pela rádio à comunidade (fotocópias,etc)	<i>Na opinião do Partido :</i> A opinião é de que a rádio serve mais os interesses do partido no poder <i>Na opinião da rádio:</i> Normal	<i>Na opinião do Partido:</i> Boa relação (embora muito pelo facto de a Associação Geson ter membros e simpatizantes deste partido) <i>Na opinião da rádio:</i> Normal	<i>Na opinião do Partido:</i> Relação pouco saudável, pelo facto de considerarem que a rádio se encontra completamente politizada pelo partido no poder. <i>Na opinião da rádio:</i> Pouco activa	<i>Na opinião do Partido:</i> Normal (aparentemente, pois, a Associação da Rádio de Cuamba tem muitos membros e simpatizantes deste partido) <i>Na opinião da rádio:</i> Normal
Conotação política da Rádio, na opinião da comunidade	Não existe nenhuma conotação visível			Conotação com o partido FRELIMO		Forte conotação com o partido FRELIMO	
Principais rumores , que circulavam pela comunidade, em relação a uma pressão política sobre a Rádio Comunitária	A Rádio tem sido imparcial, embora se duvide um pouco da sua imparcialidade na altura da campanha dos partidos políticos e seus candidatos			A Rádio tem uma grande pressão por parte do partido no poder e aprova as censuras deste partido contra as informações a serem divulgadas sobre o partido na oposição		A Rádio é fortemente dominada pelo partido no poder e o partido na oposição não reconhece a rádio como sendo comunitária e sim partidária	
Posição da rádio perante uma pressão política	Uso das Dez Regras Gerais de Conduta para evitar esta pressão			Uso das Dez Regras Gerais de Conduta para evitar esta pressão		Uso das Dez Regras Gerais de Conduta para evitar esta pressão	
	Pautar pela imparcialidade, mesmo com a existência de uma pressão política			Pautar pela imparcialidade, mesmo com a existência de uma pressão política		Pautar pela imparcialidade, mesmo com a existência de uma pressão política	

2.4. - Conclusões Gerais - Tabela 4

		R. Comunitária do Dondo	R. Comunitária Geson	R. Comunitária de Cuamba
Ambiente	Interno	<ul style="list-style-type: none"> - Boa relação e colaboração entre a coordenação executiva e os voluntários - Pouca participação do Comité de Gestão no trabalho da rádio sobre educação cívica e cobertura eleitoral - Voluntários muito motivados para trabalhar na rádio, apesar das dificuldades encontradas - Falta de gravadores operacionais e cassetes suficientes para o trabalho dos voluntários 	<ul style="list-style-type: none"> - Relação entre a coordenação executiva e os voluntários não é tão boa - Comité de Gestão não participa activamente no trabalho da rádio sobre educação cívica e cobertura eleitoral - Existe uma certa desmotivação por parte dos voluntários, em termos de trabalharem sem subsídios - Falta de gravadores operacionais e cassetes para o trabalho dos voluntários 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas na relação e colaboração entre a coordenação executiva e os voluntários - Sentimento de falta de apoio moral e compensação pelo esforço de trabalho dos voluntários por parte do Comité de Gestão - Participação mais activa do Comité de Gestão no trabalho da rádio sobre educação cívica e cobertura eleitoral - Falta de gravadores operacionais para o trabalho dos voluntários
	Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Clima político tenso, mas sem grande impacto negativo sobre a rádio - Pouca pressão dos partidos políticos sobre a rádio - Não existe uma conotação partidária da rádio - As pessoas da comunidade dificilmente concedem entrevistas sobre as eleições, principalmente as mulheres - Muitas pessoas, principalmente nos povoados, não possuem um aparelho receptor para escutarem a rádio 	<ul style="list-style-type: none"> - Clima político tenso e com um certo impacto negativo sobre a rádio - Existência de uma certa pressão dos partidos políticos sobre a rádio - Conotação partidária da rádio - As pessoas da comunidade são mais abertas para concederem entrevistas, mas a rádio faz muito pouco proveito desta oportunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Clima político muito tenso e com um impacto negativo sobre a rádio - Grande pressão dos partidos políticos sobre a rádio - Forte conotação partidária da rádio - As pessoas da comunidade, principalmente as mulheres, dificilmente concedem entrevistas sobre as eleições - Muitas pessoas, principalmente nos povoados, não possuem um aparelho receptor para escutarem a rádio

Os programas de educação cívica e cobertura eleitoral	Aspectos positivos	<ul style="list-style-type: none"> - Objectivos claros e mensagens interessantes e actualizadas - Inclusão da opinião de alguns cidadãos, homens e mulheres - Homens e mulheres na locução - Uso do formato drama - Tradução dos programas em Português para Sena - Entrevista com o Presidente da Comissão Distrital de Eleições 	<ul style="list-style-type: none"> - Objectivos claros e mensagens interessantes, embora não tão actualizadas - Uso do formato drama - Linguagem clara - Explicação das terminologias mais complicadas - Entrevista com o Director do STAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Objectivos claros e mensagens interessantes e actualizadas - Uso do formato drama - Linguagem clara - Concessão de espaço de antena para os candidatos e suas agendas - Homens e mulheres na locução e nos dramas - Programas em Português e traduzidos para Macua Integração da perspectiva de género no drama
	Aspectos negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Muito uso de uma linguagem que soa escrita e com uso de terminologias complicadas - Repetição dos temas, embora com conteúdos um pouco diferentes - Dificuldades do locutor na leitura de algumas informações 	<ul style="list-style-type: none"> - Somente programas em língua portuguesa - Muito uso de uma linguagem mais juvenil, com inclusão de “calão” juvenil - Uso de dramas similares, com mesmo conteúdo e, somente, mudança dos personagens - Mais homens do que mulheres na locução e nos dramas 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura integral de um documento - Não inclusão da opinião dos cidadãos e de entidades ligadas às eleições, no distrito

Impacto do trabalho da rádio na comunidade	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> - As pessoas gostaram dos programas da rádio sobre educação cívica eleitoral - Na opinião da maioria, o trabalho da rádio foi muito positivo - As pessoas acharam que as informações da rádio sobre as eleições foram educativas - A CDE/STAE atribuiu grande parte da afluência em massa, nos postos de recenseamento, ao trabalho da rádio - Maior parte das pessoas aprovam e atribuem grande utilidade às Dez Regras Gerais de Conduta 	<ul style="list-style-type: none"> - As pessoas gostaram do trabalho da rádio nas eleições - As pessoas têm outras opções na captação de diversas estações radiofónicas, mas a maioria ouve a Rádio Comunitária - A CPE/STAE atribuiu grande parte da afluência em massa, nos postos de recenseamento, ao trabalho da rádio - Os partidos políticos dão muita importância e valor à rádio comunitária e estiveram atentos as informações que eram emitidas sobre as eleições, embora mais para confirmarem a existência ou não de uma “inclinação” partidária da rádio - Maior parte das pessoas aprovam e atribuem grande utilidade às Dez Regras Gerais de Conduta 	<ul style="list-style-type: none"> - A Rádio Comunitária é o único órgão de comunicação verdadeiramente presente no distrito - As pessoas dão muita importância e valor ao trabalho da rádio, incluindo o trabalho feito sobre as eleições - As pessoas gostaram dos programas da rádio sobre educação cívica eleitoral, embora em termos de partidos políticos alguns se tenham sentido “excluídos” - As associações da sociedade civil aprovaram o trabalho da rádio, embora sejam da opinião de que esta deveria fazer uma cobertura eleitoral integral
	Pontos fracos	<p>O governo local e os partidos políticos devem mais atenção aos programas e informações sobre eleições da emissão nacional da RM do que da emissão da Rádio Comunitária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoas lamentaram o facto de a rádio não deslocar-se aos povoados para conversar com as pessoas sobre as eleições, principalmente com as mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> - Muitas pessoas são da opinião de que a rádio é “muito juvenil” e, por conseguinte, muitos programas sobre eleições foram mais dedicados ao público jovem 	<ul style="list-style-type: none"> - A CDE/STAE é da opinião de que a rádio deveria ter um papel diferente nas eleições, pelo que colaborou muito pouco com a rádio - Muitas pessoas não concordam como nem atribuem grande utilidade às Dez Regras Gerais de Conduta

Terceiro Capítulo

I. Lições aprendidas

Pela primeira vez, no país, todas as Rádios Comunitárias se envolveram na educação cívica e cobertura eleitoral.

Também, pela primeira vez, um conjunto de regras para as Rádios Comunitárias trabalharem nos processos eleitorais foi definido pelo Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias – Organismo onde se encontram integradas todas as rádios comunitárias do país.

E, este livro, é o resultado de uma pesquisa sobre uma primeira abordagem da experiência das Rádios Comunitárias nos processos eleitorais, em Moçambique.

Portando, toda a experiência em si, do papel e desempenho das Rádios Comunitárias do Dondo, Geson e de Cuamba, bem como o impacto desta experiência nas comunidades em que estas rádios se encontram inseridas, constitui uma grande lição aprendida.

Contudo, como em todos os processos de aprendizagem, é importante se destacarem os principais erros cometidos e os grandes sucessos obtidos, de modo a se identificar potenciais áreas e elementos de intervenção para um futuro, a curto, médio ou longo prazo.

Assim sendo, resumem-se as principais constatações, de uma maneira abrangente para todas as rádios, sobre os aspectos positivos e os aspectos negativos trazidos pela experiência das Rádios Comunitárias que foram alvo de estudo:

A nível interno das rádios

- A não participação activa da Associação e do Comité de Gestão da Rádio, no acompanhamento da planificação, da produção e da emissão dos programas, faz diferença no resultado dos programas produzidos e emitidos.
- A boa relação e colaboração entre a coordenação executiva e os voluntários da rádio, para além de proporcionar um ambiente de convívio saudável, é um elemento fundamental para um trabalho mais organizado e com melhores resultados.
- Uma boa planificação dos programas a serem produzidos, principalmente sobre os temas, formato, fontes a contactar e linguagem a ser usada, traduz-se num programa mais positivo em termos de qualidade e impacto na comunidade.
- O descontentamento dos voluntários por estarem a trabalhar a “título de voluntários” – sem pagamento ou subsídio – é uma realidade que se vai tornando um assunto muito sério para as Rádios Comunitárias, pois está a contribuir, por um lado, para o afastamento de alguns voluntários e, por outro lado, para uma certa desmotivação dos voluntários na realização do seu trabalho para a rádio.
- Os cursos de formação realizados pelo Projecto Media da UNESCO demonstram ser um grande apoio e motivação para as Rádios Comunitárias,

tanto em termos de munir as rádios com mais recursos humanos capacitados, assim como, em contribuir para o crescimento individual dos voluntários.

- O manual de apoio elaborado pelo Projecto Media da UNESCO sobre Produção de Programas de Educação Cívica Eleitoral é, até ao momento, o único material didáctico e com informações mais explicativas que as rádios possuem para executar o seu trabalho nos processos eleitorais.
- A falta de criatividade dos voluntários na produção de programas mais interessantes sobre eleições é em grande medida atribuída ao facto de este tema ser novo e, também, pelo “medo” que estes têm de fugir às regras de conduta e às recomendações sobre o papel das rádios comunitárias nos processos eleitorais.
- A falta de recursos materiais, suficientes e em boas condições de operacionalização, impede um trabalho mais dinâmico e flexível dos “fazedores” da rádio (principalmente, gravadores, cassetes, computadores, blocos de anotações e canetas).

A nível externo das rádios

- As condições de vida nas comunidades em que as rádios se encontram inseridas influenciam, em grande medida, no trabalho das rádios e na entrega e disponibilidade dos voluntários.
- A situação política conturbada vivida nas comunidades em que estão inserida as rádios acaba, sempre, por influenciar aspectos ligados à rádio, tais como, a ideia sobre a sua imparcialidade, a conotação ou não da rádio com um partido político, o “sentimento de pertença” da rádio por parte da comunidade no seu todo e, também, contribui para a existência de rumores sobre pressões políticas ou uma politização da rádio.
- A pertença, simpatia ou participação em actividades de partidos políticos de pessoas ligadas às Rádios Comunitárias, fortalecem as ideias sobre uma “inclinação partidária” da rádio e, conseqüentemente, contribuem para por em jogo a imparcialidade e transparência da rádio.
- As divergências pessoais entre pessoas ligadas às Rádios Comunitárias e membros de partidos políticos acabam por influenciar no trabalho e credibilidade da rádio junto da sua comunidade.
- O facto de, ainda, muitas pessoas das comunidades onde se encontram as rádios demonstrarem uma certa timidez, medo ou receio de falarem sobre assuntos ligados às eleições para a rádio, constitui um grande obstáculo para a realização de um trabalho mais participativo por parte da rádio.
- A fraca capacidade para a aquisição de aparelhos receptores (rádios) por parte de grande parte da população das comunidades onde funcionam as rádios é um factor negativo determinante no que concerne ao impacto do trabalho da rádio.
- A falta de colaboração ou uma relação indesejável entre a rádio e algumas das entidades mais importantes no decorrer dos processos eleitorais, traz um impacto negativo no trabalho da rádio.

II. Considerações finais:

- ❑ Apesar de todas as dificuldades atravessadas, a nível interno e externo, as Rádios Comunitárias foram capazes de realizar um trabalho louvável no decurso do processo eleitoral, em termos de programas produzidos e desempenho dos voluntários. No entanto, existiram algumas oportunidades que as rádios não souberam aproveitar de forma a melhorar ainda mais os seus programas e os tornar mais interessantes e participativos. As rádios não se organizaram e não se planificaram devidamente de forma a melhor fazerem face ao seu trabalho no processo eleitoral.
- ❑ Nas comunidades onde as Rádios Comunitárias estiveram a trabalhar na educação cívica eleitoral, os órgãos eleitorais e outras entidades atribuíram a afluência, em massa, dos cidadãos nos postos de recenseamento e nas mesas de voto, como tendo sido possível com o grande e qualitativo trabalho destas rádios na educação, mobilização e sensibilização do eleitorado. Contudo, estas mesmas entidades, embora reconheçam o papel que as rádios têm nestes processos, não ofereceram um apoio e uma colaboração, verdadeiramente desejável, às rádios, de forma a que os resultados fossem ainda mais satisfatórios.
- ❑ As comunidades onde as Rádios Comunitárias estão inseridas acolheram, positivamente, o envolvimento das suas rádios no processo eleitoral e, na sua maioria, elogiaram o trabalho feito por estas rádios. Entretanto, as próprias comunidades não deram uma desejável contribuição ao trabalho das rádios neste momento de eleições.
- ❑ Todo o processo que englobou a realização dos seminários regionais sobre o papel e as modalidades de participação das Rádios Comunitárias em Processos Eleitorais e que culminou com a elaboração das Dez Regras Gerais de Conduta foi longo, mas necessário, pois as Dez Regras Gerais de Conduta para as Rádios Comunitárias nos Processos Eleitorais demonstrou ser um documento útil, necessário e de grande valia para as Rádios Comunitárias, principalmente no reforço e orientação das rádios no seu trabalho em processos eleitorais.
- ❑ Os cursos de formação sobre Cobertura Eleitoral em Rádios Comunitárias realizado pelo Projecto Media da UNESCO foram frutíferos, no entanto, as Rádios Comunitárias ainda carecem de mais capacitação, tendo em conta a experiência vivida nas Eleições Autárquicas de 2003.
- ❑ O manual de apoio do Projecto Media da UNESCO é um instrumento muito útil e prático para as Rádios Comunitárias, no entanto, as rádios não souberam fazer um uso mais aprofundado deste documento de aprendizagem prática na produção de programas de educação cívica e cobertura eleitoral.

III. Recomendações

Tendo em conta as experiências das Rádios Comunitárias do Dondo, Cuamba e Geson, em particular, e pensando no envolvimento das Rádios Comunitárias, no geral, em próximos processos eleitorais, ficam as seguintes recomendações:

Para as Rádios Comunitárias:

- 1) A planificação e a produção dos programas de Educação Cívica e Cobertura Eleitoral devem ser feitas com uma maior colaboração e um acompanhamento activo do Comité de Gestão, do Coordenador e do Mobilizador.
- 2) Os programas de Educação Cívica e Cobertura Eleitoral devem seguir, sempre, uma planificação mensal e semanal e uma boa escolha dos temas, formato mais adequado do programa tendo em conta o tipo de informação que se deseja divulgar, uso de uma linguagem muito simples e sem terminologias complicadas, com uma escolha adequada das fontes de informação e pautando, sempre, pela actualização da informação.
- 3) Os voluntários ou membros do *staff* que tenham oportunidade de participar e cursos de formação devem, sempre, planificar em conjunto com a coordenação executiva, a capacitação de outros voluntários.
- 4) Os materiais informativos oferecidos à rádio devem, sempre, estar à disposição dos voluntários, assim como, os documentos básicos sobre o funcionamento e as regras adoptadas pela rádio devem ser do conhecimento e estarem à disposição de todos os envolvidos na rádio.
- 5) Sempre que necessário, o manual de apoio sobre Produção de Programas de Educação Cívica Eleitoral deve ser consultado, ou mesmo, servir sempre de base na planificação, produção e emissão dos programas.
- 6) Tendo em conta de que algumas instituições, organizações e partidos políticos fazem críticas ou tentam exercer uma certa pressão sobre a rádio, as Dez Regras Gerais de Conduta serve como um forte instrumento de “defesa” para as rádios imporem a sua posição.
- 7) Os gestores das rádios devem discutir, juntamente com os voluntários e com a participação e contribuição da comunidade, no geral, sobre a problemática que se levanta em relação ao pagamento de subsídios ou outros incentivos para os voluntários da rádio, principalmente agora que as Rádios Comunitárias se envolvem nos processos eleitorais e existe sempre um risco de aliciamentos dos políticos para com os voluntários.
- 8) As Rádios Comunitárias devem discutir e definir estratégias com vista a um maior envolvimento e participação da comunidade nos programas de Educação Cívica e Cobertura Eleitoral.

- 9) As Rádios Comunitárias devem “olhar” com uma visão mais alargada e estratégica para o envolvimento e participação das mulheres, tanto no trabalho da rádio, assim como, no direccionamento dos seus programas e informações sobre as eleições.
- 10) Os voluntários integrados no Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral devem conhecer melhor a legislação eleitoral e os materiais informativos existentes sobre as diferentes fases do processo eleitoral que estiver curso.
- 11) As Rádios Comunitárias devem, a todo o custo, arquivar todos os programas e todas informações e emitidas sobre as eleições, pelo menos, até dois ou três meses após o fim do processo eleitoral.
- 12) Na altura do decurso de um processo eleitoral, as Rádios Comunitárias devem procurar uma forma de identificação dos voluntários encarregues de produzirem os programas de Educação Cívica e Cobertura Eleitoral (Exemplo: crachás temporários ou credenciais que identifiquem os voluntários como responsáveis por esses programas da rádio).
- 13) Os membros da Associação da Rádio e do Comité de Gestão da Rádio, durante os períodos de eleições, devem abster-se de participar em campanhas eleitorais dos partidos políticos, mesmo fora das suas responsabilidades para com a rádio.
- 14) As Rádios Comunitárias devem, sempre que necessário, denunciar actos de intimidação ou outras ameaças que sejam feitas ao seu *staff* ou aos seus voluntários, mesmo que seja somente junto do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias no caso de algum receio pelas consequências que possam advir de se apresentarem estas denúncias junto de estruturas locais.
- 15) Na presença de uma grande dúvida em relação a uma ideia mais criativa e diferente de apresentação dos programas sobre Educação Cívica e Cobertura Eleitoral, as Rádios Comunitárias devem procurar opinião e conselhos junto do Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias.

Para o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias:

- 1) Existe uma grande necessidade de se estender à discussão sobre uma divulgação mais clara e prática sobre o benefício e a utilidade para as Rádios Comunitárias, das Dez Regras Gerais de Conduta, junto das principais entidades presentes nas comunidades onde se encontram as rádios.
- 2) A experiência demonstrou que se deve alargar a discussão sobre as normas e regras de conduta das Rádios Comunitárias nos processos eleitorais até a questão do papel e desempenho das Associações e dos membros do Comité de Gestão das Rádios Comunitárias. (Possivelmente, definição de regras explícitas de conduta para os membros da Associação e do Comité de Gestão).
- 3) Antes do início de uma fase do processo eleitoral, o Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias deve, inevitavelmente, contactar os órgãos eleitorais e os

partidos políticos presentes nas comunidades onde se encontram a funcionar as rádios em relação ao trabalho da rádio durante esse período. (Neste caso, torna-se muito importante uma ligação e uma colaboração mais activa entre as Rádios e o Núcleo de Coordenação em termos de conhecimento sobre a planificação do trabalho que a rádio vai realizar e sobre os principais problemas que a rádio enfrenta, nesse momento em termos de colaboração com a comunidade).

- 4) O Grupo Editorial de Cobertura Eleitoral merece, em momentos cruciais do processo eleitoral, de um apoio mais permanente do Núcleo de Coordenação em termos de colmatar às dificuldades encontradas, tanto a nível interno, como externo, ao longo do seu trabalho sobre as eleições. (Exemplo: envio de pequenos relatórios mensais deste grupo directamente para o Núcleo de Coordenação).
- 5) O Núcleo de Coordenação deve procurar formas e meios de apoiar as Rádios Comunitárias em termos de recursos materiais para o seu trabalho, no geral, e para que a rádio esteja convenientemente preparada para trabalhar na altura de um processo eleitoral, em particular.

Para os Órgãos Eleitorais (Comissão de Eleições e STAE):

- 1) Embora, muitas vezes, os materiais de educação cívica e outros sobre informações relevantes de um processo eleitoral não sejam suficientes para satisfazer as reais necessidades do trabalho dos educadores cívicos e outros intervenientes, as Rádios Comunitárias devem merecer uma prioridade na posse destes materiais, assim como acontece, normalmente, com os outros órgãos de comunicação social a quem os órgãos eleitorais dão prioridade.
- 2) A nível local (distrito, capital provincial, entre outros), os órgãos eleitorais devem se preocupar em obter informações mais detalhadas e correctas sobre o papel e o trabalho das Rádios Comunitárias nos processos eleitorais de forma a colaborarem e darem uma melhor contribuição às rádios.
- 3) As informações sobre o decorrer de acontecimentos relevantes do processo eleitoral devem ser partilhadas pelos órgãos eleitorais com as Rádios Comunitárias, mesmo que estas, depois, não divulguem estas informações por diversos motivos.
- 4) Os órgãos eleitorais devem se consciencializar de que as Rádios Comunitárias são importantes meios de comunicação social, por vezes mais importantes que os outros órgãos de informação pública de âmbito nacional ou provincial, quando se trata de abranger a comunidade onde estas rádios se encontram.

Para os Partidos Políticos com candidatos às eleições:

- 1) É muitíssimo necessário que os partidos políticos, presentes nas comunidades em que funcionam as Rádios Comunitárias, se informem melhor sobre o papel e o trabalho da rádio durante um processo eleitoral, incluindo uma maior atenção

das informações divulgadas pela rádio, de forma a não fazerem alegações e críticas sem fundamento contra a rádio.

- 2) Os partidos políticos devem tentar perceber melhor se, o facto de alguns membros da rádio pertencerem ou serem simpatizantes de um partido político, faz com que a rádio seja considerada politizada ou se o trabalho da rádio, realmente, está sendo ou não imparcial, apesar desse mesmo facto.
- 3) Os partidos políticos devem apoiar as Rádios Comunitárias a estarem mais dedicadas ao seu papel nos processos eleitorais do que tentarem pressionar e desviar a rádio para um papel menos ético e menos transparente.
- 4) Os partidos políticos devem, caso tenham, apresentar os seus comentários e opinões sobre as Dez Regras Gerais de Conduta ao Núcleo de Coordenação das Rádios Comunitárias e não se deixarem ficar, somente, em críticas ou suspeitas levantadas localmente contra as rádios.
- 5) Os partidos políticos e seus candidatos devem se informar melhor, junto das rádios, sobre as modalidades e regras adoptadas para a cobertura de campanhas eleitorais e disponibilização dos espaços de antena.

Para o Projecto Media da UNESCO:

- 1) Em próximas acções de formação de elementos das Rádios Comunitárias, em matéria de educação cívica e cobertura eleitoral, deve se incluir um módulo específico sobre estratégias e meios para o envolvimento e a participação da comunidade.
- 2) Se possível, procurar-se encontrar uma maneira de o Projecto Media da UNESCO ter acesso aos primeiros programas produzidos pelas rádios sobre as eleições de modo a apoiar, de forma prática e mais centrada nas reais dificuldades de cada rádio, na melhoria dos programas seguintes.
- 3) O Projecto Media da UNESCO deverá desenvolver um instrumento analítico, simples e prático, para que as rádios sejam capazes de, por si mesmas, fazerem um acompanhamento do decorrer do seu trabalho nos processos eleitorais. Este instrumento pode ser um complemento do manual de apoio para a produção de programas de educação cívica e cobertura eleitoral e deverá incluir elementos de análise que se baseiam nos conteúdos dos cursos de formação realizados pela UNESCO.
- 4) Tendo em conta que as Rádios Comunitárias depositam um grande sentimento de credibilidade e colaboração em relação ao Projecto Media da UNESCO, este deverá procurar formas e meios de se interligar a um nível mais regular e directo com as rádios, durante os processos eleitorais, de modo a servir como uma espécie de porta-voz junto do Núcleo de Coordenação ou de outras entidades, nos momentos em que as rádios atravessam problemas de difícil resolução a nível local ou se encontram envolvidos no meio de grandes conflitos de carácter políticos.

III. Anexos